

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CERRO LARGO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

LUANA GARCIA MACHADO

POLÍTICAS PÚBLICAS E PRODUÇÃO ORGÂNICA: ESTUDO DE CASO NA
COOPERATIVA MISTA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ITATI, TERRA
DE AREIA E TRÊS FORQUILHAS

CERRO LARGO/RS

2022

LUANA GARCIA MACHADO

**POLÍTICAS PÚBLICAS E PRODUÇÃO ORGÂNICA: ESTUDO DE CASO NA
COOPERATIVA MISTA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ITATI, TERRA
DE AREIA E TRÊS FORQUILHAS**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Evandro Pedro Schneider

CERRO LARGO/RS

2022

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Machado, Luana Garcia

POLÍTICAS PÚBLICAS E PRODUÇÃO ORGÂNICA: Estudo de caso na Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas / Luana Garcia Machado. -- 2022.

119 f.:il.

Orientador: Doutor Evandro Pedro Schneider

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Cerro Largo,RS, 2022.

1. Desenvolvimento. 2. Agroecologia. 3. Instituição. 4. Institucionalismo sociológico. I. Schneider, Evandro Pedro, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

LUANA GARCIA MACHADO

**POLÍTICAS PÚBLICAS E PRODUÇÃO ORGÂNICA:
ESTUDO DE CASO NA COOPERATIVA MISTA DE AGRICULTORES
FAMILIARES DE ITATI, TERRA DE AREIA E TRÊS FORQUILHAS**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 23/12/2022.

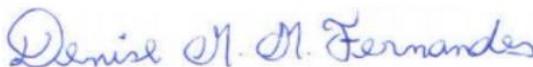
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Evandro Pedro Schneider – UFFS
Orientador

Documento assinado digitalmente
gov.br CATIA GRISA
Data: 06/02/2023 07:09:05-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.^a Dr.^a Catia Grisa – UFRGS
Avaliadora



Prof.^a Dr.^a Denise Medianeira Mariotti Fernandes – UFFS
Avaliadora

*“Solo le pido a Dios
Que lo injusto no me sea indiferente”*

Mercedes Sosa

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas envolvidas no projeto de pesquisa, da equipe de trabalho, aos colegas e professores da UFRGS e UFFS, e dos participantes entrevistados, aos agricultores e gestores das organizações, funcionários da Prefeitura Municipal de Itati, da Emater/RS, das certificadoras OPAC Litoral Norte e Rede Ecovida de Agroecologia e, em especial, a COOMAFITT, por abrirem suas portas de forma gentil e proporcionarem novos universos de estudo.

Registro minha gratidão aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas pelos ricos ensinamentos, pela sensibilidade e compreensão com os momentos delicados que a vida me trouxe. Principalmente ao querido professor orientador, Evandro Pedro Schneider, por ser compreensível e humanitário, me proporcionar novos horizontes ao participar do projeto de pesquisa e as horas dedicadas a orientação, com estágio, projeto e dissertação, encerramos mais uma orientação, mas seus ensinamentos serão sempre levados comigo.

Dedico este trabalho a minha família, meu companheiro Leonardo, meu filho Luís Otávio; aos meus pais, Antônio e Cândida, minhas irmãs, Roseare e Tainara, e sobrinhos, Jeancarlo, Nicolle e Martin; a família de coração e aos meus amigos e amigas. Assim, agradeço a todos que participaram e contribuíram para que fosse concluído, com a motivação diária, com os toques acadêmicos, pela viabilização de mais horas de estudo cuidando do meu pequeno ou auxiliando nos afazeres básicos que envolvem uma família; estendo a dedicatória à todas as mães que persistem em seus sonhos mesmo quando as estruturas institucionais acadêmicas não contribuem para uma relação plena com a maternidade.

RESUMO

Inseridas na grande área do desenvolvimento rural, as políticas públicas de fomento à sustentabilidade e a sistemas de produção orgânicos são recentes no Brasil e, de maneira geral, estão associadas às políticas que têm como público alvo agricultores familiares. Este trabalho procurou analisar e compreender o acesso e uso de diferentes políticas públicas por agricultores com sistemas de produção orgânicos, observando instituições e arranjos organizativos disponíveis. Serviram como objeto de estudo agricultores associados à Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas, abrangendo os três municípios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. A pesquisa utilizou abordagem qualitativa e seu referencial teórico é baseado no institucionalismo sociológico, utilizando o entendimento de agroecologia enquanto ciência e novo paradigma, além da trajetória brasileira de políticas públicas para agricultura familiar e de fomento à agroecologia. Os dados provêm de pesquisa documental secundária e de entrevistas semiestruturadas oriundas de duas incursões a campo, aplicadas aos agricultores e a representantes de organizações locais. Para a codificação e análise dos dados utilizou-se o Software Nvivo versão 12, com o auxílio das categorias: políticas públicas, organizações e práticas, buscando padrões através de nuvens, criadas com frequência de palavras, e análises de cluster, observando as aproximações entre os termos, norteando os resultados encontrados. Dentre os resultados observou-se que há políticas públicas disponíveis aos agricultores, que as organizações do arranjo de governança possuem fortes relações e articulações influenciando na tomada de decisão dos agricultores que, por sua vez, aderem a sistemas de produção orgânicos do ponto de vista estratégico. De modo geral, as políticas públicas nacionais e estaduais não estão adaptadas à realidade dos agricultores que trabalham com sistemas de produção agroecológicos, indicando desconexão, com impeditivos que resultam no não acesso a crédito, seguro e em linhas destinadas a esse público como Pronaf Agroecologia e, em conjunto a esses fatores, há o desinteresse e desconhecimento das agências bancárias locais. Observou-se também que os agricultores e representantes das organizações prestadoras de assistência técnica e extensão rural apresentam a dimensão cultural e ética da sustentabilidade motivados por questões individuais, abrangendo não somente as dimensões técnicas ambientais e econômicas, mas também culturais, reforçando o

entendimento de que as políticas públicas para esse setor devem ser capazes de abranger a complexidade evitando modelos simplistas.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Agroecologia. Institucionalismo. Organizações.

ABSTRACT

Inserted in the large area of rural development, public policies to promote sustainability and organic production systems are recent in Brazil and, in general, are associated with policies that target family farmers. This work sought to analyze and comprehend the access and use of different public policies by farmers with organic production systems, observing some available institutions and arrangements. Farmers associated with the Mixed Cooperative of Family Farmers of Itati, Terra de Areia and Três Forquilhas, covering the three municipalities of the North Coast of Rio Grande do Sul, served as the object of study. The research used a qualitative approach and its theoretical framework is based on institutionalist theory, historical and sociological institutionalism, using the understanding of agroecology as a science and a new paradigm, in addition to the three generations of public policies for family farming and the Brazilian trajectory of building public policies for agroecology. Data come from secondary documentary research and semi-structured interviews arising from two field trips, applied to farmers and representatives of institutions. For data coding and analysis, Nvivo Software version 12 was used through categories, public policies, institutions and practices, and subcategories, searching for patterns through a cloud created with frequency of words and cluster analysis, observing the approximations between the terms, guiding the results found. Among the results, it was observed that there are public policies available to farmers, that the institutions of the governance arrangement have strong relationships and articulations influencing the decision-making of farmers who, in turn, adhere to organic production systems from a strategic point of view, but that national and state public policies are not adapted to reality, with impediments that result in no access to credit, insurance and lines intended for this public such as Pronaf Agroecology, together with these factors there is the lack of interest and lack of knowledge of local bank branches, being thus, such issues indicate a disconnection between public policies and the reality of farmers with organic production systems. It was also observed that farmers and representatives of entities providing technical assistance and rural extension present the cultural and ethical dimension of sustainability motivated by individual issues, covering not only the technical, environmental and economic dimensions, reinforcing the understanding that public policies for this sector must be able to cover the complexity avoiding simplistic models.

Keywords: Development. Agroecology. Institutionalism. Institution.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da localização dos municípios pertencentes a região litoral do Rio Grande do Sul, Brasil	45
Figura 2 – Sede e carro da COOMAFITT no Município de Itati/RS, 2020	57
Figura 3 - Nuvem de palavras criada com auxílio do Software NVivo considerando todas as entrevistas utilizadas no trabalho	58
Figura 4 - Esquema do arranjo de governança da COOMAFITT com fluxos de interações e ruptura quanto ao acesso a crédito pelos agricultores da cooperativa	71
Figura 5- Embalagem da banana orgânica comercializada pela COOMAFITT, contendo o selo de produto orgânico e a logo da cooperativa, 2020	75
Figura 6 - Área com plantação de bananeiras em fase inicial em terreno acidentado no Município de Itati/RS, 2020	77
Figura 7 - Nuvem de palavras criada com auxílio do Software NVivo com base na categoria políticas públicas.....	89
Figura 8 - Políticas públicas e estruturas promotoras e independentes na transição agroecológica de acordo com grau de importância	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de estabelecimentos agropecuários, familiares ou não do Município de Terra de Areia/RS	47
Tabela 2 - Número de estabelecimentos agropecuários, familiares ou não do Município de Três Forquilhas/RS	47
Tabela 3- Número de estabelecimentos agropecuários, familiares ou não do Município de Itati/RS	48
Tabela 4 - Estabelecimentos agropecuários dos Municípios de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas quanto ao uso da agricultura orgânica, uso de agrotóxico e participação em associação	49
Tabela 5 - Liberação de recursos do PNAE pelo FNDE para os Municípios de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas	95
Tabela 6 - Perfil dos agricultores com sistemas de produção orgânicos quanto ao acesso a políticas públicas	96
Tabela 7- Perfil dos agricultores com sistemas de produção convencionais quanto ao acesso a políticas públicas	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIA	American International Association of Economic and Social Development
ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
APPI	Associação dos Pequenos Produtores de Itati
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ASA	Articulação do Semiárido
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CIAPO	Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
COOMAFITT	Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CRESOL	Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
CPOrgs	Comissões da Produção Orgânica das Unidades da Federação
CTAO	Câmara Temática de Agricultura Orgânica
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DOF	Documento de Origem Florestal
EMATER	Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA	Estados Unidos da América
FEAPER	Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais
FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FRAPPI	Fundo Rotativo de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Município de Itati
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOAM	International Federation of the Organic Agriculture Movement
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
ODM	Objetivos do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PGPAF	Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
PNUE	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PROINF	Programa de Apoio a Infraestrutura nos Territórios Rurais
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
REDECOOP	Associação da Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SAF	Sistema Agroflorestal
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E A AÇÃO DO ESTADO	19
2.1	TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E DE FOMENTO A SISTEMAS AGROECOLÓGICOS	30
2.2	O LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL COMO PALCO DE INICIATIVAS ORGANIZATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR ...	44
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	50
4	O CASO DA COOMAFITT COMO INICIATIVA NO LITORAL NORTE DO RS	55
4.1	A COOPERATIVA MISTA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ITATI, TERRA DE AREIA E TRÊS FORQUILHAS	55
4.1.1	Estruturação da cooperativa	55
4.1.2	A cooperativa e sua relação com os produtos orgânicos	61
4.2	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA COOMAFITT	62
4.3	TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E A CERTIFICAÇÃO DOS PRODUTOS ORGÂNICOS	73
4.3.1	A produção orgânica certificada.....	73
4.3.2	O território e a produção orgânica de bananas.....	75
4.4	ACESSO AOS MERCADOS	83
4.5	ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS	89
4.5.1	Chamadas públicas - PAA e PNAE	90
4.5.2	Investimentos, Crédito e Seguros.....	96
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS.....	108
	APÊNDICE A – Roteiro de informações.....	116
	ANEXOS A- Trajetória da construção de políticas públicas para agroecologia no Brasil.....	119

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre sistemas de produção na agricultura brasileira, bem como a influência do Estado sobre a promoção dos mesmos, encontra-se de forma conjunta nas arenas das produções científicas. Esta ligação deriva do processo histórico agrícola e agrário do país e das intervenções realizadas neste setor, que podem ser observadas na trajetória do desenvolvimento rural e nas políticas públicas, em suas reformulações e enfoques.

No contexto internacional, após a Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos da América - EUA tornou-se uma das principais potências mundiais, disseminando em nível global o programa Revolução Verde, modificando noções de valores no meio rural e implementando o modelo agrícola tecnológico, tendo em vista o aumento de produção e produtividade (NAVARRO, 2001). Neste período, o Estado brasileiro adotou papel desenvolvimentista centralizador subordinado à lógica de produção capitalista devido às influências internacionais e ao contexto nacional de nação em desenvolvimento (GRISA; SCHNEIDER, 2015; CAZELLA, 2016).

As modificações nos sistemas de produção agrícola no Brasil iniciaram antes da implementação do programa Revolução Verde, com ações como a de possibilitar o acesso a crédito para os agricultores, de investir na promoção de pesquisas e na criação ou fortalecimento de organizações com foco na assistência técnica e extensão rural, intensificando-se após sua disseminação (NAVARRO, 2001).

Contudo, mesmo o Estado investindo na modernização da agricultura, possibilitando uma parcela de agricultores a tecnificarem suas produções, acessarem a sementes geneticamente melhoradas, maquinários e implementos agrícolas, adubos, agrotóxicos e novas técnicas de manejo, gerando aumento de produção, produtividade e os lucros obtidos, houveram consequências negativas como concentração de terras, êxodo rural, aumento da desigualdade social, ambientes degradados por contaminações, redução de biodiversidade devido ao mal uso dos recursos naturais, dentre outros impactos sociais e ambientais, obrigando parte dos envolvidos a repensar o modelo de produção implementado (GURA et al., 2017).

Somente por meio da análise dos impactos negativos do sistema de produção adotado que se deu início a novos questionamentos sobre o modelo e sua insustentabilidade, abarcando não só a esfera agrícola, mas também a agrária, social,

ambiental e política no desenvolvimento rural (ROTTA; REIS, 2007; SCHNEIDER, 2010; GRISA; SCHNEIDER, 2015; CAZELLA, 2016).

Em meados das décadas de 1970 a 1980, a discussão sobre sustentabilidade emergiu a nível político internacional através da preocupação dos impactos negativos dos sistemas agrícolas modernizantes, sob a égide da industrialização (ROTTA; REIS, 2007; ALVES; SANTOS; AZEVEDO, 2012). Após a estruturação de uma agenda internacional da sustentabilidade que se incorporou a nível nacional a participação do Estado na efetivação dos planos e acordos realizados.

Por conseguinte, neste quadro evolutivo as políticas públicas passaram de um recorte agrícola, com ímpeto modernizante que privilegiava somente o acesso ao crédito como melhoria na qualidade de vida dos agricultores, para políticas centradas em fatores sociais, de mercado com foco na soberania alimentar e na sustentabilidade ambiental (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

A fim de melhor elucidar essa passagem temporal, é a partir da década de 1990 que foram criadas políticas públicas com foco em agricultores familiares, os quais haviam sido suprimidos do escopo e abrangência das primeiras políticas agrícolas dos anos 70 e 80. Como marco temporal temos a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura - Pronaf, que definiu a estrutura conceitual, reconheceu a agricultura familiar enquanto categoria social e política, provocando a emergência de outras políticas diferenciadas inseridas no desenvolvimento rural (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Após a criação do Pronaf, dentre outras ações destaca-se a instituição do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA em 2003 e do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE em 2009.

A partir dos anos 2000, novos sistemas de produção passaram a ser incorporados nas políticas públicas, como as iniciativas agroecológicas, via portarias e instruções normativas (SCHMITT et al., 2017; NIEDERLE et al., 2019). Em conjunto, utilizando políticas públicas existentes, foram criadas linhas de fomento à agroecologia, como o caso do Pronaf Agroecologia e o Pronaf Eco, e políticas específicas, como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO criada no ano de 2012 e instrumentalizada no ano de 2013 através da Lei Nº 10.831, que instituiu a regulamentação e regramento para produção e comercialização dos produtos orgânicos.

Neste contexto, os agricultores passaram a ser considerados atores sociais ativos, capazes de modificar seus sistemas de produção de acordo com suas capacidades, agindo sobre diferentes modos estratégicos, com influência de sua realidade social, econômica,

política e ambiental, além de auxiliarem na construção das políticas públicas para o setor (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Entretanto, levanta-se o pensamento de Schneider (2010), que o Estado, ao elaborar uma agenda política, pode refletir a demanda social fruto das pressões de organizações, mas também é possível que essas agendas e temas definidos pelo Estado sejam elaborados *ex ante*, por estudiosos, pesquisadores, acadêmicos e mediadores das organizações, não havendo um equilíbrio entre tais grupos devido a polarização impregnada de sentido político e ideológico, em razão de o agronegócio possuir perfil agroexportador, com produção de *commodities*, enquanto a agricultura familiar um perfil baseado na produção de alimentos para abastecimento interno.

Ao existir dicotomia entre o agronegócio e a agricultura familiar, as políticas públicas elaboradas para o setor podem refletir a não adequação frente à realidade agrícola e agrária dos grupos, visto que ambos possuem especificidades. Se a agenda política para a agricultura familiar for elaborada *ex ante*, sem o devido equilíbrio entre os grupos, poderá repercutir na incompatibilidade com as reais demandas do público-alvo, tendo potencial de ser acentuada ao trabalhar com temas sensíveis de suas especificidades, como o da sustentabilidade e de sistemas agroecológicos de produção.

No litoral norte do Rio Grande do Sul há notórias iniciativas organizativas de agricultores, como associações e cooperativas, as quais trabalham com a comercialização de produtos orgânicos e com fomento a sistemas de produção agroecológicos. Esse é o caso da Cooperativa Mista de Agricultores Familiares dos Municípios de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas – COOMAFITT, criada por agricultores, com sede no Município de Itati/RS, que trabalha com produtos oriundos de sistemas de produção orgânicos e convencionais e conta com o acesso a políticas públicas desde sua estruturação, sendo uma ferramenta importante para o seu funcionamento e também para o desenvolvimento socioeconômico dos associados.

O desenvolvimento rural sempre esteve muito próximo ao papel do Estado e sua agenda de ações, em virtude de a economia ter suas bases fixadas na produção agrícola primária. Contudo, o fomento de sistemas agroecológicos de produção, a participação do Estado, se o mesmo é promotor ou determinante no processo de decisão dos agricultores, ou como estes atores manejam e articulam as diferentes políticas públicas nacionais, estaduais e locais carece de novas pesquisas. Através dessa lacuna na literatura especializada que se concebe o questionamento cerne do presente trabalho, afinal “Como

os sistemas agroecológicos de produção foram fomentados pelo Estado, à luz do institucionalismo sociológico?”.

O trabalho teve como objetivo geral analisar o acesso e o uso de diferentes políticas públicas por agricultores com sistemas de produção orgânicos, associados a Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas - COOMAFITT. Para abarcar-lo, os objetivos específicos foram: a) identificar as políticas agrícolas acessadas pelos agricultores e cooperativa, b) dimensionar a importância das compras públicas como fator de estímulo a transição agroecológica, c) verificar a adequação das políticas de crédito rural, d) contextualizar e analisar o papel do Estado no fomento aos sistemas de produção orgânicos através das instituições de assistência técnica e extensão rural – ATER.

Considerou-se que os agricultores são atores sociais e acessam as políticas públicas de acordo com suas especificidades, geradas pela adoção de sistemas de produção orgânicos. Por sua vez, dado sua interferência no caminho do desenvolvimento rural, o Estado influencia e fomenta por meio das políticas públicas a adoção de sistemas agroecológicos de produção, estando essas adequadas ao público alvo.

O desenvolvimento da pesquisa centrou-se primeiramente no entendimento das políticas públicas para a agricultura familiar dispostas em três gerações propostas por Grisa e Schneider (2015) e na trajetória brasileira de construção das políticas públicas para agroecologia elucidada por Niederle et al. (2019). Firmou-se ainda no institucionalismo sociológico elucidado por Haal e Taylor (2003) e utilizou-se o entendimento de agroecologia enquanto ciência e novo paradigma, conforme Altieri (2010) e Caporal, Costabeber e Paulus (2006).

Este trabalho está dividido em capítulos. O primeiro teve o intuito de ser uma seção introdutória. O segundo capítulo aborda o contexto histórico do desenvolvimento rural e a discussão sobre sustentabilidade no Brasil, com ênfase no papel do Estado e sua relação com as políticas públicas de fomento à agricultura familiar. No terceiro capítulo é apresentado os procedimentos metodológicos adotados para a execução da pesquisa. No quarto capítulo aborda-se a Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas, seu histórico e estruturação, estrutura de governança, o processo de transição agroecológica e as políticas públicas utilizadas pelos agricultores, seguido das considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E A AÇÃO DO ESTADO

A sustentabilidade, no Brasil, foi inserida nas ações voltadas ao desenvolvimento de forma gradativa, sob influência das mudanças surgidas no contexto internacional, partindo da preocupação da insustentabilidade dos modelos e ações anteriormente adotados. Balizados pela ação do Estado, o tema estendeu-se às políticas públicas do setor agrícola brasileiro por meio de importantes reivindicações e contribuições de movimentos e grupos organizados da sociedade civil que pautavam melhorias à agricultura familiar e a incorporação de sistemas de produção sustentáveis, como os agroecológicos.

A partir dos anos de 1950 até meados de 1970 a discussão sobre desenvolvimento rural refletia a conjuntura econômica e social nacional, mas principalmente o contexto internacional; a Segunda Guerra Mundial foi seguida por uma polarização de modelos de sociedade que instituiu a possibilidade do desenvolvimento e estimulou novas iniciativas nas sociedades (NAVARRO, 2001).

Desde a segunda metade da década de 1950, o Governo brasileiro adotou, de forma mais acentuada, a estratégia de industrialização via substituição de importações, como uma tentativa de superar a defasagem que separava o Brasil das economias capitalistas industrializadas (GRISA; SCHNEIDER, 2015), assim, o Estado, nesta estratégia nacional-desenvolvimentista, atuou como agente produtivo e financeiro, com argumentos baseados em eficiência produtiva e saldos positivos na balança comercial (CAZELLA, 2016).

Ao mesmo tempo que se implementavam as estratégias de industrialização surgiam os sintomas de crise do modelo adotado; no início da década de 1960 se teve dificuldade no abastecimento interno, aumento inflacionário e críticas quanto a dependência e exclusão de grupos sociais do processo (GRISA; SCHNEIDER, 2015), gerando a necessidade de compensar algumas dessas consequências negativas por meio das políticas sociais. No projeto capitalista de desenvolvimento, o Estado assumiu o papel de proporcionar o bem-estar social aos cidadãos por intermédio de políticas sociais, elaborando projetos e planejando atuações dirigidas com o objetivo de satisfazer o mínimo de vida digna (ROTTA; REIS, 2007).

Para a agricultura, derivou da discussão sobre o desenvolvimento a ideia de progresso materializada no que conhecemos como Revolução Verde. Segundo Navarro (2001, p. 84):

A noção de desenvolvimento rural, naqueles anos, certamente foi moldado pelo “espírito da época”, com o ímpeto modernizante orientando também as ações realizadas em nome do desenvolvimento rural. No Brasil, já nos anos 70, sob a condução dos governos militares, um conjunto de programas foi implementado nas regiões mais pobres [...] sob a égide do desenvolvimento rural. Em tal contexto, a transformação social e econômica – e a melhoria do bem-estar das populações rurais mais pobres- foi entendida como o resultado natural do processo de mudança produtiva na agricultura.

O conceito de desenvolvimento aplicado à época baseava-se exclusivamente no progresso e em índices econômicos. Partindo deste entendimento, teóricos conceituais pioneiros como Walt Whitman Rostow e Joseph Alois Schumpeter se propunham estudar como as sociedades tornavam-se desenvolvidas e quais seriam os passos para atingir o desenvolvimento.

Rostow (1960) apresentou a teoria das cinco etapas do desenvolvimento, na qual constava que para uma sociedade tornar-se desenvolvida ao longo do tempo passaria por etapas progressivas de condições pré-estabelecidas. A primeira etapa abarcava a sociedade tradicional, a segunda compreenderia as pré-condições para o arranco ou decolagem, a terceira o arranco, a quarta a marcha para decolagem e a quinta o consumo em massa.

Para o autor, de uma sociedade tradicional baseada na produção agrícola, com limitações de recursos, capacidade limitada de crescimento devido à falta de tecnologia moderna, que em suma representava oposição à modernidade, passariam para uma agricultura mecanizada, com abertura de mercado internacional, aumento da produtividade, especialização do trabalho, avanços tecnológicos, e findaria o processo com a diminuição dos trabalhadores agrícolas, substituição e diversificação de importações, com uma economia com aptidão técnica capaz de produzir tudo o que decidisse produzir, com a qualificação de trabalhadores, incremento de renda, em uma sociedade industrial massificada.

Schumpeter realizou sua contribuição com a proposição da teoria de ondas do desenvolvimento (inovação e destruição criativa), que seriam ondas longas definidas por ciclos de crescimento de longo prazo. A ideia principal é a de que a mudança de paradigma é resultado das mudanças tecnológicas em conjunto às mudanças institucionais, atingindo a distribuição das condições a todo sistema (SOUZA, 2012).

O entendimento de desenvolvimento para os autores ocorreu estritamente relacionado com índices econômicos e a ideia do progresso. Por conseguinte, a discussão sobre o desenvolvimento rural se deu ao mesmo tempo em que se discutia o

‘desenvolvimento’, pois muitos países tinham a agricultura como base de suas economias, passando por mudanças e expressões que marcaram esse período.

Inicialmente, uma das expressões para referir-se a desenvolvimento rural foi a de ‘desenvolvimento agrícola’, seu conceito abrangia estritamente as condições agrícolas de produção, com características em sentido puramente produtivo; outra expressão foi a de ‘desenvolvimento agrário’, em que as condições da produção passavam a ser apenas uma parcela da análise, focando nas organizações, políticas, conflitos sociais, vida rural e sua evolução; e a última expressão, que hoje utilizada, foi a de ‘desenvolvimento rural’, trata-se de uma ação, que de forma articulada induz ou apresenta a intenção de induzir mudanças em um determinado ambiente rural (NAVARRO, 2001). Em relação às expressões citadas acima, salienta-se que:

As fronteiras entre as expressões mencionadas não são inteiramente segmentadas e seus significados se interpenetram. [...] Será sempre necessário analisar-se corretamente o desenvolvimento agrícola para interpretar o desenvolvimento agrário de determinado país ou região, o que permitirá construir uma estratégia de desenvolvimento rural (NAVARRO, 2001, p. 90).

A proposta de desenvolvimento rural sempre esteve atrelada ao Estado, sendo seu agente principal. Desta relação direta de um agindo sob o outro, no Brasil e em outros países da América Latina, a tônica da intervenção foi da ideologia da Revolução Verde, em que se exaltava ações de intervenções de caráter compensatório, decorrendo no afastamento de muitos pesquisadores do tema; situação modificada a partir da década de 1990 (SCHNEIDER, 2010).

No Brasil, em meados de 1950, as políticas de extensão rural iniciaram através da ação do Estado, com a Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR, por meio de um convênio firmado com a AIA – *American International Association of Economic and Social Development* - e com o governo de Minas Gerais, a partir disso foram criando novas ACARs em cada estado do país. Em 1956 foi criado o Sistema Brasileiro de Extensão Rural através da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR, refletindo na criação da EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, em meados de 1975, a qual, instituiu a ATER e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, organizada em 2003 e instituída em 2010 (OLIVEIRA, 1999; COSTA et al., 2011).

As políticas públicas pioneiras para agricultura se baseavam no modelo de desenvolvimento que tinha como propósito a elevação de índices econômicos e a busca do progresso. Teóricos que disseminavam esse modelo de desenvolvimento acreditavam

que os recursos naturais, como matéria prima, seriam inesgotáveis, e que os impactos ambientais e sociais seriam absorvidos não gerando impactos negativos permanentes na sociedade, pois a tecnologia e avanços científicos seriam utilizados para sua atenuação. Esses argumentos foram refutados com o passar dos anos quando os impactos foram materializados, tornando-se a maioria deles problemas.

Mudanças gerais ocorreram, emergindo discussões teóricas diferentes das de 1970, houve a criação de políticas governamentais em fomento a reforma agrária, assessoria técnica social e ambiental destinada aos assentamentos da reforma agrária, crédito para agricultores familiares e o estímulo a ações direcionadas para mulheres, jovens, aposentados e negros (SCHNEIDER, 2010). Durante este período até 1980, dentre as discussões acadêmicas sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro, como mencionado, a reforma agrária teve papel destaque influenciando as discussões sobre, pobreza rural, êxodo rural, combate ao desemprego e mudanças no trabalho, sendo incluído, em meados de 1990, temas como o combate à fome, resgate da cidadania e críticas mais severas no campo político em relação aos latifúndios, desviando-se da racionalidade estritamente econômica (GURA et al., 2017).

Dentre alguns dos fatores a serem considerados para as mudanças citadas está a crise econômica dos anos de 1980, que gerou expectativa de retomada do crescimento pós ditadura e um período de estabilização, além da reformulação da Constituição Federal, alicerçando pontos como da descentralização política e financeira, e a maior participação popular (SCHNEIDER, 2010). Com a reabertura democrática, grupos que se encontravam na ilegalidade no período de regime civil-militar puderam exercer seus direitos, tomando um papel mais proativo e propositivo do que reivindicatório.

O desenvolvimento rural, com a incorporação da noção de sustentabilidade, emergiu das críticas aos modelos hegemônicos de desenvolvimento que se consolidaram no pós-guerra - capitalista e socialista - devido aos problemas ambientais e sociais gerados no processo de industrialização e urbanização. De acordo com Leis e D'amato (2003) citados por Rotta e Reis (2007), o histórico da ideia de sustentabilidade iniciou em meados da década de 1940 e 1950 no campo científico, na sociedade civil nas décadas de 1960 e 1970, e na esfera política nas décadas de 1970 e 1980.

Contudo, em nível internacional, iniciativas práticas de sistemas de produção sustentáveis e manejos alternativos eram realidade. Em 1920 havia agricultura biodinâmica na Alemanha e Áustria, em 1930 agricultura natural no Japão e agricultura organobiológica na Suíça e Áustria e, em 1940 datam registro de práticas de

compostagem e adubação orgânica na Índia, apesar de serem diferentes do que conhecemos hoje. Nessas iniciativas constavam o intuito de a agricultura ser integrada ao meio ambiente e, a partir delas, procurou-se instaurar políticas de reconhecimento e regulatórias a fim de resultar consensos internacionais; com essas influências, entre um histórico vasto e uma legislação base, temos hoje a política internacional e nacional dos produtos orgânicos (ALVES; SANTOS; AZEVEDO, 2012).

No campo científico, apesar da hegemonia quanto ao entendimento do que seria o modelo ideal de agricultura, iniciativas importantes ocorreram que impactaram na criação de políticas públicas e no fortalecimento de movimentos ambientalistas, como o caso da publicação do *bestseller* Primavera Silenciosa - *Silent Spring* - de Rachel Carson publicado em 1962.

A obra Primavera Silenciosa, impactou principalmente EUA e Europa, foi escrita em um contexto de pós-guerra em que os EUA contavam com uma explosão populacional, fenômeno conhecido como *baby boom*, e com a disponibilidade de agrotóxicos aliados a uma maior demanda por alimentos. Sob essas justificativas, o Estado passou a utilizar de forma abusiva esses produtos, tanto no campo quanto na cidade e, em conjunto ao crescimento expressivo das suas indústrias, emergiram consequências como problemas ambientais e de saúde pública. Carson (1962) realizou com seu livro graves denúncias sobre o uso exacerbado de venenos pelos EUA, nas décadas de 1940 e 1950, sobre a intoxicação humana e de animais, e contaminações no meio ambiente principalmente por venenos organoclorados, indicando caminhos alternativos a serem tomados.

Assim, o auge da indústria de insumos químicos nos EUA, com herbicidas, fungicidas e inseticidas, foi marcado por repercussões negativas surgindo, a partir dessas, pressões por políticas ambientais e regulamentação dos sistemas de produção. Alguns anos depois, na década de 1970, nos EUA e Europa, grupos ambientalistas e movimentos de saúde pública passaram a integrar os ambientes de disputa política, resultando nas primeiras rotulagens de sistemas de produção de base ecológica.

De acordo com Ellsworth (2001), nos EUA a regulamentação dos produtos orgânicos centrou-se nos processos produtivos; essa trajetória teve início em meados de 1970 com o objetivo de padronizar os métodos de produção, requisitos de manutenção de registros, procedimentos de rotulagens e métodos de fiscalização. Não obstante, pela falta de legislação em nível de nação, os estados passaram a contar com diferentes iniciativas de regulamentação; até a década de 1990 haviam 22 estados, do total de 50, com

regulamentações de alimentos orgânicos, com diferenças substanciais quanto aos materiais permitidos para o uso na produção dos alimentos, sobre o período de transição agroecológico e as práticas permitidas entre os estados, dificultando a circulação interna e externa dos produtos.

Após 1990 o congresso, ao perceber tais dificuldades, aprovou a lei de proteção de alimentos orgânicos, promulgando leis robustas e auxiliando na criação de conselhos para sua operação; os conselhos foram compostos por agricultores, manipuladores dos alimentos, varejistas, ambientalistas, consumidores, cientistas e agentes certificadores. A partir dos anos 2000, os EUA contaram com a execução da legislação, permitindo aos produtores e consumidores acesso a produtos com rotulagens a níveis estaduais e a nível federal, conferindo segurança para ambos os públicos.

A conjuntura apontada, quanto à regulamentação dos produtos orgânicos nos EUA, pode ser extrapolada a nível internacional na medida em que se compreende a dificuldade que os países enfrentam ao criarem suas legislações internas e a necessidade de esforços para padronizar alguns conceitos e procedimentos a nível internacional, devido a abertura de mercados internos e externos.

Entre os esforços, criou-se em 1972 a Federação Internacional do Movimento da Agricultura Orgânica – *International Federation of the Organic Agriculture Movement* – IFOAM – enquanto uma organização não governamental, constituída por certificadoras, processadores, distribuidores e pesquisadores abrangendo 112 países. Em 1991 foi publicado, também em âmbito internacional, o primeiro documento normativo por meio do programa instituído pelo *Council Regulation* da comunidade Econômica Europeia – CEE, no qual constava “normas e padrões de produção, processamento, comercialização e importação de produtos orgânicos de origem animal e vegetal” (ALVES, SANTOS, AZEVEDO, 2012, p. 20). As iniciativas culminaram em participações em conferências internacionais, como na Rio-92 em que se fizeram presentes na construção de estratégias no documento Agenda 21, que será tratada no decorrer do texto.

Sendo assim, o debate sobre o futuro da humanidade e da sustentabilidade ganhou maior repercussão a partir de encontros, fóruns e conferências realizados com esforços internacionais, que resultaram na inserção da sustentabilidade no desenvolvimento rural; no debate sobre o entendimento dessas questões por parte do Estado, além do questionamento quanto a determinação do tipo de agricultura adotado pelo país.

Dos encontros internacionais, quanto ao reconhecimento da finitude dos recursos naturais, destaca-se o Relatório do Clube de Roma – Relatório de Meadows – criado após

uma reunião no ano de 1972 em que foram apresentados estudos sobre os limites do crescimento. Após esta iniciativa, outro evento a ser destacado é o da Conferência de Estocolmo – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente – com debates sobre o crescimento econômico, desenvolvimento e proteção ambiental ocorrida no mesmo ano.

Como desdobramentos desses eventos, principalmente após o segundo, houve a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUE como um órgão da ONU encarregado pelas questões ambientais. Nos anos de 1980, com os sintomas da crise econômica, gerou-se um ambiente favorável aos questionamentos sobre sustentabilidade e insustentabilidade concretizado em 1992 com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92 – ocorrida no Brasil.

A partir de 1990, ocorreu maior repercussão política internacional e consolidou-se a construção do conceito de desenvolvimento sustentável, proposto em 1987 pelo Relatório Nosso Futuro Comum (1991, p. 46), sendo definido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”, e foi lançada a Agenda 21, como um documento construído como plano de ação envolvendo governos, empresas e organizações sociais com o objetivo de tratar os problemas ambientais de forma eficiente.

Na primeira década dos anos 2000, grandes conferências internacionais foram realizadas, como a Cúpula do Milênio em Nova York, marcadas por consensos e pela criação de agendas, como a formação dos Oito Objetivos do Milênio – ODM, que abriram caminhos para discussões sobre o papel das políticas públicas no alcance dos objetivos propostos. A terceira conferência mundial, Rio +10, realizada pela ONU, ocorreu em Johannesburgo, África do Sul, com a revisão da Agenda 21 e da Rio +20, em 2012 no Rio de Janeiro, Brasil, renovando o compromisso político internacional com o desenvolvimento sustentável por intermédio da Resolução 64/236 de 2009.

No ano de 2015, em sessão especial na Assembleia das Nações Unidas, sucede a aprovação de uma nova agenda de desenvolvimento sustentável, intitulada “Transformando o nosso mundo: agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, apresentando uma releitura dos ODM com novas propostas baseadas nos resultados obtidos anteriormente apresentando dimensões econômicas, sociais e ambientais.

Dos Oito Objetivos do Milênio, que tinham o prazo para serem cumpridos até o ano de 2015, destaca-se o primeiro (1^a) “Acabar com a fome e a miséria”, o sétimo (7^a) “Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente” e o oitavo (8^a) “Todo mundo trabalhando

pelo desenvolvimento”. Esses objetivos fizeram com que o Governo agregasse essas pautas em suas ações, visto que ocorria o acompanhamento internacional e nacional sobre o cumprimento das metas através de relatórios.

As novas propostas da Agenda 2030 totalizaram 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, destacando-se o segundo (2^a) “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”; o terceiro (3^a) “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”, o oitavo (8^a) “Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos”, o 12^a “Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis”, o 15^a “Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade” e o 17^a “Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável”. Os objetivos foram ampliados e adensados em novas propostas, facilitando, em partes, o trabalho dos Governos em nível nacional.

A agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS encontra-se em curso e colocar suas ações em prática representa um grande desafio. Os ODS representam a continuidade dos esforços até aqui alcançados, a instituição de pautas extremamente necessárias para a promoção da sustentabilidade no país e o reforço das discussões sobre sistemas de produção sustentáveis, segurança alimentar e o papel do Estado frente às novas demandas.

Através deste conjunto de esforços se consolidou a agenda da sustentabilidade globalmente, tendo-a como fruto do acúmulo de discussões no meio científico e das conferências anteriormente expostas; representando a Agenda 2030 um consenso a nível internacional sobre a insustentabilidade do atual modo de produção e consumo (GALLO; SETTI, 2014; COSTA, 2010).

No Brasil, surgiram os primeiros esforços de criação de regulamentos dos produtos orgânicos através de portarias e instruções normativas, que posteriormente auxiliaram no surgimento de Leis Federais, (Anexo A), alicerçados na insustentabilidade, em novos sistemas produtivos, na segurança alimentar e nutricional, e na pressão criada internacionalmente pelos acordos e nacionalmente por grupos organizados.

Em 1994, o Ministério da Agricultura criou a Portaria MA nº 178 que instituiu a Comissão Especial para propor normas de certificação de produtos orgânicos, após, ocorreu o estabelecimento da Portaria MA nº 190 que criou o Comitê Nacional de

Produtos Orgânicos para auxiliar nas ações para o desenvolvimento da produção orgânica brasileira; dessas iniciativas, em 1999 criou-se a primeira Instrução Normativa sobre a produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e certificação, Nº 7, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

A partir dos anos 2000 elaborou-se regimentos internos dos colegiados estaduais para seus funcionamentos; em 2003 entrou em vigor a Lei Nº 10.831 a respeito da produção orgânica brasileira estabelecendo seus conceitos, e em 2007 instituiu-se o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, passando a ter um único selo de identificação (ALVES; SANTOS; AZEVEDO, 2012).

Nesta trajetória, “o processo de produção das normas e padrões de produção para alimentos orgânicos esteve associado às lutas pelo controle desse mercado emergente” (NIEDERLE; RADOMSKY, 2017, p. 259), e envolveu a construção de dispositivos, como o sistema de certificação que passou a orientar as práticas sociais. Nesta disputa, os movimentos ecologistas construíram habilidades sociais que auxiliaram na criação de dispositivos específicos, como o selo da certificação participativa.

O termo desenvolvimento sustentável trouxe consigo a preocupação com a conservação e manutenção das próximas gerações, com a finitude dos recursos naturais, representando o elo de discussões sobre a natureza e as ações do homem. Assim, o modelo de desenvolvimento agrícola, antes pautado sobre índices financeiros e produtividade, se depara com o estopim para a criação de um novo paradigma, que é incorporado pelas políticas públicas, encontrando na agricultura familiar base para suas ações.

No caso brasileiro a participação social gerou mudanças com o ganho de legitimidade concedido com a Constituição Federal de 1988, dos temas das discussões sobre desenvolvimento, com o reconhecimento de novos direitos e espaços de participação social com garantias institucionais a grupos antes não reconhecidos (GURA et al., 2017; GRISA; SCHNEIDER, 2015). Ressalta-se que a agricultura, antes fortalecida, se baseava na tecnificação e modernização, objetivando somente o crescimento econômico, produção e produtividade, com o auxílio da produção de monoculturas, acesso a créditos, com propriedades com grandes extensões de terra, mas, principalmente, com a ausência de preocupação com a sustentabilidade.

Deste modo, a compreensão e reconhecimento da agricultura familiar fez com que o rumo do desenvolvimento rural fosse modificado, abrindo portas para novas discussões, agregando algumas abordagens no campo teórico, como a da sustentabilidade ambiental.

Ressalta-se que para Schneider (2010, p. 515) o debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil sofreu influência com:

[...] a trajetória das discussões em torno da agricultura familiar e de seu potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira, [...] contudo, foi na primeira metade da década de 1990 que esta noção se firmou como uma categoria política, sendo em seguida assimilada por estudiosos e por formuladores de políticas, conferindo legitimidade e constituindo referência em oposição a outras noções igualmente poderosas, como a de agronegócio.

Assim, o processo de modernização, assegurada pelo controle político unilateral, fez com que o desenvolvimento da agricultura fosse marcado por conflitos de classes sociais que disputavam contra a hegemonia política e territorial (FERNANDES, 2008); explícita com as ambiguidades nas ações realizadas por parte do Estado, que não auxiliaram na formação de uma identidade comum entre os agricultores gerando desigualdade.

A partir dos anos de 1980 ocorreu o movimento de construção de redes de agroecologia no país, em conjunto com a abertura democrática, mudanças na ação do Estado e protagonismo da sociedade civil com ação dos movimentos sociais (NIEDERLE et al., 2019). Na década dos anos de 1990, o termo agricultura familiar adentrou o vocabulário científico em conjunto com um processo de reavaliação do significado de desenvolvimento rural, sendo esse o estopim para o reconhecimento da diversidade econômica e heterogeneidade social (ABRAMOVAY, 2007; SCHNEIDER; CASSOL, 2013). Schneider (2006, p. 1) aponta que dois eventos ocorreram neste período resultando em impacto social e político no meio rural:

[...] de um lado, no campo político a adoção da expressão parece ter sido encaminhada [...] pelos movimentos sociais do campo, capitaneados pelo sindicalismo rural ligado à Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), [...] e de outro, a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar, em 1996, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento das Agricultura Familiar).

No campo científico, Wanderley (1996, p. 2), conceituou a agricultura familiar como “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”; Schneider (2003) considerou a agricultura familiar através das suas relações sociais de parentesco e consanguinidade; Abramovay (2007, p. 33) delineou que agricultura familiar “é altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais” e, em concordância com este pensamento, Schneider e Niederle (2008) apresentaram que as famílias têm condições de se integrar e reproduzir

sem se desintegrar ao mercado e se decompor, mas ressalvam que as relações econômicas e sociais são dadas enlaçadas ao mercado e é essa relação que coloca em prova a resistência da agricultura familiar enquanto organização autônoma.

No campo institucional a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabeleceu as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar. Constando em seu Art. 3º que, para ser considerado agricultor familiar, quatro requisitos básicos deveriam ser atendidos, sendo: não deter área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais, utilizar mão-de-obra predominantemente da própria família, ter renda predominantemente originada no próprio estabelecimento e que dirija seu estabelecimento com a própria família.

Em relação a produção agrícola das famílias, de forma geral, a agricultura familiar busca atender objetivos como reprodução física, social e preservação de patrimônio, abrangendo condições estruturais (BRANDEMBURG, 2010) e culturais (GRISA, 2007). Compreende-se, com base nas definições apresentadas, que “as decisões tomadas pela família ante as condições materiais e o ambiente social e econômico são cruciais e definidoras das trajetórias e estratégias que viabilizam ou não sua sobrevivência social, econômica, cultural e moral” (SCHNEIDER, 2006, p. 6). A agricultura familiar se tornou a categoria consagrada, “capaz de abranger todas as formas de agricultura, baseadas na associação entre trabalho, família e produção, bem como aquelas fundamentadas nos laços comunitários de natureza étnica” (DELGADO; BERGAMASCO, 2017, p. 69).

Contudo, a inserção destes grupos nas discussões, elaborações e decisões no campo político e institucional e sua abrangência como público-alvo se deram pelo acesso ao crédito e ao mercado, modificando por vezes suas prioridades e estratégias adotadas. Estes esforços fizeram com que a categoria fosse reconhecida e produzidas políticas públicas específicas, tendo em seus escopos a abrangência da sustentabilidade e a diversidade social, econômica, cultural e ambiental conduzindo ao entendimento de que são adaptadas e adequadas à realidade desses agricultores. Não obstante, existe a possibilidade do não atendimento das reais demandas destes agricultores, em virtude de formarem um grupo heterogêneo, correndo o risco do não encaminhamento de pautas para esferas institucionais ou delas partirem de representantes desligados da vivência rural.

2.1 TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E DE FOMENTO A SISTEMAS AGROECOLÓGICOS

As políticas públicas, a agricultura familiar e a sustentabilidade contam com um arcabouço teórico rico, coalescendo-se, por vezes, no território brasileiro. Essa aproximação ocorre devido as políticas de fomento à agroecologia terem contado com a ação do Estado, encontrando nas políticas destinadas à agricultura familiar caminho para sua execução e permanência.

No Brasil, em meados da década de 1980 e 1990 que o estudo sobre políticas públicas ganhou notoriedade, tendo como influência o retorno ao regime democrático (LAGO; ROTTA, 2018), embora no período entre 1930 a 1980 a discussão sobre desenvolvimento e o papel do Estado existisse, dado que na maioria dos países desenvolvidos os processos contavam com forte ação dos mesmos (CASTRO; OLIVEIRA, 2014).

Desta forma, a Constituição Federal brasileira, desde sua promulgação, agiu como um elemento norteador na formulação de políticas públicas (CASTRO; OLIVEIRA, 2014), criando condições mínimas de desenvolvimento, fomentando o cumprimento dos direitos inseridos na Constituição, além de iniciativas individuais. Neste sentido, segundo Lago e Rotta (2018, p. 26) as políticas públicas apresentam na materialização o intuito de:

[...] investigar o processo de formulação, implantação e avaliação das políticas públicas como o processo através do qual, nas democracias estáveis, os partidos políticos [...] materializam as promessas de campanha [...] que produzirão resultados para as pessoas.

Apesar de existirem diversas definições e abordagens, em geral, as políticas públicas adotam a visão holística, observando o conjunto de fatores, contando ainda com os indivíduos, as instituições, ideologia e interesses, mesmo existindo diferenças de nível de importância entre esses fatores (SOUZA, 2006). Esse é o caso das políticas de fomento à produção agroecológica, que partem da preocupação com o futuro da agricultura e com o meio ambiente, com uma visão holística, mas que dependem da ação das instituições e da participação social para suas implementações.

Na visão do institucionalismo, as estruturas estabelecem parâmetros que servem de base para tomada de decisões dos atores, os quais podem, inclusive, demandar mudança desses mesmos parâmetros, regras e instituições. Sendo assim, é necessário

analisar a complexidade, “é fundamental, nos estudos das políticas públicas, fugir dos modelos simplistas e unidimensionais de análise, pautados apenas em estudos quantitativos de caso, feitos a partir de modelos monocausais e lineares de investigação” (LAGO; ROTTA, 2018, p. 34).

É também através da visão holística e da complexidade que se baseia a agroecologia, a qual considera os agricultores familiares como protagonistas (MOREIRA; CARMO, 2007). Se constitui como novo paradigma no desenvolvimento rural e se apresenta como “uma matriz disciplinar, integradora, totalizante e holística” (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006, p. 2), com capacidade de unir conhecimentos de diferentes disciplinas e aplicá-los em uma abordagem sistêmica.

A agroecologia é a articulação de diferentes conhecimentos em um esforço da união do saber popular com o científico; é essa complexidade que apresenta potencial para orientar a construção de estilos de agricultura sustentáveis e estratégias de desenvolvimento rural sustentável.

Enquanto ciência, é definida como “a aplicação de conceitos e princípios ecológicos ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, [...] proporcionando um marco para valorizar a complexidade dos agroecossistemas” (ALTIERI, 2010, p. 23). Por conta dessa complexidade, o desenvolvimento da agricultura sustentável somente encontrará condições de ser aplicado com mudanças estruturais, nas arenas políticas, sociais, culturais e econômicas.

Como enfoque científico, a agroecologia não pode ser entendida como um conjunto de práticas agrícolas, nem confundida com um estilo de agricultura, apesar de contribuir para a construção das bases da agricultura ecológica e suas correntes, como a agricultura orgânica, agricultura biodinâmica e agricultura ecológica (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

Ou seja, entende-se que a agricultura orgânica integra a agroecologia, mas a agroecologia não pode ser definida pelo sistema de produção orgânico e as práticas agrícolas que o cercam. No Brasil, a legislação existente é sobre os produtos orgânicos, e nela consta a regulamentação do manejo para sua produção, levando por vezes a um entendimento equivocado do conceito de agroecologia, tratando ambos conceitos com equivalência; desta forma, podemos dizer que as políticas públicas que abrangem a agricultura orgânica são uma forma de materialização da agroecologia no campo político.

A trajetória das políticas para a agricultura orgânica no Brasil apresenta esforços nacionais e internacionais de regulamentação, demonstrando o processo sistemático,

através de estrutura legislativa, infraestrutura tecnológica, com a colaboração de um conjunto de atores que compõem a cadeia da produção orgânica, na qual a participação social teve fundamental importância (ALVES; SANTOS; AZEVEDO, 2012).

Como apresentado, a agricultura orgânica tem base na agroecologia e possui legislação própria, materializada na Lei N° 10.831 de 23 de dezembro de 2003 que dispõe sobre a agricultura orgânica, abrange sistemas de produção ecológicos, biodinâmicos, naturais, regenerativos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos. Consta em seu Art. 1° que o sistema orgânico de produção é todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso de recursos naturais e socioeconômicos e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, e a maximização dos benefícios sociais em todas as fases de produção.

Algumas das finalidades do sistema de produção orgânico, segundo a referida Lei, é a oferta de produtos saudáveis, preservação da diversidade biológica dos ecossistemas, promover uso saudável do solo e de sua atividade e de incentivar a integração entre segmentos da cadeia produtiva de consumo, regionalização de produção e comércio dos produtos.

Apesar dos esforços teóricos, a agroecologia somente conseguirá ser difundida de forma ampla e abrangente pela intervenção de políticas públicas, com a ação do Estado. No caso brasileiro, essa aproximação é realizada principalmente em conjunto as políticas públicas para agricultura familiar, “melhor compreendida ao considerarmos a intensa participação da sociedade civil organizada nos processos de formulação e implementação das políticas públicas” (SCHMITT et al., 2017, p. 116).

Embora o financiamento das atividades agropecuárias existisse, a trajetória das políticas direcionadas à agricultura familiar iniciou com a criação do Pronaf. De acordo com Silva (2012), a mobilização de grupos sociais incentivou, no Governo de Itamar Franco, a fundação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – Provap, o qual disponibilizava crédito aos pequenos produtores rurais e, então em 1995, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, o Provap sofreu reformulação culminando na implantação, em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf.

O Pronaf foi criado através do Decreto N° 1.946, de 28 de junho de 1996, tendo como objetivo promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar o aumento da capacidade produtiva,

geração de emprego e melhoria de renda. É o Pronaf, por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP¹, que identifica o produtor sendo agricultor familiar (GURA et al., 2017).

O programa foi instituído em contrapartida às pressões dos movimentos sindicais rurais, com o objetivo de fornecer aos pequenos produtores rurais crédito agrícola e apoio institucional, em decorrência da exclusão e das dificuldades enfrentadas na década de 1980 para manterem-se nos setores de atividades (SCHNEIDER, 2006).

A importância das políticas públicas e do reconhecimento institucional, para o grupo de agricultores, se traduz no exposto por Grisa e Schneider (2015, p. 127) quando citam que as políticas públicas “refletem o entendimento dos grupos sociais sobre sua própria condição e sobre a sociedade em geral, bem como sobre os instrumentos necessários para aperfeiçoar esta condição”, pois somente através da representação da realidade que se torna possível a interpretação dos possíveis problemas, gerando interpretações e possíveis soluções.

Gura et al. (2017) afirma que, a agricultura familiar obteve maior visibilidade a partir dos anos 2000 com, além da criação do Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA oficializado em 2003, o Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar – PGPAF em 2006, o Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE em 2009, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER em 2010 e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER em 2010.

Com o intuito de agregar novos estudos, Grisa e Schneider (2015) contribuíram significativamente ao proporem três gerações de políticas para a agricultura familiar e as formas de interação entre sociedade e Estado, o trabalho demonstra de forma compilada o histórico e as divide em fases, proporcionando melhor entendimento e destacando as principais políticas públicas até o ano da publicação do trabalho.

A primeira geração de políticas públicas para agricultura familiar abarca a construção de um referencial agrícola e agrário iniciada em meados dos anos 1994, a segunda geração é pautada na construção de um referencial social e assistencial remontando aos anos de 1997 e a terceira geração sustenta-se na construção de novos mercados com foco na segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental a partir de meados de 2003.

¹ Com novo nome, o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF deverá substituir a DAP, e servirá para identificar e qualificar o público beneficiário da Política Nacional da Agricultura Familiar conforme a Lei Nº 11.306/2006.

A construção do foco da primeira geração foi composta por grupos políticos e gestores públicos, estudiosos do mundo rural e representantes sindicais e movimentos sociais da agricultura familiar, a segunda geração teve como grupos, além dos presentes na primeira geração, os representantes do agronegócio e, na terceira geração os grupos foram de políticos e gestores públicos, organizações do campo agroecológico, representantes sindicais e movimentos sociais da agricultura familiar, organizações da sociedade civil vinculados ao tema da segurança alimentar e nutricional e estudiosos do mundo rural e da segurança alimentar e nutricional.

Para melhor elucidar a passagem dessas gerações e as mudanças imbricadas nelas, destaca-se três importantes programas que foram citados anteriormente, sendo o Pronaf, PAA e PNAE. Inserido na primeira geração de políticas públicas para agricultura familiar, o Pronaf reflete o período de disputa travado desde meados de 1950 até sua promulgação, contando com modificações que acompanharam os referenciais de cada geração, ocorrendo o mesmo com o PAA e o PNAE.

A criação do Pronaf se deu em resposta às pressões dos sindicatos e movimentos sociais rurais diante das sérias dificuldades que os pequenos agricultores encontravam para permanecer no campo (SAMBUICHI; OLIVEIRA, 2011, p. 1), devido ao modelo de desenvolvimento agrícola concentrador de terras e renda, e a dependência de insumos e tecnologias industriais. As reivindicações tiveram papel determinante para o surgimento e implementação do referido programa, as quais pautavam “transformações estruturais da democratização das políticas públicas, e [...] reconhecimento do seu status científico enquanto categoria analítica por parte da intelectualidade brasileira” (SACCO DOS ANJOS et al., 2004, p. 530-531).

Neste sentido, se reforça o entendimento de que o Pronaf se moldou no decurso de disputas, afirmando que o programa é uma conquista dos agricultores e suas organizações e considerando o programa como a primeira linha de crédito destinada à agricultura familiar (BITTENCOURT, 2003); salienta-se que há o entendimento de que uma das formas de fortalecimento de grupos de agricultores é via “disponibilização de recursos financeiros advindos dos programas governamentais, os quais trazem inegáveis benefícios a estes grupos, que passam a entender sua condição e se aperfeiçoam” (GURA et al., 2017, p. 04).

Iniciava-se com o Pronaf a “construção de um conjunto de medidas orientadas para fortalecer e garantir a produção agrícola e a criação do Seguro da Agricultura Familiar e do Programa de Garantia de Preço da Agricultura familiar” (GRISA;

SCHNEIDER, 2015, p. 132), além de outras políticas públicas que viriam a reforçar este cenário em anos posteriores.

Das problemáticas levantadas ao trabalhar com políticas públicas a delimitação do público-alvo é um das que se sobressaem. Desde a implementação do Pronaf levantava-se questionamentos subjacentes, como o que deveria ser considerado agricultor familiar neste “universo social extremamente diversificado e não menos contraditório em sua composição” (SACCO DOS ANJOS et al., 2004, p. 542-543).

Após a institucionalização do Pronaf, as próprias organizações da agricultura familiar começaram a pautar a necessidade de o programa atender a diversidade socioeconômica da agricultura familiar, culminando na criação de grupos e linhas direcionadas aos agricultores mais descapitalizados ou em situação de vulnerabilidade social, a exemplo da criação do ‘Pronafinho’ em 1997 e do grupo “B”, em 1999 (GRISA; SCHNEIDER, 2015), também houve a criação do Pronaf agroindústria em 1988, a linha Infraestrutura e Serviços Municipais. Desta forma, esses agricultores, antes citados como periféricos, passaram a ser parcialmente incluídos.

O programa, desde sua criação em 1996 até o ano de 2002, “ampliou o acesso a crédito aos agricultores familiares, cedeu recursos para capacitação, melhorias de infraestrutura e serviços nos municípios pobres”, os quais detinham concentração de agricultores familiares (BITTENCOURT, 2003, p. 141). Estes esforços contribuiriam para o reconhecimento da agricultura familiar na geração de trabalho e renda. Constituindo-se como a “principal política agrícola para agricultura familiar em número de beneficiários, capilaridade nacional e recursos aplicados” (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 132).

Contudo, na primeira fase do Pronaf ocorreu a concentração de renda em algumas regiões do país, este desequilíbrio parcial favoreceu a região Sul, explicado principalmente pelo nível organizacional, reivindicações e pressão das agroindústrias sobre os agricultores e o peso econômico (JUNQUEIRA; LIMA, 2008, p. 168); a segunda fase do programa ocorre a partir dos anos 2000, tendo como característica maior abrangência nacional do programa devido a classificação utilizada como requisito para acesso, sendo elas a renda e o aumento de modalidades, em A, B, C e D.

Considerando as fases do Pronaf, enquanto expansão, percebemos que inicia na primeira geração de políticas públicas e tem seus principais avanços em termos de regiões abarcadas pelo programa na segunda geração de políticas públicas para a agricultura familiar, tendo como marco o ano de 1997, passando de um viés estritamente agrícola e agrário para o social e assistencialista.

Para as políticas públicas surtirem efeitos, é um conjunto de fatores que propiciam as condições para o desenvolvimento rural, unindo por vezes políticas de crédito a políticas sociais. Grisa e Schneider (2015, p. 136) apontam que “nem sempre de forma planejada e deliberadamente intencional, as políticas sociais e assistências acabaram tendo repercussões sobre o desenvolvimento rural sob um viés que não é da inclusão produtiva ou pela ativação do mercado de trabalho”, porém as áreas rurais mais empobrecidas tiveram melhorias em seus indicadores que, possivelmente, não teriam alcançado apenas com as ações da primeira geração de políticas públicas.

Há dicotomia entre as políticas de caráter produtivo e as destinadas à assistência social, em razão de que “as de caráter produtivo beneficiam unidades familiares que utilizam de tecnologias e práticas de produção convencionais que procuram somente o aumento da produtividade” (CAZELLA et al., 2020, p. 51) enquanto as de caráter social não tem uma conexão direta com a inclusão produtiva. Para Bittencourt (2003, p. 141), os avanços do Pronaf até o ano de 2003 foram:

[...] a separação dos agricultores em grupos de acordo com a situação econômica, a redução e fixação das taxas de juros nos financiamentos, o estímulo à produção orgânica e agroecológica, o incentivo à constituição de pequenas agroindústrias; o apoio a formação de jovens agricultores através das escolas rurais em regime de alternância; apoio ao desenvolvimento da silvicultura sob os aspectos ambientais e econômicos pelo Pronaf Florestal; o cadastro do agricultor familiar; a simplificação das garantias para o crédito; a democratização dos recursos de capacitação através de seleção e apoio de projetos desenvolvidos pelas próprias organizações de agricultores; e o estímulo e apoio à constituição de sistemas cooperativos de crédito.

Entretanto, Paula, Gómez e Tracz (2017) apontaram que mesmo as políticas sociais contribuindo para a permanência de agricultores em suas atividades produtivas no campo, não houveram mudanças qualitativas na vida dos mesmos.

Na terceira geração de políticas, já no Governo Lula, no ano de 2003, o Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais é extinto dando lugar ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (GRISA; SCHNEIDER, 2015) e insere, como prioridade no Governo, a preocupação com os temas da fome e segurança alimentar e nutricional, fomenta o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e cria políticas como do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e amplia os mecanismos de certificação, como dos produtos orgânicos viabilizado por sistemas participativos de garantias.

Neste mesmo período foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, o Programa de Apoio a Infraestrutura nos Territórios Rurais – PROINF, o Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial - PRONAT e o processo da elaboração da

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, que foi voltada à agricultura familiar com ações multidisciplinares baseados nos princípios da agroecologia e incorporado no Sistema Nacional de ATER (NIEDERLE et al., 2019).

Associado a este movimento, da intensificação da estruturação e da assistência técnica e extensão rural, houve o incentivo das pesquisas agropecuárias realizadas com auxílio das organizações, como o caso da Embrapa, que direcionou suas pesquisas para os sistemas de produção orgânicos em meados de 2006, construindo o Marco Referencial da Agroecologia, estando em alinhamento com a preocupação com a agricultura familiar e a agroecologia, em contraponto ao que historicamente apresentava, com pesquisas focadas em cadeias produtivas do agronegócio.

Contudo, as primeiras experiências com relação às políticas públicas sob a perspectiva agroecológica foram propostas e colocadas em prática pela Emater/RS – Associação de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural, no período de 1999 a 2002, com o estabelecimento de critérios para o atendimento e orientações extensionistas com foco na agricultura familiar e princípios agroecológicos (CAPORAL; PETERSEN, 2012).

Outro importante programa para os agricultores foi o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pelo Art. 19 da Lei N° 10.696, de 02 de julho de 2003, atrelado ao Programa Fome Zero, com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos; regulamentado pelo Decreto N° 7.775, de 04 de julho de 2012.

O PAA é fruto da integração entre duas discussões, da segurança alimentar e nutricional, desde o final da década de 1980 e início dos anos de 1990, e do reconhecimento da agricultura familiar que havia ganhado maior expressão com a criação do Pronaf, em 1996; essa discussão fruto da campanha “Ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida”, que focava nos milhões de brasileiros que se encontravam na miséria e na fome, e no papel do Estado (GRISA et.al. 2010; HESPANHOL, 2013).

Para Grisa e Zimmermann (2015, p. 19), a inovação que o PAA representa também está relacionada com “o processo de construção e de monitoramento da política pública onde o Estado e a sociedade civil interagem e dialogam na construção de mercados institucionais e na promoção da segurança alimentar e nutricional”, as autoras ainda salientam que essa relação extrapola os limites do Estado, em razão de envolver, cada vez mais, ideias e atores sociais.

Uma das formas de atuação do PAA evidenciado na esfera pública são as compras institucionais, entretanto, a discussão sobre mercados se apresenta como uma incógnita para as ciências sociais, visto sua complexidade analítica e de sua criação (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018), por isso, ao associar a questão alimentar no entendimento sobre mercados o torna ainda mais complexo, pois inserimos a alimentação e o alimento, representando tanto valores, como mercadoria, que é o caso das compras institucionais de alimentos através do programa.

Desta forma, a questão alimentar e os mercados agroalimentares ganharam destaque no terceiro ciclo de políticas públicas, principalmente com o PAA e o PNAE. Grisa e Zimmermann (2015) apresentam que o PAA é fruto da construção e articulação civil junto ao Estado intrínseco à relação com outras instituições, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA. O CONSEA é um mecanismo democrático que promove maior interação e participação social e gerou grandes contribuições para aperfeiçoamento do programa, as autoras destacam que o conselho:

[...] tem contribuído para a ampliação dos recursos financeiros, do número de agricultores familiares e de pessoas em vulnerabilidade social beneficiados, mudanças no modelo de produção agropecuário baseado em práticas mais sustentáveis, estimular emergência de novos mercados institucionais e incitar mudanças nos padrões de consumo (GRISA; ZIMMERMANN, 2015, p. 33)

Ao longo dos anos, a origem dos recursos utilizados no programa e os executores tiveram variações, a exemplo, no ano de 2013 tinha-se as modalidades: a) compra com doação simultânea; b) formação de estoques; c) compra direta da agricultura familiar; d) incentivo à produção e consumo do leite, d) compra institucional e, e) aquisição de sementes (HESPANHOL, 2013), as quais sofreram alterações, sendo as mais recentes no ano de 2021.

Da mesma maneira que o Pronaf, o PAA enfrentou dificuldades no tocante a abrangência e adesão ao programa. Do ano de 2006 até o ano de 2011 houveram poucas diferenças sobre a concentração de beneficiários, mantendo as regiões nordeste e sul com maior porcentagem do total das verbas (67%) e atingindo o total de 3,68% do total de estabelecimentos contabilizados no censo agropecuário de 2006 (HESPANHOL, 2013). Outras duas limitações foram a falta de articulação entre as políticas públicas e o valor fixo anual pago aos produtores, tendo a concentração de recursos justificada pela organização dos produtores e também pela divulgação dos programas nestas regiões (HESPANHOL, 2013).

Ao longo dos anos o PAA apresentou um volume crescente de recursos, no ano de 2018 foram operacionalizados R\$64,9 milhões, divididos nas modalidades compra com doação simultânea (R\$57,6 milhões), aquisição de sementes (R\$ 2,2 milhões), apoio a formação de estoques (R\$ 3,5 milhões) além dos custos envolvendo operacionalização e impostos (MACHADO et al., 2020). Além disso, destaca-se a valorização de mercados locais e regionais e a participação da agricultura familiar na política de segurança alimentar.

No ano de 2021, foi apresentada a Lei N° 14.284 que instituiu o Programa Alimenta Brasil, em substituição ao Programa de Aquisição de Alimentos, trazendo outras alterações e revogando dispositivos legais. Dentre as finalidades, consta no Art. 30, inciso I e II, incentivar a agricultura familiar e promover a inclusão econômica e social, com fomento à produção sustentável, consumo e valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar.

A Lei referida é regulamentada pelo Decreto N° 10.880, de 02 de dezembro de 2021, na qual consta as finalidades, beneficiários, aquisição e destinação de alimentos, modalidades de execução, coordenação e execução do programa, e termos de adesão. Entre as alterações destaca-se as modalidades, que passaram para cinco (05), sendo a compra com doação simultânea, compra direta, incentivo à produção e ao consumo de leite, apoio a formação de estoques e compra institucional.

Outro programa que integra os mercados institucionais e fomenta à alimentação é o PNAE, que se caracteriza como a política pública de maior longevidade do país na área da segurança alimentar e nutricional, sendo considerado um dos maiores e mais abrangentes programas de alimentação escolar do mundo (PEIXINHO, 2013). Thies et al. (2016, p. 3), com base nos trabalhos de Fornazier e Belik (2015; 2013), cita que o PNAE se trata de

[...] um programa antigo (iniciado em 1955) com uma institucionalidade verticalizada consolidada, que perpassa as três esferas do poder executivo (federal, estadual e municipal), [...] além de ser um programa nacional é universal, pois alcança todos os municípios do país, [...] detém orçamento vultoso e por esses motivos de tamanho e capilaridade é provável que o programa esteja entre uma das políticas públicas mais abrangentes do Brasil.

O programa é regulamentado através da Lei N° 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar. Consta no Art. 4° da referida lei, que o programa tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos.

O PNAE é um programa que tem o intuito de incentivar a seguridade do acesso ao alimento pelos estudantes, mas também, por consequência, a agricultura familiar. Compreende a alimentação saudável, soberania alimentar, dinamização da economia local, incentivo ao desenvolvimento sustentável e fortalece as organizações dos agricultores. O mesmo cria um elo institucional entre a alimentação oferecida nas escolas públicas e a agricultura familiar local ou regional, mediada pela valorização da diversidade de hábitos alimentares (MALUFF, 2009, p. 01).

No período entre 1995 a 2010, houveram importantes ampliações no PNAE, notados por meio de aporte de recursos financeiros, cobertura populacional e estratégias operacionais, integrando a alimentação com a nutrição para diversos estudantes (PEIXINHO, 2013). Desde a mudança do PNAE em 2009, que o governo brasileiro vem mostrando como o Estado pode construir mercados locais para a agricultura familiar (THIES et al., 2016).

A ação do Estado frente ao PNAE reforça o entendimento da importância e da potência do Estado em criar caminhos para a agricultura familiar por meio de mercados institucionais e das demandas estruturadas (THIES et al., 2016). Destaca-se que uma das importantes mudanças em relação ao programa foi a Lei Nº 11.947/2009 que estabeleceu que a compra mínima de 30% do FNDE deveria ser oriunda da agricultura familiar.

No ano de 2016, das 5.493 prefeituras municipais, somente 75 não receberam recursos do PNAE. Com base nos recursos do FNDE, a região sul, de 2010 até 2014, possuiu os percentuais mais elevados em comparação às outras regiões do país, chegando a 88,6% em 2014, estando em todos eles acima da proporção nacional (THIES et al., 2016). Além disso, na proporção de alimentos comprados da agricultura familiar, a região sul foi a única que globalmente ultrapassou a meta de 30%. Os estudos de Troian et al. (2020) são congruentes com os resultados encontrados nas pesquisas de Thies et al. (2016), em que se observou o destaque para a operacionalização na região sul e para a porcentagem de compra da agricultura familiar.

Todavia, ao ser observado queda nos recursos destinados ao PNAE e na participação da agricultura familiar no ano de 2016, atentou-se sobre o papel das lideranças locais em oportunizar o acesso às informações e conhecimentos para os agricultores familiares, a fim de garantirem acesso ao programa e utilizarem de seus benefícios (TROIAN et al., 2020). Neste sentido, como limitantes da transformação do PNAE de caráter suplementar e assistencialista para um programa universal, integrador, educacional, sustentável e saudável, Peixinho (2013) cita algumas fronteiras com

distintos obstáculos, como as relações do individual com o local, do econômico com o social e do político com o ideológico.

A quebra da continuidade dos programas são um desafio para a participação social e adesão dos agricultores, desestimulando a busca por melhorias e adaptações às suas realidades. Apesar disso, percebemos que ambos os Programas, PAA e PNAE, fazem parte de uma trajetória histórica e foram promulgados em uma conjuntura política específica notada por meio de seus objetivos.

Em 2002, com a mudança política, os atores conseguiram pautar a construção e institucionalização de políticas para a agricultura familiar propostas desde meados de 1990. Outra mudança ocorrida é a participação social e seu envolvimento na formulação e operacionalização das políticas e programas, com as crescentes parcerias entre organizações e sociedade civil, denominado por Grisa e Schneider (2015) de cogestão nas políticas públicas, não salva de conflitos. As transformações e melhorias abarcadas pelos programas “são fruto da interação social com o alvo, de modo que suas organizações contribuíram para ampliar suas atuações e adaptarem-se às especificidades e diferenciações no interior da agricultura familiar” (BITTENCOURT, 2003, p. 141).

A partir de 2003, na tentativa de minimizar os problemas e incentivar a transição para um modelo agrícola mais sustentável foram criadas novas linhas de crédito de investimento, como o Pronaf Agroecologia (2005-2006), Pronaf Floresta, Pronaf Semiárido e Pronaf Eco (SANBUICHI; OLIVEIRA, 2011). Apesar do país ser referência no que tange os avanços das políticas de fomento à agroecologia, a construção de políticas de promoção culminou com a criação, no ano de 2012, da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), nascida dos anseios da sociedade civil organizada, pelos espaços de participação social (SAMBUICHI et al., 2017), instrumentalizada em 2013 pelo I Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (I PLANAPO), atualizado e revisado em 2016 (II PLANAPO), isto significa que as políticas em favor da agroecologia avançaram no espaço físico e institucional aberto pelas políticas de fortalecimento da agricultura familiar (NIEDERLE et al., 2019).

Embora tímido, houve aumento do acesso às linhas de crédito do Pronaf Verde durante a execução do PLANAPO I e II com destaque a partir de 2016, sendo uma política que merece aprimoramento e ampliação de suas ações e demanda a conscientização e mobilização da sociedade no sentido de fortalecimento da agroecologia (SAMBUICHI et al., 2020). Das linhas, o Pronaf Agroecologia obteve influência com a execução do PLANAPO, o objetivo foi de criar uma linha de financiamento de empreendimentos com

sistemas de produção agroecológicos, orgânicos ou em processo de transição, abrangendo custos de implementação e manutenção conforme critérios estabelecidos.

Atualmente, conforme o BNDES, o Pronaf possui as seguintes linhas: Pronaf Custeio, Pronaf Mais Alimentos – Investimento, Pronaf Agroindústria, Pronaf ABC+ Agroecologia, Pronaf ABC+ Bioeconomia, Pronaf Jovem, Pronaf Mulher, Pronaf Microcrédito Rural e Pronaf Cota-Parte. Dividido em quatro grandes linhas, sendo: a) crédito de custeio e investimento destinados às atividades produtivas rurais; b) financiamento de infra-estrutura e serviços a municípios cuja economia dependa fundamentalmente das unidades agrícolas familiares; c) capacitação e profissionalização dos agricultores familiares e, d) financiamento da pesquisa e extensão rural visando geração e transferência de tecnologias para os agricultores (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2021).

Em relação aos gargalos do Pronaf, de 2005 até o ano de 2012, a distribuição dos recursos entre as grandes regiões brasileiras e o número de acessos à política foram desiguais, ao comparar a região sul e sudeste com o Centro-oeste, norte e nordeste, onde cerca de 73% concentravam-se no sul; além disso, denunciaram casos de expropriações devido ao caráter estritamente econômico, a não abrangência da diversidade e a permanente ligação com o mercado do agronegócio, ocasionando mudanças de práticas culturais (PAULA; GOMEZ; TRAZC, 2017).

O Pronaf reforçava o uso generalizado de insumos modernos, o não encaminhamento de ações de ações intervencionistas nos debates sobre os rumos do desenvolvimento rural, e a fragilidade do programa como instrumento para promover mudanças locais necessárias para um desenvolvimento sustentável devido às limitações na questão ambiental (MATTEI, 2010). Houve a tentativa de amenizar essa tendência ao serem criadas novas linhas no Programa, como as de cunho ambiental e social, com demanda dos agricultores pelo respeito à diversidade e sustentabilidade (SCHNEIDER; CAZZELLA; MATTEI, 2021). Contudo, há de se questionar a motivação da falta de informações nesse campo e identificar o porquê de as linhas serem pouco demandadas pelos agricultores orgânicos.

Destaca-se que estas políticas são de grande importância para a execução desta pesquisa e com esse motivo o trabalho de Sambuichi e Oliveira (2011) fazem importantes contribuições sobre as linhas de fomento à sustentabilidade. Os autores ao analisarem o Pronaf agroecologia, Pronaf eco, Pronaf semiárido e Pronaf floresta, apontam que em conjunto representaram, durante as safras de 2006 a 2010, 1,6% do volume total de

recursos financiados em investimentos pelo Pronaf geral no mesmo período, sendo que somente o Pronaf Mais alimentos representou 8,6% dos recursos distribuídos, indicando que os sistemas convencionais continuavam recebendo maiores volumes de recursos do que os sistemas agroecológicos, orgânicos, agroflorestais ou ambientalmente mais sustentáveis. Os autores também atentaram ao fato da dificuldade de acesso ao crédito junto aos bancos e a falta de preparo para analisar e aprovar projetos agrícolas não convencionais, taxa de juros e o tempo para pagamento.

Apesar do Sul ser uma das regiões concentradoras de recursos e haver um processo de modernização mais intenso, existia “o contraponto de narrativas locais, com iniciativas de práticas sustentáveis, inovadoras de produção, conservação de solos, controle biológico” (NIEDERLE et al., 2019, p. 274), entre outras. Mas apesar dos avanços em termos de políticas de fomento à agroecologia, a presença do agronegócio se manifesta nos espaços políticos, econômicos e territoriais, representando um empecilho à implantação de políticas de promoção da agroecologia capazes de reorientar as políticas de desenvolvimento rural.

As políticas nacionais de fomento a agroecologia encontram suas raízes em um conjunto diversificado de iniciativas locais em diferentes regiões do país, sobretudo a partir dos anos de 1990 com experiências a níveis locais, regionais e territoriais, com maior coesão e densidade política na década dos anos 2000; este histórico é marcado por disputas nos campos discursivos, jurídicos, políticos e institucionais, sobretudo por o país ser um dos maiores consumidores de agrotóxicos no mundo, apresentando o setor do agronegócio de forma expressiva (SCHMITT et al., 2017).

Nos últimos anos ocorreram a extinção de algumas políticas de desenvolvimento territorial, redução dos programas de extensão rural, fim de núcleos de agroecologia e reestruturação da Embrapa, demonstrando uma ruptura quanto ao reconhecimento da agroecologia como referencial de políticas públicas (NIEDERLE et al., 2019). Para além, os retrocessos a partir de 2016 se devem à crise fiscal e as rupturas no sistema político brasileiro, relacionando-se com “a fragilidade dos processos setoriais de inovação nas políticas públicas frente às mudanças de cenário ocorridas em um contexto econômico e político mais amplo” (SCHMITT et al., 2017, p. 117).

Compreende-se através do exposto que, as políticas públicas passaram por melhorias, adaptações e reformulações que procuraram atender a esfera social e a sustentabilidade ambiental, houve o reconhecimento dos agricultores familiares enquanto categoria social e a preocupação com sistemas produtivos mais sustentáveis foi

representada com a criação de políticas específicas, apesar de exibirem momentos com diferentes intensidades de incentivos por parte do Governo.

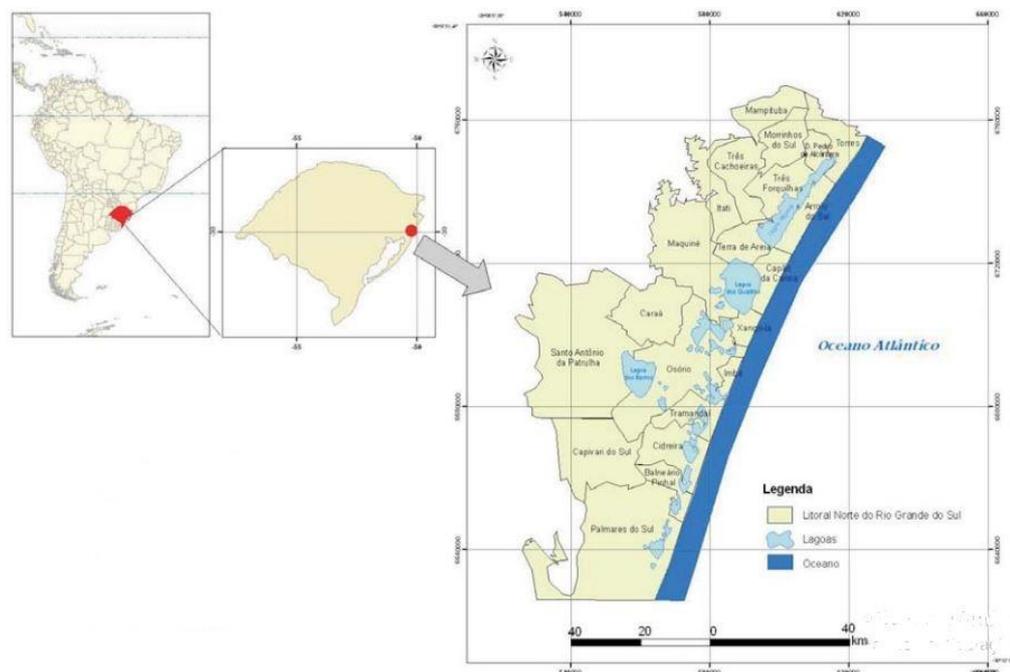
Com destaque da presença de novos atores sociais, sua relação com as instituições e a preocupação com sistemas produtivos mais sustentáveis houve o surgimento de novas iniciativas no território gaúcho, como é o caso do litoral norte do Rio Grande do Sul, que será apresentado logo abaixo.

2.2 O LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL COMO PALCO DE INICIATIVAS ORGANIZATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

No litoral norte do Rio Grande do Sul, um conjunto de agricultores aliados a pesquisadores, extensionistas rurais e consumidores, empreenderam iniciativas que implicaram em reavaliações e reinvenções de sistemas de produção agrícola e, por consequência, novos projetos de desenvolvimento rural; o resultado desse processo e dessas relações caracterizaram a região como um mosaico cultural e produtivo, com propriedades predominantemente familiares com sistemas de produção diversificados, focados na produção de alimentos com base ecológica (MEDEIROS et al., 2020).

A região, (Figura 1), tem sua paisagem localizada em duas formações geológicas distintas, sendo a Serra Geral e a Planície Costeira (WIVES, 2013), passou por mudanças em suas características principalmente após a chegada de imigrantes no local. Através desse evento, em meados do século XVIII, houve a introdução do gado em áreas de baixada, cana-de-açúcar e mandioca nas encostas, evoluindo em meados do século XIX com a manutenção da cana e mandioca, introdução do arroz nos banhados nos anos de 1950 e a bananicultura comercial e olericultura em 1960 (VIVAN, 2002).

Figura 1 - Mapa da localização dos municípios pertencentes a região litoral do Rio Grande do Sul, Brasil



Fonte: Adaptado do Subgrupo temático Uso e Ocupação do Solo IM/Recos/RS (STROHAECKER, 2006, p. 77).

A expansão das atividades agrícolas, inicialmente, ocorreu com o apoio de técnicas de derrubada-queimadas e com a aceleração do desmatamento, a agricultura praticada por esses imigrantes pressionou cada vez mais zonas de floresta, aumentando os locais com atividade produtiva gerando uma diferenciação em relação às condições agrícolas dos agricultores, de modo que alguns deles possuíam áreas planas enquanto outros continuaram a cultivar em encostas, tendo o agravante das questões de preservação ambiental (WIVES, 2013).

Assim, no litoral norte do Rio Grande do Sul, a emergência de sistemas de produção de base ecológica ocorreu na década de 1990 por meio da técnica de manejo Sistema Agroflorestal – SAF e, com a produção integrada de consórcios, se possibilitou a adesão a manejos ecológicos, voltados a conservação do solo e a substituição de insumos químicos por orgânicos (WIVES, 2013).

Até meados dos anos de 1960, os municípios pertencentes à região apresentavam um perfil predominantemente rural, ao contrário do restante do estado do Rio Grande do Sul que detinha um grau de urbanização considerável. Esse cenário modificou-se com o intenso crescimento demográfico, compondo uma faixa contínua de pequenas cidades litorâneas que coincidiu com o processo de revalorização da costa por questões políticas, econômicas, culturais e ambientais, aflorando o caráter de preservação, recreação e lazer (STROHAECKER et al., 2006).

As mudanças citadas acima foram possibilitadas com a crescente emancipação a partir de desmembramentos nos territórios observados a partir dos anos de 1980 (FUJIMOTO et al., 2005). As emancipações otimizaram o crescimento econômico, investimento em setores de infraestrutura, rodoviários e imobiliários, e os setores públicos com a promoção da educação e saúde (STROHAECKER et al., 2006).

O protagonismo da sociedade civil no litoral norte do Rio Grande do Sul é um elemento que o destaca, e em razão destes esforços surgiram importantes iniciativas organizativas da agricultura familiar e de sistemas agroecológicos de produção. Este é o caso da criação da Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas – COOMAFITT, que tem sua sede localizada no Município de Itati/RS e trabalha com a comercialização de produtos orgânicos e convencionais.

A COOMAFITT utiliza de maneira conjunta a concepção do cooperativismo e da ecologia. Dessa junção, a agroecologia tornou-se uma das principais estratégias de atuação da cooperativa, de forma que esse entendimento se estendeu aos associados, perpetrando a busca por qualidade de vida, saúde alimentar, combate ao êxodo, reflexão da questão de gênero, participação ativa dos jovens, produção com menores impactos ambientais e harmonia entre homem e natureza; fatores esses que ultrapassam a preocupação com a comercialização e acesso aos mercados (AYDOS, 2020; SANTOS, 2017).

A cooperativa contou com aporte de políticas públicas e auxílio de algumas organizações para sua criação, estruturação e funcionamento. Para Medeiros et al. (2020) seu protagonismo é distinguido pela adoção e implementação das políticas públicas, como as de compra de alimentos, observado na COOMAFITT pela adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional da Alimentação Escolar - PNAE.

Em concordância com o caso da cooperativa, de ser composta por agricultores familiares, os três municípios de abrangência, Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas, receberam a classificação de rurais no trabalho de Fujimoto et al. (2005), apresentando população rural significativa, com suas economias direcionadas para o setor primário e com estrutura fundiária baseada na pequena propriedade.

O Município Terra de Areia, inicialmente distrito do Município de Osório, foi desmembrado e elevado à categoria de município através da Lei Nº 8.561, de 13 de abril de 1988, com área territorial de 142,275 km² (IBGE, 2020). Sua população no ano de 2010 foi de 9.878 pessoas, sendo que 47% residiam em área rural e 53% em área urbana (IBGE, 2010), a população estimada no ano de 2020 foi de 11.315 pessoas. Do total de

301 estabelecimentos agropecuários, (Tabela 1), aproximadamente 66% são classificados como familiares possuindo no máximo 10 ha, sendo que destes, 42,1% possuem área total de menos de 5 ha.

Tabela 1 - Número de estabelecimentos agropecuários, familiares ou não do Município de Terra de Areia/RS

Grupos de área total	Total de estabelecimentos		Estabelecimentos não familiares		Estabelecimentos familiares	
	Total	%	Total	%	Total	%
Mais de 0 a menos de 10ha	184	61,1	29	42,6	155	66,5
De 10 a menos de 50 ha	99	32,9	25	36,8	74	31,8
De 50 a menos de 200 ha	18	6,0	14	20,6	4	1,7
De 200 a 500 ha e mais	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Produtor sem área	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	301	100	68	100	233	100

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do IBGE (2017)

O Município é conhecido como a capital do abacaxi, sua produção é reconhecida e valorizada por parte dos consumidores devido às características gerais do fruto, por possui sabor adocicado proeminente que agrada o paladar de quem o degusta (AMBROSINI; OLIVEIRA; FAVARETO, 2017).

O Município de Três Forquilhas, antes distrito do Município de Torres, foi desmembrado e elevado à categoria de município através da Lei Nº 9.597, de 20 de março de 1992, com área territorial de 217, 386 km² (IBGE, 2020). A população no ano de 2010 era de 2.914 pessoas e a estimada no ano de 2020 de 2.669 pessoas (IBGE, 2010), sendo que 87% dos domicílios em área rural e 13% em área urbana (SEBRAE, 2020). Dos 409 estabelecimentos agropecuários, (Tabela 2), aproximadamente 80% são classificados como familiares, e destes, 58% possuem estabelecimentos com área de até 10 ha, sendo 34,3% estabelecimentos com área total de menos de 05 ha.

Tabela 2 - Número de estabelecimentos agropecuários, familiares ou não do Município de Três Forquilhas/RS

Grupos de área total	Total de estabelecimentos		Estabelecimentos não familiares		Estabelecimentos familiares	
	Total	%	Total	%	Total	%
Mais de 0 a menos de 10ha	247	60,4	48	70,6	199	58,4
De 10 a menos de 50 ha	146	35,7	13	19,1	133	39,0
De 50 a menos de 200 ha	12	2,9	4	5,9	8	2,3
De 200 a 500 ha e mais	2	0,5	2	2,9	0	0,0
Produtor sem área	2	0,5	1	1,5	1	0,3
Total	409	100,0	68	100,0	341	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do IBGE (2017)

Devido a fatores geográficos, o Município é privilegiado de beleza natural que apresenta grande potencial econômico e turístico; o setor agropecuário tem importante participação na economia do município por meio de pequenas colônias hortigranjeiras, criação de bovinos e alambiques (PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FORQUILHAS, 2020).

O Município de Itati pertencia ao território do Município de Terra de Areia/RS, situação que foi modificada em 16 de abril de 1996, com sua emancipação através da Lei Estadual Nº 10.746, com área territorial de 205, 321 km² (IBGE, 2020). A população no ano de 2010 era de 2.584 pessoas, sendo que 75% residiam em área rural e 25% em área urbana (IBGE, 2010), a população estimada no ano de 2020 foi de 2.397 pessoas. Possui majoritariamente estabelecimentos agropecuários classificados como familiares, sendo 87% do total, e destes, (Tabela 3), 62% possuem estabelecimentos com menos de 10 ha e 38,6% se encontram com área total com menos de 5 ha.

Tabela 3- Número de estabelecimentos agropecuários, familiares ou não do Município de Itati/RS

Grupos de área total	Total de estabelecimentos		Estabelecimentos não familiares		Estabelecimentos familiares	
	Total	%	Total	%	Total	%
Mais de 0 a menos de 10ha	212	62,5	25	61,0	187	62,8
De 10 a menos de 50 ha	107	31,6	8	19,5	99	33,2
De 50 a menos de 200 ha	18	5,3	7	17,1	11	3,7
De 200 a 500 ha e mais	1	0,3	1	2,4	0	0,0
Produtor sem área	1	0,3	0	0,0	1	0,3
Total	339	100,0	41	100,0	298	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do IBGE (2017)

Itati possui rica diversidade cultural, os povos originários eram o povo indígena Kaingang, mas o local contou com a imigração de colonos alemães, portugueses, poloneses, argentinos, açorianos e japoneses na sequência (SANTOS, 2017) gerando um pluralismo cultural.

Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas apresentam estabelecimentos agropecuários que utilizam em suas produções a agricultura orgânica, sendo essa relacionada majoritariamente à produção vegetal (IBGE, 2017). Entre os três municípios, (Tabela 4), houveram estabelecimentos que não utilizaram agrotóxicos, com destaque a Itati com 57%, e estabelecimentos com integrantes associados a alguma organização, com destaque para o Município de Terra de Areia com 77%.

Tabela 4 - Estabelecimentos agropecuários dos Municípios de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas quanto ao uso da agricultura orgânica, uso de agrotóxico e participação em associação

Municípios (RS)	Total de Estabelecimentos	Uso de agricultura orgânica			Uso de agrotóxicos		Associação	
		Sim	Sim, para produção vegetal	Sim, para produção animal	Sim	Não	Sim	Não
Itati	339	27	27	0	144	195	76	263
Terra de Areia	301	13	12	1	179	122	231	70
Três Forquilhas	409	10	9	1	296	108	59	350
Total	1049	50	48	2	619	425	366	683

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (2017)

Conforme dados do MAPA, Itati conta com 11 produtores certificados, Terra de Areia com 16 e Três Forquilhas com 18 por intermédio de Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade – OPACs e de certificadoras por auditoria, pelas organizações como OPAC Litoral Norte e Rede Ecovida de Agroecologia, e Ecocert e IBD, respectivamente. Contam ainda, com a Organização de Controle Social com a Associação dos Pequenos Produtores de Itati – APPI.

Portanto, tais informações levantadas sobre a trajetória do desenvolvimento rural e das políticas públicas voltadas à agricultura familiar e a sistemas de produção agroecológicos, além do histórico do território Litoral Norte, características da COOMAFITT e dos municípios que a cooperativa abrange, são relevantes para a compreensão e desenvolvimento da análise. A seguir, serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados para a execução da pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo pretende-se discutir os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa, como a abordagem, objetivos e procedimentos técnicos, além da coleta e análise dos dados. Para a execução desta pesquisa foram considerados alguns fatores, como da visão holística e da complexidade, referente às políticas públicas e também as organizações e seus arranjos. Assim, inseridos na grande área da sustentabilidade, a abordagem adotada é caracterizada como qualitativa.

Para compreender o acesso e uso de políticas públicas por agricultores com sistemas de produção agroecológicos, serviram como objeto de estudo os agricultores associados da Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas - COOMAFITT. A cooperativa é uma organização criada por agricultores familiares, que apresenta estruturas e normas de funcionamento, interações com outras organizações e apoio local, utilizam políticas públicas desde sua criação e fomentam sistemas de produção agroecológicos, principalmente os sistemas orgânicos, e estão inseridos em uma região com características singulares ambientais e organizativas. Devido a estes fatores, acreditou-se que os agricultores associados à COOMAFITT apresentavam potencial para auxiliar na construção desta pesquisa.

O trabalho possui natureza descritiva em virtude da procura por aprofundamento de uma realidade determinada. A região estudada, o Litoral Norte do Rio Grande do Sul, apresenta agricultores com sistemas de produção orgânicos que serão analisados a partir de uma abordagem institucionalista. Este estudo de caso objetiva analisar profundamente a unidade, que é definida por duas características, sendo a natureza e abrangência e também a complexidade determinada pelos suportes teóricos (TRIVINOS, 1987).

Partindo do pressuposto de que a vida é que determina a construção da consciência, ao transformar a natureza os próprios seres humanos transformam a si mesmos, ou seja, há subjetividade, mas significa também que a realidade é objetiva. Na abordagem crítico-dialética o empirismo são produtos histórico-sociais. Nesse sentido, a utilização da dialética é necessária, em razão de que somente a partir da totalidade conseguiremos chegar a um resultado que revele a verdade.

Para a execução do trabalho será considerado o institucionalismo sociológico. A vertente “busca elucidar o papel desempenhado pelas instituições na determinação de

resultados sociais e políticos” (HAAL; TAYLOR, 2003, p. 194). Desta forma, o termo instituição é definido como:

[...] procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais inerentes à estrutura organizacional da comunidade política [...] com tendência de associar as instituições às organizações e às regras ou convenções editadas pelas organizações formais (HAAL; TAYLOR, 2003, p. 196).

O institucionalismo busca saber como as instituições e regras afetam na vida e na tomada de decisão dos indivíduos. Parte do pressuposto de que o coletivo e os atores sociais detêm segurança nas instituições, devido a imposição de estabilidade que diminui as incertezas e riscos. Por sua vez, o institucionalismo sociológico faz luz a perspectiva cultural; nesta abordagem consideram que os indivíduos possuem a racionalidade limitada, pois sua própria visão de mundo serve de base para a tomada de decisões e estratégias adotadas, podendo afetar para além, a própria identidade e as suas preferências. Desse ponto de vista:

[...] as instituições fornecem modelos morais e cognitivos que permitem a interpretação e a ação. O indivíduo é concebido como uma entidade profundamente envolvida num mundo de instituições compostos de símbolos, cenários e protocolos, que fornecem filtros de interpretação, a partir das quais se define uma linha de ação (HAAL; TAYLOR, 2003, p. 198).

Buscando melhor abordar a temática do presente trabalho, optou-se por utilizar o institucionalismo sociológico a fim de considerar as instituições sem excluir as influências culturais dos indivíduos. Dado que a teoria institucionalista procura explicar o funcionamento das instituições como uma realidade socialmente construída.

O trabalho também utiliza o entendimento de agroecologia enquanto ciência, proposto por Altieri (2010), e como um novo paradigma, sob a ótica dos autores Caporal, Costabeber e Paulus (2006), em razão de que integram o escopo científico, são abarcadas por políticas públicas e instituições, dialogam com o saber popular, comunidades e indivíduos, nas esferas ambientais, econômicas e sociais. Para a busca de evidências e arcabouço teórico inicialmente foram realizadas revisão teórica, seguida de pesquisa documental, através de marcos legais, relatórios, programas e leis, e pesquisa a campo com entrevista semiestruturada.

Para a coleta de dados foram realizadas duas incursões a campo, separadas em dois momentos. A primeira etapa da pesquisa foi executada no mês de dezembro do ano de 2020, consistiu na realização de entrevistas com auxílio de questionário semiestruturado aplicados aos gestores e aos agricultores associados a cooperativa COOMAFITT nos Municípios de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas, e aos agentes representantes de organizações, como técnicos funcionários da Emater e da Prefeitura de

Itati e representantes da OPAC Litoral Norte, os três municípios situam-se na região norte do estado do Rio Grande do Sul.

A segunda etapa da pesquisa consistiu na realização de novas entrevistas somente com agricultores com produções orgânicas certificadas, com auxílio de questionário aberto estruturado, aplicados em novembro do ano de 2021. Da mesma forma, as entrevistas foram gravadas e transcritas literalmente, visando suprir lacunas observadas na primeira etapa da pesquisa. Esta etapa foi realizada pela equipe técnica integrante da pesquisa.

As entrevistas objetivaram compreender a adesão, importância e contribuição das políticas públicas aos agricultores, além de compreender o fomento recebido pela COOMAFITT das instituições e seu desenvolvimento, influenciado pelas políticas públicas. Na primeira etapa foram realizadas 29 entrevistas pelo grupo de trabalho, das quais, devido ao foco da pesquisa, foram ocupadas para a execução desta dissertação 12 entrevistas a agricultores com produções orgânicas certificadas e com produções convencionais e 06 a representantes de organizações; na segunda etapa foram realizadas 22 entrevistas ao total, sendo utilizadas 08 entrevistas aplicadas a agricultores orgânicos e 03 a representantes das organizações. Sendo assim, para execução do trabalho foram utilizadas 30 entrevistas ao total, as quais foram gravadas e transcritas.

O uso da entrevista semiestruturada como método de coleta de dados foi escolhido por permitir maior participação dos entrevistados. Segundo Triviños (1987, p. 150) a entrevista semiestruturada na pesquisa qualitativa “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade”. Os questionários partiram de uma mesma base e sofreram adaptações de acordo com o grupo entrevistado, dividido entre agricultores e os representantes das organizações.

Salienta-se que esta pesquisa integra um projeto “Guarda-chuva” intitulado “Inclusão produtiva em um contexto de múltiplas transições – tecnologias digitais, acesso a mercados e promoção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis”, contemplado no edital da Cátedra Itinerante – Inclusão produtiva no Brasil rural e interiorano do CEBRAP Sustentabilidade. A condução do projeto é realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento (GEPAD) e por instituições parceiras (UFRGS, UFSM, UNISC, UTFPR, UERGS, UFFS, IFRS).

A pesquisa deste referido projeto serviu de base para a construção de diversos trabalhos, incluindo a execução de três dissertações e uma tese, abrangendo diferentes áreas do conhecimento. As outras duas dissertações tiveram como temas: mercados

alimentares e a digitalização na promoção da inclusão produtiva, e os custos de transação na comercialização da produção orgânica certificada; e a tese versou sobre as transformações nos sistemas alimentares territoriais durante a pandemia da covid-19 abrangendo o Médio Alto Uruguai e o Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Desta maneira, destaca-se que os questionários foram construídos e aplicados com perguntas abrangendo todos os temas de pesquisa e direcionado a diferentes públicos, como agricultores, gestores, consumidores, e também a diferentes municípios da região, por este motivo não utiliza a totalidade das entrevistas realizadas pelo grupo de trabalho.

A classificação e interpretação dos dados contou com o apoio do Software NVivo. Para as codificações, Taylor e Bogdan (1984) propõem desenvolver categorias, codificando os dados e refinando as análises. Conceitualmente as categorias:

[...] são estruturas analíticas construídas pelo pesquisador que reúnem e organizam o conjunto de informações obtidas a partir do fracionamento e da classificação em temas autônomos, mas inter-relacionados, o critério é a coerência interna auxiliado por princípio gerais (DUARTE, 2005, p. 73).

Posto isso, os dados foram sistematizados considerando as instituições e as práticas adotadas pelos agricultores. As instituições foram observadas como o conjunto de leis (Pronaf, PAA, PNAE, leis municipais, estaduais e federais), e suas estruturas e organizações, como a Cooperativa COOMAFITT, Emater, Prefeituras e suas Secretarias, e organizações financeiras, em razão de serem os responsáveis por criarem padrões e modificarem as práticas exercidas pelos atores envolvidos, gestores e agricultores.

As práticas foram observadas por intermédio das estruturas, regras e costumes, na perspectiva de escolha dos sistemas de produção, com as tecnologias adotadas, mercados acessados, processos de certificação e utilização das políticas públicas e organizações, pois em contrapartida, devido suas relações e participações, acabam por influenciar na criação destes mesmos padrões.

Dessa maneira, destaca-se que a análise de dados é a tentativa de realçar relações existentes entre o fenômeno estudado e os outros fatores, sendo assim Marconi e Lakatos (2003, p. 168), argumentam que:

[...] na análise, o pesquisador entra em maiores detalhes sobre os dados decorrentes do trabalho estatístico, a fim de conseguir respostas às suas indagações, e procura estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas. Estas são comprovadas ou refutadas, mediante a análise.

Os autores também frisam que a análise de dados é realizada em três níveis, sendo eles a interpretação, a explicação e a especificação, afirmando que, mesmo com dados válidos, é a eficácia da análise e da interpretação que determinará o valor da pesquisa.

Então, o Software NVivo versão 12, foi utilizado na análise dos dados através da codificação das categorias políticas públicas, organizações e práticas, e subcategorias como Pronaf, PAA, PNAE, legislação, políticas de extensão rural, cooperativa, COOMAFITT, Emater, Prefeituras, bancos, transição agroecológica, sistemas de produção, tecnologias, mercados, certificação; buscando padrões utilizando frequência de palavras, criação de gráficos, árvore de palavras e análise de clusters e nuvens. Com múltiplos codificadores, palavras-chave foram processadas gerando esquemas de rede norteando os resultados.

4 O CASO DA COOMAFITT COMO INICIATIVA NO LITORAL NORTE DO RS

No decorrer deste capítulo será discutido, com maior aprofundamento, sobre a Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas – COOMAFITT, sua estrutura de governança, o processo de transição agroecológica, a certificação dos produtos orgânicos e as práticas dos agricultores associados a ela.

4.1 A COOPERATIVA MISTA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ITATI, TERRA DE AREIA E TRÊS FORQUILHAS

Nesta seção serão apresentados o histórico da cooperativa quanto a sua estruturação e organização, a aproximação com os produtos orgânicos, comercialização e suas conformações atuais, a fim de compreender sua construção e seus principais marcos.

4.1.1 Estruturação da cooperativa

Ações de cooperação são retratadas a muito tempo em nossa sociedade, ainda assim, o termo cooperativismo e seus princípios são relativamente novos. Os primeiros postulados do cooperativismo reconhecidos academicamente surgiram em meados de 1844 com a criação da primeira organização cooperativa, a Pioneiros Equitativos de Rochdale.

As cooperativas tendem a surgir em momentos de dificuldades, a partir da tomada de consciência dos envolvidos frente ao cenário (SALES, 2010). À vista disso, os Pioneiros de Rochdale surgiram no período da Revolução Industrial propulsionados por mudanças na economia que afetaram diretamente no poder de compra dos trabalhadores. Desta forma, operários se uniram a fim de prover fornecimento de alimentos a preço justo

e melhorar suas condições sociais e econômicas. Os princípios do cooperativismo propostos pela organização tornaram-se conhecidos e difundidos mundialmente, norteando as subseqüentes iniciativas e em algumas delas passando por adaptações.

No Brasil, no ano de 1969 se teve a criação da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB e, em 1971 criou-se a Lei Nº 5.764/1971 que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas. Conforme essas instituições, existem sete ramos do cooperativismo, sendo o agropecuário, de consumo, de crédito, produção de bens e serviços, infraestrutura, saúde e transporte.

Como no desenvolvimento rural, as cooperativas brasileiras do ramo agropecuário se desenvolveram de forma dualista, em razão de o Estado, com intuito de desenvolvimento, recorreu às mesmas de maneiras distintas. Em um primeiro momento, em meados de 1929, o Estado buscou atenuar os efeitos da crise econômica e melhorar a distribuição de alimentos para o abastecimento dos centros urbanos, o segundo momento visou retomar o modelo produtivista agroexportador (COSTA; AMORIM JUNIOR; SILVA, 2015), com isso os pequenos produtores rurais passaram a fornecer alimentos básicos para o mercado interno e as grandes cooperativas produziram *commodities* para exportação.

A cooperativa, objeto do presente estudo, pertence ao ramo agropecuário, iniciou seus trabalhos mediante a formação de um grupo de oito apicultores agricultores familiares, frente às dificuldades da produção de mel, e se intitulava Casa do Mel. Seu atual modelo e conformação se deu no ano de 2006, visando o desenvolvimento socioeconômico de seus associados e partindo da necessidade de:

[...] fortalecer as iniciativas da agricultura familiar, por meio da união de agricultores marginalizados pelas consequências negativas da modernização conservadora da agricultura como descapitalização, dificuldades de integração a mercados para comercialização de seus produtos e acesso a algumas políticas públicas frente a lacunas deixadas pelo Estado (MEDEIROS; TOZZI, 2012, p. 10).

A COOMAFITT, (Figura 2), passou a incluir novos produtos, como banana e hortaliças, e aderiu a mercados de abastecimento locais e institucionais. Neste processo contou com diversos parceiros para sua estruturação, entre eles a Emater/RS, com o

auxílio técnico e recursos advindos do Programa RS Rural², a Prefeitura Municipal de Itati/RS e as certificadoras de produtos orgânicos.

O estabelecimento da COOMAFITT, para Leitzke e Cotrim (2013), está relacionada a dois principais acontecimentos; o primeiro foi o asfaltamento da Rota do Sol no final do ano de 2004, que possibilitou a abertura de tendas à beira da estrada de comercialização de produtos variados, e o segundo a implementação do PAA em conjunto ao acesso ao Pronaf Infraestrutura no ano de 2005. Enquanto o PAA injetou capital na cooperativa e, em consequência, nas rendas dos agricultores associados promovendo a inserção a novos mercados, o Pronaf Infraestrutura fomentou a produção de alimentos com adaptações e melhores condições de infraestrutura para o atendimento das demandas criadas pelo primeiro programa.

Figura 2 – Sede e carro da COOMAFITT no Município de Itati/RS, 2020



Fonte: Acervo digital COOMAFITT (2021)

As políticas públicas sempre estiveram presentes. Além do PAA, a cooperativa acessou o PNAE, para a comercialização via chamada pública, e o Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais – FEAPER, para aquisição de caminhão utilizado na logística e comercialização dos produtos.

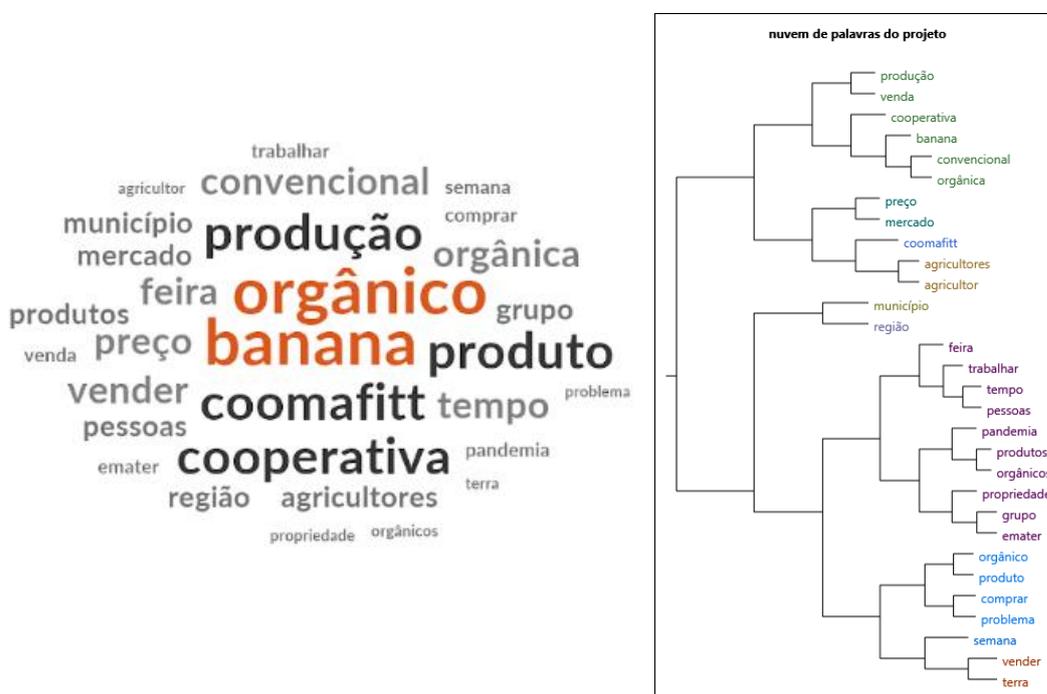
A COOMAFITT possui princípios alinhados à preservação ambiental, fomento à permanência de jovens e mulheres no campo e a autonomia produtiva (AYDOS, 2020). Por estes motivos, mas principalmente pelo caráter da sustentabilidade ambiental que a

² O RS Rural foi um Programa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul criado com o objetivo de combater a pobreza, degradação dos recursos naturais e criar condições para a diminuição do êxodo da população rural direcionado aos agricultores e pecuaristas familiares.

cooperativa representa uma importante iniciativa, sendo destaque para a execução deste trabalho.

Com o auxílio do Software Nvivo, na busca por padrões, realizou-se a confecção de nuvem de palavras com as 30 mais citadas nas entrevistas. Ao executá-lo destacaram-se ao centro da imagem as palavras mais frequentes, sendo banana, seguida de orgânico, COOMAFITT e produção (Figura 3). Com o auxílio do cluster, por similaridade de palavras com a métrica de Pearson, observou-se que a palavra cooperativa tem proximidade com a palavra banana, e essa com as palavras orgânicos e convencionais.

Figura 3 - Nuvem de palavras criada com auxílio do Software NVivo considerando todas as entrevistas utilizadas no trabalho



Fonte: Elaborado pela autora com os dados da pesquisa (2020; 2021), Nvivo versão 12

A principal prestação de serviço aos associados é com a logística e comercialização dos produtos oriundos de sistemas de produção orgânicos e convencionais. Os principais produtos comercializados estão divididos em três eixos, sendo o da produção de bananas, que representa 50% do total da atividade comercial, o de hortaliças e da agroindústria. Essa conformação explica em partes a frequência de palavras e as proximidades obtidas pela análise de cluster.

Para o funcionamento da cooperativa é imprescindível a organização para com os agricultores associados, sendo assim, são realizadas reuniões periódicas em que se criam planos de cultivo e distribuem entre os presentes a demanda de produtos constatada. Essa estrutura, criada pela cooperativa, permite a maximização da racionalidade ante o

comportamento dos agricultores e os direciona ao resultado desejado com a utilização de práticas operacionais padronizadas (PEREIRA, 2014).

Assim, através da criação de estruturas, a cooperativa se organiza e condiciona circunstâncias de competitividade. Com isso, podemos pontuar que por meio dos serviços prestados de logística e comercialização dos produtos, as dificuldades dos agricultores associados são atendidas, a partir da melhora da competitividade. Além desse principal entrave, a cooperativa sanou a necessidade de abastecimento por produtos para alimentação escolar no Município de Itati e contribuiu em outros na região.

A organização desses agricultores ocorre baseada em valores, como de confiança, visto que esse trabalho desenvolvido em conjunto, de decisão e fracionamento da demanda de produtos, concede o papel de segurança e credibilidade aos associados, ao passo que a cooperativa participa desta organização de forma ativa e escoar a produção previamente articulada. É válido ressaltar que as atividades no meio rural são entremeadas por incerteza e riscos, o que proporciona à cooperativa um lugar de destaque na vida destes agricultores.

Trabalhos como de Silva et al. (2004) e Rosa et al. (2008), contribuem para a percepção de que as relações de cooperação ocorrem a partir de uma necessidade, e que agricultores se direcionam à cooperativa, ou formas organizativas semelhantes, buscando principalmente acesso à tecnologia e informações, redução de custos e melhoria na competitividade, tendo entre os requisitos a confiança, credibilidade e segurança.

O atual quadro de gestão foi moldado de forma gradual, tendo auxílio de pessoas estratégicas que trabalhavam na cooperativa, bem como, contratação de mão de obra especializada, de acordo com o relato de um dos representantes da cooperativa “foi precisando de pessoas para operar os espaços, parte burocrática, parte financeira, tanto que tem mais dois colaboradores novos esse ano” (entrevista organização 03, 2020). Desta forma, os colaboradores são qualificados e majoritariamente jovens. Esses agentes são protagonistas, participam e direcionam os rumos da cooperativa baseados em valores.

Parte desses jovens iniciaram suas trajetórias na cooperativa por meio de suas famílias. Observou-se o movimento em que os pais se associaram a COOMAFITT, alguns deles assumiram posições de gestão, influenciam seus filhos a também realizar a associação e, posterior a isso, esses jovens motivados ingressaram como colaboradores participando da gestão em posições estratégicas de liderança, como o caso dos dois últimos presidentes e vice-presidentes da cooperativa que tiveram familiares na gestão em anos anteriores.

A participação em cooperativas por meio do acesso a trabalho contribui para a permanência dos jovens no meio rural, atrelado ao fomento e efetivação de políticas públicas e processos formativos, tendo os movimentos solidários como alternativa para melhoria de condições de vida (SANTOS; SOUZA; MARTINS, 2022). Além disso, a família é um importante fator, sendo responsável pelo envolvimento por meio de incentivo dos jovens em organizações e ações de cooperação (SANTOS; SOUZA; MARTINS, 2022; RUBENICH, 2017).

Ressalta-se que a presença desses jovens dinamizou as ações da cooperativa a partir das suas influências culturais. A mudança gradual do perfil dos gestores induziu as estratégias traçadas, como maior interação com a tecnologia, a inserção dos meios digitais de comercialização dos produtos, criação de cestas via delivery, a busca por parcerias com outras organizações (como de consumidores de produtos orgânicos), a participação em editais em políticas de fomento ao cooperativismo, execução de projetos inovadores, participação em chamadas públicas de aquisição de alimentos, entre outras ações. Os valores morais carregados por esses jovens delimitam as estruturas da cooperativa, podendo se ampliar para o coletivo (TRICHES; GRISA, 2015), influenciando seu entorno.

O incentivo à permanência dos jovens no meio rural, o fomento à produção de alimentos em sistemas orgânicos ou agroecológicos alinhados à preservação ambiental, a busca por autonomia produtiva e conhecimento com ciclos formativos, estão relacionados à dinâmica imposta pelos jovens. Essas inovações estendem-se aos demais associados pelos sistemas de produção utilizados, manejos de cultivo e os produtos comercializados.

A cooperativa conta com 274 associados, que representam 170 famílias de agricultores, os quais trabalham com sistemas de produções orgânicas certificados e convencionais. Para o seu funcionamento possui o apoio e parceria de algumas organizações como da Emater/RS-Ascar, Prefeitura Municipal de Itati/RS, Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade - OPAC Litoral Norte RS e da Associação da Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária - RedeCoop, além de sindicatos e cooperativas de consumidores, dentre outras organizações (COOMAFITT, 2021).

4.1.2 A cooperativa e sua relação com os produtos orgânicos

A produção de alimentos em sistemas agroecológicos no litoral norte do Rio Grande do Sul remonta à década de 1990. As iniciativas de cooperativas e associações com fomento à agroecologia e o trabalho de certificadoras de produtos orgânicos acompanharam de forma conjunta essa dinâmica territorial.

A COOMAFITT, desde sua criação, contou com agricultores que produzem alimentos em sistemas orgânicos de produção. Em 2012 apresentou uma guinada no incentivo a certificação, atrelada a mudança de estratégias, abertura de mercado para produtos orgânicos através das compras públicas, característica de manejo da produção de alguns agricultores que facilitaram o processo de transição agroecológico e o início das operações do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade - OPAC do Litoral Norte.

A OPAC do Litoral Norte teve sua abertura em 2012 e iniciou a certificação orgânica em 2014 na produção de banana. Possui uma unidade junto a COOMAFITT, ocupando espaço na mesma estrutura física, é uma Associação concebida por agricultores e consumidores de produtos orgânicos e, da mesma forma que a cooperativa, recebe assistência e tem parceria com a Emater/RS ASCAR.

Transversalmente ao trabalho da OPAC Litoral Norte que a COOMAFITT passou a integrar esses produtos orgânicos em suas comercializações, trabalhando com produtos de nicho. Os agricultores têm acesso à certificação também por intermédio da Rede Ecovida de Agroecologia e certificação por auditoria. Como anteriormente apresentado, a agricultura orgânica é regulamentada através da Lei Nº 10.831/2003 e, conforme o Governo Federal, é possível recorrer a três formas para certificação de produção orgânica, sendo a de Sistemas Participativos de Garantia - SPG, Certificação por Auditoria e Organização de Controle Social - OCS.

Até o ano de 2020 a COOMAFITT possuía, entre os associados, 30 propriedades com certificação de orgânicos, envolvendo 41 agricultores diretos, através das certificadoras OPAC Litoral Norte e Rede Ecovida de Agroecologia. A principal produção certificada é a de banana, certificada em 29 estabelecimentos, seguidas de dez (10) estabelecimentos com citros, oito (08) com juçaras, sete (07) com hortaliças e legumes, seis (06) com chás e temperos, cinco (05) com PANCs e uma (01) com framboesa. Destes estabelecimentos, três (03) possuem agrofloresta certificada e quatro

(04) exercem atividade de turismo rural. Outras seis (06) propriedades, envolvendo 11 associados, aguardavam o processo de transição pela certificadora OPAC.

4.2 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA COOMAFITT

A COOMAFITT contou com parcerias e organizações que foram essenciais para sua criação, estruturação e funcionamento³. A partir da identificação, inseridas no arranjo local, serão apresentadas algumas organizações, suas contribuições e a relação com a cooperativa.

Entre as organizações parceiras da cooperativa encontra-se a Prefeitura Municipal de Itati/RS, que auxiliou em sua estruturação e apresenta, além de ações conjuntas, ações individuais de fomento à agricultura. Quanto ao apoio institucional, cita-se o ponto de comercialização onde a sede da cooperativa é localizada, sua expansão através de recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, além do acesso a uso de caminhões. O entrevistado representante da Prefeitura Municipal explica o caso de cessão de uso dos bens:

A gente dá na verdade esse apoio de estar junto. Por exemplo, metade do prédio da COOMAFITT é patrimônio do município. Depois a gente foi somando tipo emenda parlamentar. Os caminhões da COOMAFITT, a maioria deles, a COOMAFITT com sua credibilidade vai atrás da emenda, só que a emenda tem que vir do município, o município adquire o bem e passa (entrevista organização 26, 2021).

Ainda sobre a relação da Prefeitura com a cooperativa é relatado condições de valores morais e projetos futuros, como destaque:

Então ganhamos a confiança um do outro. Temos um trabalho maravilhoso juntos. A gente construiu um galpão aqui na ponta da avenida com luz solar, estamos instalando hoje a luz solar pra amenizar... Uma câmara de resfriamento, de congelamento, outra de amadurecimento eu acho, e vamos passar em cessão de uso e a COOMAFIT vai fazer o açaí ali que ela vai fazer. Então é um bem do município que vai ser passado pra COOMAFIT por entender que ela tem um potencial (entrevista organização 26, 2021).

Entre as ações da Prefeitura tem-se a Lei N° 1.354/2019, que estabelece a compra de produtos oriundos da agricultura familiar para alimentação escolar, a Semana da Alimentação Saudável e o Fundo Rotativo de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – FRAPPI, pela Lei N° 895/2013.

³ Serão analisadas a partir das estruturas locais as políticas públicas estaduais e federais.

A Lei N° 1.354/2019 autoriza utilizar o investimento do valor total repassado pelo FNDE, do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, para compra direta de produtos da agricultura familiar, empreendedor familiar ou organizações, dispensando procedimento licitatório, desde que os alimentos atendam a qualidade e os preços sejam compatíveis com o mercado local. Segundo o Art. 2º da referida Lei, esta ação “estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades e dos agricultores em regime de economia familiar, individual ou associados do Município de Itati/RS”. Uma das entrevistadas, internas a instituição, comenta a motivação para sua criação:

Desde o ano passado a gente fez uma lei municipal para que 100% do recurso do FNDE, ele seja para compras da Agricultura Familiar ne, de incentivo. É uma lei que não obriga, mas que incentiva a essa compra 100%, porque a gente chegou nos 92% do valor, e aí a gente pensou: não, vamos tornar isso uma política pública de município né, aí a gente pensou em criar essa lei de incentivo, mas a gente mais adiante quer criar que ela seja obrigatória, ne. Que o município tenha obrigação. Entra gestão, sai gestão, que tem obrigação de comprar 100% do valor (entrevista organização 15, 2020).

Consta no *site* institucional da Prefeitura que, somente foi exequível alcançar 80% no ano de 2018, almejando para 2019 os 100%, devido à relação com a cooperativa, que ofertaram naquele ano mais de 6,4 mil toneladas de alimentos, dispersas em 88 variedades sem a necessidade de atravessadores. Esta iniciativa contribui para a valorização da agricultura familiar e acesso aos mercados institucionais, tanto pelos agricultores, como para a cooperativa. Essa ação auxilia a COOMAFITT em razão de sua sede estar localizada no Município de Itati/RS e também por instruir maior segurança por meio da legislação municipal.

Em um panorama mais geral sobre a agricultura familiar, quanto a realidade da região e as iniciativas inovadoras, o entrevistado representante da Prefeitura Municipal de Itati menciona:

Aqui nós somos os únicos assim, que mais compram da Agricultura Familiar né, e a gente quer incentivar os municípios ao redor a fazer isso também, tanto que a Semana da Alimentação a gente reúne jovens da organização né, de outros municípios também para fazer essa articulação (entrevista organização 15, 2020).

De fato, apesar dos municípios apresentarem características semelhantes quanto aos estabelecimentos agrícolas, não foram encontradas políticas públicas e ações municipais de maior destaque pelas Prefeituras de Terra de Areia e Três Forquilhas de fomento à agricultura. Os entrevistados acreditam ainda que, a visão positiva das atividades realizadas pela COOMAFITT induz os municípios vizinhos a seguirem por um caminho semelhante.

A Semana da Alimentação Saudável é realizada uma vez ao ano com atividades de fomento à alimentação saudável em parceria com outras organizações, é considerada uma atividade importante no ponto de vista de conectar as organizações locais e regionais, como mencionado:

A gente tem uma parceria muito boa com a COOMAFITT, a gente tá sempre em comunicação. A gente criou até a semana da alimentação saudável no ano passado. Esse ano a gente faz a segunda edição, a gente é um município muito agrícola né, a maioria são agricultores familiares aí tem que tá bastante nesse debate da agroecologia até vem um pessoal da UFRGS (entrevista organização 15, 2020).

A organização do evento contou com um grupo de trabalho composto pela COOMAFITT, Emater/RS-ASCAR, Conselhos Municipais, como o Conselho de Turismo, Conselho de Desenvolvimento do Município, OPAC-Litoral Norte, Sindicatos, Igreja Luterana, e outras organizações e agricultores. Em conjunto ao esforço da integração das organizações, houve a necessidade de unir a questão cultural, difusão de conhecimento e a alimentação com um trabalho multidisciplinar, segundo a entrevistada:

A gente pensou: vamos fazer alguma coisa maior, tenta trabalhar a alimentação nutricional nas escolas com os alunos, a gente sabe que os pais têm que estar juntos nisso né, não é só trabalhar com os alunos, bom, mas o que que o aluno come em casa, se eu só trabalho na escola... e aí vim percebendo que não adianta só falar com os alunos e não conversar com os pais, e a gente pensou numa coisa muito maior, de reunir toda comunidade, reuniu os agricultores de tá juntando pra trabalhar a sucessão rural também que a gente vê muita evasão ne (entrevista organização 15, 2020)

Espaços de troca de conhecimento, de incentivo à alimentação saudável, de valorização do alimento e da conscientização quanto o trabalho dos agricultores integrando vários elementos, tornam-se, para além, momentos culturais de pertencimento. Assim, o sucesso nessas atividades é reflexo do empenho de todos os participantes.

Outra iniciativa da Prefeitura de Itati foi a criação do Fundo Rotativo de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Município de Itati - FRAPPI, pela Lei Nº 895/2013. O fundo é um aporte financeiro aos programas ou a política de incentivo às atividades agropecuárias do Município.

O Fundo Rotativo abrange, segundo o Art. 2º, projetos de apoio e incentivo às atividades agropecuárias, como a construção ou reforma de casa de moradia, galpões e instalações e aquisição de equipamentos e insumos agrícolas; projetos de infraestrutura, com abertura, manutenção e conservação de acessos viários às propriedades rurais, construção de açudes e poços artesianos, aquisição de equipamentos para abastecimento e tratamento de água; projetos de preservação de recursos naturais, com a recomposição

de matas ciliares, recuperação de áreas degradadas e reflorestamento de áreas impróprias para cultivo agrícola; e projetos de apoio à comercialização.

A inspiração para sua criação foi a experiência do Município de Osório/RS, vizinho na região. Sobre seu funcionamento e a motivação da criação o entrevistado explica:

É feito uma concessão a título de empréstimo agrícola, principalmente pra aqueles agricultores que têm mais dificuldade de conseguir se encaixar no Pronaf ne, nessas outras linhas de crédito do governo federal, então o município concede esse financiamento pra o produtor, seja pra aquisição de mudas, para infraestrutura da lavoura, ou da plantação, ou pra construção de agroindústria (entrevista organização 15, 2020).

O FRAPPI é abastecido a cada mês com o valor de R\$4.000,00 pelo município. Ao ser solicitado pelo agricultor, a liberação do aporte somente é efetuada com a aprovação do conselho designado; para isso, a Emater trabalha de forma associada ao produzir o plano de trabalho, esse plano passa por uma votação e após o valor requerido têm ou não liberação. Posto isso, com o parecer positivo, é construído um contrato com o valor e número de parcelas, esse contrato considera o valor de sacas de milho e juros de 03% ao ano, como garantia são alocados dois avalistas. Quando a prestação é paga, o montante retorna para a conta do Fundo Rotativo e, segundo os entrevistados, não há caso de inadimplência desde o ano de 2016.

O montante fica em torno de R\$5.000,00 a R\$7.000,00 por projeto, os valores mais altos normalmente são destinados para área da agroindústria. Contudo, mais de um membro da família pode solicitar o fundo, dobrando o valor final. Para o pagamento tem-se o prazo de 02 a 06 anos. O entrevistado explica: “no passado o valor máximo que a gente concedeu acho que foi de R\$7.000,00, são números pequenos pra atingir um número maior de pessoas” (entrevista organização 15, 2020)

Essa ação sinaliza a noção que o Poder Executivo possui frente a dificuldade de políticas públicas atenderem as demandas dos agricultores do município. Observa-se ainda que, o montante disponibilizado por projeto é relativamente baixo e procura-se atingir o maior número possível de agricultores. Ambas as Leis municipais citadas, são ações que influenciam o ambiente, dado o contexto da sociedade, dos indivíduos contemplados e as organizações existentes, como os agricultores, a COOMAFITT e as escolas, atendendo parcialmente a demanda e promovendo práticas.

Ao questionar os gestores da Prefeitura Municipal sobre o fomento e iniciativas destinadas aos agricultores com sistema de produção orgânica, ou em processo de transição, citaram a distribuição de calcário como uma ação pontual, realizada por um

convênio com a secretaria da agricultura do Rio Grande do Sul, na qual, foram distribuídas 153 toneladas.

No entanto, a Prefeitura disponibiliza frota de maquinários agrícolas e auxilia na compra de esterco e calcário a todos os agricultores do município, não havendo regras e normas específicas para atenderem as demandas dos agricultores com sistemas de produção agroecológicos. Estes auxílios, na compra de adubo e calcário, são ações importantes, uma vez que, quando o solo apresenta boas condições de matéria orgânica e acidez corrigida, aumenta sua fertilidade e facilita que as plantas cultivadas se desenvolvam de forma satisfatória e saudável. Já a disponibilidade de frota de maquinários, auxilia principalmente os agricultores menos capitalizados e tecnificados, fazendo com que parcialmente essa dificuldade seja amenizada.

Destaca-se que os agricultores familiares conseguiram estruturar a cooperativa com o amparo da Prefeitura, com a concessão da estrutura física da sede, caminhões para a logística de transporte e galpões para armazenamento dos produtos. Estas ações foram instituídas em conjunto a possibilidade da compra do valor total repassado da alimentação escolar, além de evento integrando organizações e abordando temas como da alimentação saudável e soberania alimentar, e com o FRAPPI, como apoio financeiro aos agricultores impedidos de acessarem outras políticas como o Pronaf.

Neste conjunto de ações, em contrapartida, a cooperativa fomenta o comércio interno e presta serviço aos agricultores do município, revelando a ajuda mútua. A Prefeitura Municipal de Itati é uma organização que possibilitou a COOMAFITT se estruturar e promoveu, por meio de aparatos legais, condições para sua atuação. Entretanto, representa o início de uma longa jornada na criação de regras e normas para a produção orgânica.

Outra organização identificada como parceira dos agricultores e da COOMAFITT, atuante na comunidade, foi a Emater/RS Ascar. A qual prestou assistência técnica desde os primeiros anos da cooperativa, quando ainda se chamava Casa do Mel. A instituição esteve presente em 90% das entrevistas, sendo 65% entre os agricultores, em que é citada como a principal organização prestadora de serviços de assistência técnica e extensão rural.

Dentre as ações para com os agricultores, em entrevista, o extensionista citou o Plano Brasil Agroecológico, como é conhecido o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO II), criado pela da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO do Ministério do Desenvolvimento Agrário

- MDA. A Emater entre os anos de 2016 a 2019, através da Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, foi uma das organizações responsáveis, por meio de um convênio, por coordenar e executar a política de assistência técnica e extensão rural, formação e capacitação do plano.

O PLANAPO I esteve vigente no período de 2013 a 2015, e o PLANAPO II de 2016 a 2019. O primeiro teve como objetivo implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica; o segundo teve como intuito avançar nos temas e iniciativas do PLANAPO I, dando continuidade ao processo de consolidação e aperfeiçoamento das políticas de agroecologia e produção orgânica (CIAPO, 2016). Entre os objetivos específicos dispostos na Portaria Interministerial Nº 01/2016 no Art. 2º consta como público prioritário agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e suas organizações econômicas, micro e pequenos empreendimentos rurais, cooperativas e associações, considerando também os da agricultura urbana e periurbana.

O PLANAPO I contou com o conjunto de 134 iniciativas, distribuídas em 14 metas a partir de quatro eixos temáticos, sendo o de produção, uso e conservação de recursos naturais, conhecimento, comercialização e consumo. Sua construção é fruto da mobilização coletiva, dado que foram conduzidos debates com diversas organizações do campo da agroecologia, produção orgânica e agricultura, além da influência de fóruns.

Entre as organizações e coletivos que participaram na construção do plano no campo da agroecologia teve-se debates com a Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, Associação Brasileira de Agroecologia – ABA e Articulação do Semiárido – ASA; no campo da produção orgânica as rede de Comissões da Produção Orgânica das Unidades da Federação - CPOrgs e a Câmara Temática de Agricultura Orgânica - CTAO do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; no campo da agricultura debates com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - Fetraf, a Via Campesina e a Marcha das Margaridas; e nos fóruns o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condráf, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, a Comissão Interministerial de Educação em Agroecologia e o Fórum Permanente de Agroecologia da Embrapa (CIAPO, 2016).

O PLANAPO II foi construído buscando aperfeiçoamento do PLANAPO I, fruto da elaboração do documento denominado “Subsídios para a elaboração do PLANAPO

2016-2019”, debatido no Seminário “Dialoga Brasil Agroecológico” em 2015. O documento resultou em 484 iniciativas associadas, distribuídas em 40 metas e 12 objetivos, essas propostas foram divididas em seis eixos temáticos, sendo o de produção, uso e conservação de recursos naturais, conhecimentos, comercialização e consumo, terra e território, e sociobiodiversidade.

Ao passo que compreendemos a influência da assistência técnica e extensão rural nos rumos do desenvolvimento rural, com as ações práticas no PLANAPO e nos sistemas de produção adotados, a Emater toma um posto importante para esta pesquisa. As conformações adotadas pelas organizações impactam na vida dos agricultores, uma vez que há decisões em estratégias adotadas que demonstram a forte ligação dos atores internos em posições hierárquicas.

Em relação a organização da agricultura de base ecológica, enquanto ação, a nível municipal o entrevistado pontua o exercício das comissões internas:

É constituído pelo próprio município conforme sua realidade. [...] Assim como as vozes da minha cabeça, pode dizer que tal cultura e o conselho dizer assim: olha, legal, bacana, mas tem outra cultura que vocês não tão trabalhando que poderiam trabalhar. Eles nos auxiliam na criação do planejamento, na validação do planejamento e depois o relatório a gente apresenta ao conselho, pro poder público municipal. É muito adequado à realidade local (entrevista organização 04, 2020).

Além do trabalho das comissões, observa-se que o posicionamento das organizações, como a Prefeitura de Itati e Emater, apresentam íntima ligação com os funcionários constituintes do mesmo, com suas identidades e formação cultural. Na prefeitura é atribuído o sucesso da busca pela alimentação saudável nas escolas aos funcionários e à equipe especializada, e na Emater ocorre o mesmo, explícito no relato do extensionista entrevistado quando menciona: “eu procuro trabalhar mais com a agricultura de base ecológica, porque é não só uma ideologia, tem colegas que vão trabalhar mais outras linhas, é um pouco de identidade (entrevista organização 04, 2020).

Ressalta-se que pelo histórico da Emater uma de suas unidades trabalhar com o desenvolvimento rural sustentável, através de técnicas de cultivo de sistemas orgânicos, não é corriqueiro, em função de que não são normativas internas que regem essas atividades, mas sim as aptidões por parte dos extensionistas rurais. Durante as entrevistas um dos agricultores do município, que trabalha desde a década de 1990 com sistemas orgânicos de produção, relatou sobre o posicionamento da organização frente a iniciativas na década mencionada:

Foi na Terra de Arreia que eu fiz esse curso. Até era proibido ter os técnicos da Emater participar, dava muita polemica né, eles nem concordavam com isso

na época. E aí eu comecei em 95, daí aqui nosso município, nós...o município nosso começou em 93 a primeira administração e veja que nós não tinha nem Secretária de Agricultura (entrevista agricultor 14, 2020).

Esse relato reafirma a importância de possuir organizações disponíveis para os agricultores, com suporte para o acesso ao conhecimento ou com o redirecionamento a outros departamentos. Os extensionistas rurais da Emater citaram o oferecimento de capacitações aos agricultores, através de cursos, palestras, encontros, entre outras ações educativas, e que trabalham com coletivos de jovens e mulheres, sensibilizando sobre a importância da produção orgânica, efetuando visitas aos agricultores acompanhando o dia a dia. A partir das demandas existentes observadas nas vivências que os extensionistas planejam suas ações com base no ferramental disponível, com isso, a assistência técnica e a extensão rural também estão relacionadas à questão social, cultural e ética.

Apesar dos indivíduos influenciarem a trajetória e desempenho de uma instituição, as instituições também influenciam o comportamento dos atores sociais ao fornecerem modelos cognitivos, pois agem conforme a convenção social, indispensáveis à ação. Sendo assim, os extensionistas influenciam no desempenho da Emater, mas a Emater influencia o comportamento da sociedade através de suas atividades quando constroem valores ecológicos, refletido nos efeitos práticos dos sistemas produtivos.

Os extensionistas rurais entrevistados possuem o entendimento de que produzir alimentos em sistema de produção orgânico não se limita apenas à esfera técnica, mas também se estende à social e, por isso, desenvolvem trabalhos em cooperação a outras organizações. Sobre a consciência deste assunto e a caracterização de uma visão holística o entrevistado cita:

Eu colocaria o orgânico como um movimento que pode ser tanto técnico como social, esse movimento pra organização certificadora, basicamente, até acho que ainda não avançamos na questão social, porque eu trabalho muito com núcleo de mulheres, existe uma política do município da assistencial de trabalhar com mulheres, que não necessariamente tem a ver com a vulnerabilidade financeira, normalmente algum tipo de vulnerabilidade que se trabalha ali (entrevista organização 04, 2020).

Tal afirmação levanta a discussão sobre a formação e qualificação profissional, neste sentido, o trabalho de Bicalho (2016) enfatiza a necessidade de mudanças conceituais e de comportamento de todos os setores envolvidos na agricultura, pois gera-se grande impacto no modelo adotado nos territórios além da assistência técnica perpassar todas as dimensões da sustentabilidade.

Por fim, a Emater presta alguns serviços diferenciados na região fruto do entendimento de cooperação e da parceria com outras organizações e agricultores, como

o caso da emissão de renovação de alvará de funcionamento de engenhos de açúcar mascavo na região, suporte inicial no licenciamento agroflorestais e da emissão de Documento de Origem Florestal - DOF para a venda de estirpe de palmito, que reafirma a intenção dos extensionistas em atender demandas da realidade dos agricultores.

A Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – Cresol é outra organização que integra o arranjo de governança. A Cresol disponibiliza assistência técnica por meio de um extensionista rural, Engenheiro Agrônomo, alocado na mesma estrutura física da COOMAFITT. Apesar de existirem outras organizações financeiras, como Sicredi, Banrisul, Bradesco, Banco do Brasil nos municípios próximos a sede, somente a Cresol tem ações diferenciadas para com a cooperativa.

A disponibilização do extensionista rural é fruto de uma negociação entre as organizações. A Cresol ofereceu a utilização de um aplicativo para os agricultores relacionado à rastreabilidade dos produtos orgânicos, com funcionalidades como anotar manejo realizado na produção, os produtos utilizados com suas doses de aplicação, como uma caderneta digital do produtor, além do acompanhamento técnico, tendo como requisito suas associações. Em contraponto, essa aproximação da cooperativa de crédito com os associados da COOMAFITT estreita laços, facilitando o acesso e uso de políticas públicas pelos agricultores, entre outros benefícios. Segundo o entrevistado da COOMAFITT:

A parceria começou com a história do PAA, que eles foram a única instituição que assinam o recebimento do PAA, a Sicredi não tá mais cadastrado da CONAB, e foi aproximando e teve esse capital de giro, que foi muito mais atraente, que tinha recurso do BNDS, que não era capital próprio como era o caso da Sicredi (entrevista instituição 02, 2020).

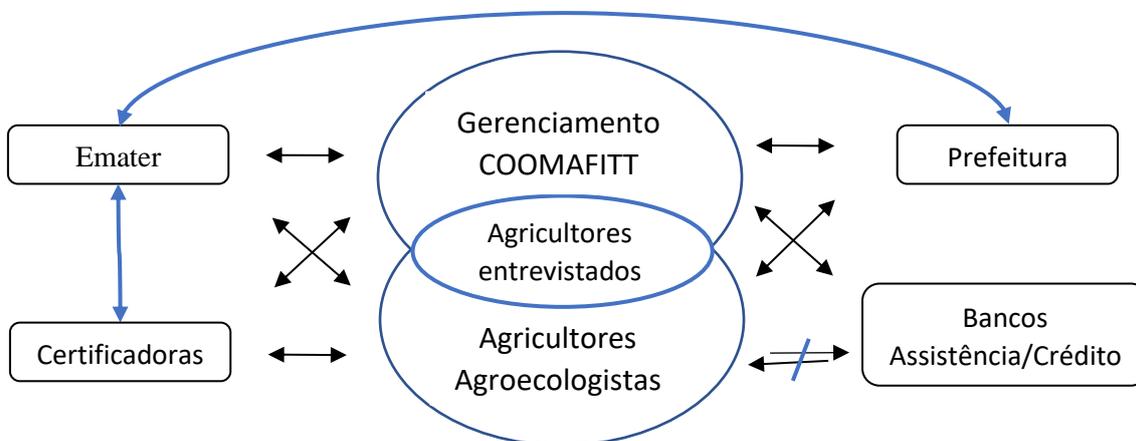
A Cresol Rio Fortuna teve a inauguração da unidade em Itati/RS em julho de 2021, apesar de recente, representa aos agricultores mais um caminho para acessarem a políticas agrícolas de financiamento, seja por investimento ou custeio.

As interações da COOMAFITT não são restritas a Prefeitura de Itati/RS, Emater/RS ASCAR, OPAC Litoral Norte e Cresol, pois mantém relação com outras prefeituras, certificadoras, associações de consumidores, cooperativas do ramo agropecuário, universidades e organizações na região, porém são as mais presentes, formando o arranjo de governança da cooperativa.

Diante dessa exposição, nota-se que as organizações dispõem de normas, aparatos legais e perspectivas culturais de atuação para os agricultores associados à COOMAFITT. Em suma, a cooperativa mantém interação com algumas organizações, públicas e

privadas, de maneira concomitante e sinuosa, e utilizam das normas de acordo com suas necessidades, (Figura 4).

Figura 4 - Esquema do arranjo de governança da COOMAFITT com fluxos de interações e ruptura quanto ao acesso a crédito pelos agricultores da cooperativa



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Por meio da ilustração do fluxo do arranjo de governança da cooperativa percebemos que as organizações mantêm laços de diferentes formas, como o da Emater que possui relação com a COOMAFITT, Prefeitura, Certificadoras e com os agricultores.

A relação da Emater com a cooperativa ocorre desde sua criação com a prestação de serviços, auxiliando na sua estruturação e influenciando os rumos da cooperativa com assistência técnica e extensão rural diferenciada, executada por extensionistas rurais sensíveis a produção orgânica, influenciando as práticas dos agricultores e o cultivo dos saberes em fomento à agroecologia.

A Emater também auxiliou a OPAC Litoral Norte em sua estruturação. Esse processo foi facilitado pelo motivo de a unidade estar sediada no mesmo prédio físico que a COOMAFITT e, com isso, além das influências da cooperativa certificadora as recebeu da Emater. Outro fator que as aproxima é o fato de os agricultores certificados contarem com a assistência técnica e extensão rural de ambas organizações, favorecendo o acúmulo de conhecimentos com a troca de experiência entre eles pelo sistema participativo de certificação. Essa interação proporciona o desenvolvimento e crescimento das organizações de forma alinhada aos valores destes atores sociais.

A relação da Emater com a Prefeitura Municipal de Itati é fruto de contrato de prestação de serviços. Desta forma, além da assistência técnica e extensão rural, desenvolvem atividades em conjunto, como a Semana da Alimentação Saudável, emissão de documentos como licenciamento agroflorestais e realizam a confecção de projetos

agropecuários para o acesso dos agricultores a subsídios disponíveis, como no caso do Fundo Rotativo, direcionando as atividades para o fomento de sistemas de produção agroecológicos.

O contato da Prefeitura Municipal de Itati com a COOMAFITT é permanente. Essa parceria promoveu a estruturação da cooperativa, com a concessão do uso da estrutura física às margens da BR-101, incrementada pelo uso de caminhões, galpão de armazenamento e processamento dos produtos, destinados à melhoria da logística e comercialização. Para seu funcionamento incentivou, por intermédio da legislação municipal, a compra institucional para alimentação escolar de 100% do valor disponibilizado dos recursos do FNDE da agricultura familiar. Assim, sendo balizadora dos meios físicos e no campo social, com a integração dos gestores da cooperativa e funcionários públicos, influenciou em suas atividades, mas também recebeu influência com as parcerias em execução de eventos e contratos via chamada pública, viabilizando um conjunto de acordos.

A relação da Prefeitura Municipal com os agricultores associados a COOMAFITT ocorre pela melhoria das condições produtivas com o acesso a maquinários agrícolas, aquisição de adubo e calcário, e pelo incentivo financeiro, como o caso do Fundo Rotativo. A parcela de agricultores que trabalham com sistemas de produção orgânico não detêm condições diferenciadas de acesso às ações realizadas pela Prefeitura, mas podem inferir mudanças práticas em suas unidades produtivas por meio das ações citadas, existindo a possibilidade de maximizar os resultados com a adequação da legislação municipal.

Por sua vez, as certificadoras possuem relação com a cooperativa, Emater e com os agricultores. A principal atividade é atestar a qualidade orgânica fazendo uso do selo de produto orgânico, emitido através da certificação por auditoria ou certificação participativa. As certificadoras OPAC Litoral Norte e Rede Ecovida de Agroecologia, trabalham com o sistema participativo, gerando fortalecimento das relações organizativas, de estruturação e comércio. Nesta modalidade os agricultores recebem orientações sobre os sistemas produtivos e o uso do selo de produto orgânico com o serviço de assistência técnica e extensão rural.

No arranjo de governança, das certificadoras, destaca-se a OPAC Litoral Norte devido a proximidade dos agricultores com a cooperativa, em razão de que os produtos orgânicos certificados acabam comercializados pela COOMAFITT, estendendo a rede de relacionamentos e interações entre as organizações.

Os bancos e organizações financeiras foram representadas pela Cresol, devido apresentar projetos específicos com a cooperativa. A Cresol apresenta potencial para interagir de dois modos distintos, o primeiro é através do fornecimento de serviços de assistência técnica e extensão rural, por meio de um extensionista rural, para o atendimento das demandas sobre os cultivos e manejos no campo da agroecologia, e auxílio no processo de inserção de suas produções no campo digital, integrando e atualizando os associados da COOMAFITT.

O outro modo interativo efetua-se pelo acesso às políticas públicas agrícolas na agência bancária, considerando que possuir recursos financeiros permite aos agricultores destinarem melhorias em suas unidades produtivas, investimento e melhoramento em seus cultivos, técnicas de manejo, principalmente com a modalidade de custeio agrícola. Contudo, na imagem ilustrativa do arranjo de governança da cooperativa foi representado como uma ruptura, em razão de ser pouco explorado.

O arcabouço, incrustado de estruturas, direciona as práticas dos agricultores, formando um arranjo em que se desenvolvem condições para crescimento e manutenção das iniciativas de fomento à agroecologia e a produção orgânica de alimentos. A partir deste momento, será discutido de forma mais aprofundada sobre as práticas dos agricultores com sistemas de produção orgânicos associados à COOMAFITT, visando compreender o acesso e uso das diferentes políticas públicas.

4.3 TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E A CERTIFICAÇÃO DOS PRODUTOS ORGÂNICOS

4.3.1 A produção orgânica certificada

De acordo com a legislação nacional, para um produto ser considerado orgânico se faz necessário o sistema produtivo estar em acordo com critérios pré-estabelecidos e o aval de alguma certificadora autorizada, para isso, existem modos de certificação e uma rotulagem padronizada.

A formação da COOMAFITT é realizada por associados que desenvolvem produção orgânica certificada e por agricultores com produção convencional de

alimentos. Os associados do primeiro grupo, com produção orgânica, possuem dois modos para alcançar a certificação, sendo por área total ou parcial de suas propriedades.

A certificação parcial permite a existência de dois lotes na unidade produtiva trabalhando simultaneamente com ambos sistemas de produção, orgânico e convencional, intitulada de produção paralela. Desta forma, como exemplo, ao existir duas áreas na propriedade, uma com banana e a outra com produção de olerícolas, a certificação pode ser concedida para uma delas, desde que cumpra com todos os requisitos restritivos contidos em Lei⁴.

A certificação total da unidade de produção considera todos os produtos produzidos, e assim a propriedade inteira (mesmo em diferentes lotes) trabalha atendendo a legislação da produção orgânica. De maneira geral, devido às características e histórico do território, o principal produto certificado e comercializado é a banana, apesar de a maioria dos agricultores apresentarem estabelecimentos com produtos diversificados, abrangendo hortaliças, frutas e produtos processados.

A rotulagem dos produtos orgânicos segue o Sistema Brasileiro de Avaliação e Conformidade Orgânica, tem selo específico e para sua utilização é necessário passar por verificação por organismo de avaliação da conformidade credenciado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro; como exemplo, seguindo a legislação, a comercialização da banana orgânica da cooperativa, (Figura 5), apresenta o selo de certificação orgânico na modalidade de sistema participativo em sua embalagem em conjunto ao logo da cooperativa “Coma Fitt” em alusão a alimentação saudável.

O selo presente na embalagem da COOMAFITT é dos agricultores associados que possuem certificação e produzem a banana orgânica. Tal fato apresenta-se como uma lacuna frente a necessidade de sua regularização pois, conforme Art. 58 do Decreto nº 6323/2007 que abarca os processos de fiscalização, a cooperativa, além dos agricultores, deveria ser certificada, visto que beneficia, manipula, acondiciona, armazena e distribui os produtos orgânicos.

A certificação representa a garantia ao consumidor sobre a qualidade e procedência do produto, podendo ser obtida via processos participativos ou por auditoria

⁴ O Decreto Nº 6.323/2007 instituiu a possibilidade da produção paralela de produtos orgânicos e produtos não orgânicos na mesma unidade de produção, desde que atendam alguns requisitos como estarem isolados, terem distinção e não conterem organismos geneticamente modificados.

externas de organizações especializadas. O selo de produto orgânico confere segurança ao consumidor, fortalecendo a confiabilidade e criando uma padronização com a estrutura criada, guiando os consumidores de encontro a esses produtos de nicho; por sua vez, aos produtores o selo carrega uma série de práticas a serem executadas conforme os moldes previstos na legislação.

Figura 5- Embalagem da banana orgânica comercializada pela COOMAFITT, contendo o selo de produto orgânico e a logo da cooperativa, 2020



Fonte: Grupo de pesquisa, 2020

4.3.2 O território e a produção orgânica de bananas

Nos territórios as características ambientais e sociais são importantes fatores no que tange a produção de alimentos, pois conferem as condições mínimas para o desenvolvimento dos cultivos em conjunto as escolhas culturais dos agricultores. Na região litoral norte a produção de banana é expressiva, na COOMAFITT representa cerca

de 50% da comercialização total de produtos, e devido a esses fatores, será conferido maior ênfase no decorrer do texto visando compreender esse cenário.

O litoral norte do Rio Grande do Sul, composto por 24 municípios, é responsável por aproximadamente 80% da produção total de bananas do estado, sendo essa produção absorvida em quase sua totalidade pela demanda no território gaúcho; a produção de banana na região tomou impulso em meados dos anos de 1950, contando com adaptação satisfatória e com suas exigências atendidas atrelada a implementação da BR 101 sob forte influência da demanda local, visto que, a produção da banana nessa época era realizada em locais distantes, principalmente no estado de São Paulo, dificultando a logística (WIVES, 2008).

No entanto, inicialmente, os cultivos se davam em sistemas de produção convencionais, mas pelo ônus do sistema adotado e entraves técnicos produtivos encontrados, houve aumento na adoção do sistema agroecológico de produção em meados dos anos de 1990.

Parte da produção de bananas foi alocada em terrenos acidentados (Figura 6). A plantação em encostas se deu em associação à floresta nativa ou nas áreas que possuíam outros cultivos convencionais, como de cana de açúcar, encontrando condições de temperatura e umidade compatíveis com a cultura. A banana é um cultivo perene e algumas condições podem danificar tanto as plantas como as frutas, alguns dos gargalos encontrados para uma produção de alta qualidade são as pragas e doenças, baixa tecnologia adotada, sensibilidade hídrica, ao frio e ao vento (GARCEZ; NETTO, 2008). Outros entraves apontados em estudos sobre o cultivo de bananas na região, foram as exigências por melhor produtividade, qualidade dos frutos e a logística de distribuição (VALIM; BARROS, 2021).

Dos entraves apontados, alguns ocorrem motivados pelas características da região na adoção de técnicas e manejos produtivos. Apesar de existirem exceções, de produção com uso tecnológico alto, técnicas atualizadas em sistema intensivo com mão de obra qualificada e presente, de maneira geral, os agricultores apresentaram a adoção do sistema extrativista, com caso de produções sombreadas, baixo uso de insumos e biodiversos, aos moldes dos anos de 1990.

Nesse contexto, o ecossistema e o sistema de produção adotados foram determinantes no processo de certificação orgânica, de modo que alguns dos agricultores que adotavam a estratégia de produção sem a utilização de substâncias sintéticas integraram com maior facilidade as primeiras certificações orgânicas no território.

Figura 6 - Área com plantação de bananeiras em fase inicial em terreno acidentado no Município de Itati/RS, 2020



Fonte: Grupo de pesquisa, 2020

Ressalta-se que, por meio da produção de bananas, alguns agricultores associados à COOMAFITT encontraram a motivação inicial para busca da certificação orgânica. As motivações observadas foram várias, como exemplo da interferência externa o entrevistado relata: “eu já tinha vontade no caso né, de não trabalhar com veneno, e daí com a necessidade da COOMAFITT pra entrar na venda orgânica, daí veio esse desafio e juntou tudo” (entrevista agricultor 12, 2020). Outro agricultor comenta:

Eu fiz mais pela banana mesmo, enquanto quase todos os produtores da COOMAFITT tinham a produção convencional, havia um caminho muito aberto para a produção de orgânicos, contanto que no primeiro ano eu certifiquei somente a banana e mais nada (entrevista agricultor 29, 2021).

A possibilidade da produção paralela na mesma unidade de produção permitiu os agricultores iniciarem a jornada agroecológica em suas propriedades e, a partir dessa oportunidade, aberta pela certificação orgânica das bananas, os agricultores buscaram certificar mais produtos, aumentando a lista de alimentos disponíveis à comercialização.

Outra motivação relatada foi a facilidade para obtenção da certificação, devido a nunca terem utilizado substâncias como herbicidas em seus cultivos. Existindo, para além disso, a troca de experiência entre gerações familiares sobre o manejo orgânico, como o caso do seguinte entrevistado:

Eu fui criado já desde pequeno nesta produção orgânica, meus pais já nunca foram usar veneno, até porque os trabalhos da gente é tudo manual, tenho

bananais de 43 anos, nunca foi uma dose de veneno e adubo químico, sempre cultivada na foice, enxada, não é aquela banana bonita, tratada, igual no mercado (entrevista agricultor 27, 2021).

A certificação orgânica também foi adotada como uma oportunidade, vista como estratégia de mercado pela valorização do produto, garantia de comercialização e preço diferenciado, como no relato:

Eu certifiquei para valorizar o produto, porque tinha sempre discriminação, meu produto era orgânico, mas não era certificado, e eles pagavam preço de convencional, exploravam até em termos de comercialização (entrevista agricultor 26, 2021).

Uma das características na relação entre o consumidor e o agricultor é a presença de confiança, de modo que a própria relação serve como garantia da qualidade dos produtos, mas ao não existir essa relação o selo de produto orgânico toma papel importante na segurança ao consumidor sobre a qualidade e procedência do produto adquirido.

Remetendo a uma perspectiva ética e cultural da alimentação, foi exposto pelo entrevistado que a motivação da busca pela certificação tem relação com “poder produzir e consumir aquilo que você está plantando” (entrevista agricultor 29, 2021). Neste sentido, outro entrevistado que passou pelo processo de transição do sistema de produção convencional para orgânico, revela o forte relato quanto a relação com o alimento:

Porque a minha guria mais nova come banana, mas meus guris mais velhos, eu evitava dar banana para eles. Por tudo que a gente usava num cacho de banana, desde o início dele até a colheita, até embalar numa caixa, até a maturação, eu sabia tudo que colocava, daí eu evitava ter banana. Quando eu trazia um cacho ou outro, de uma área, assim, que não era banhada, eu dava para eles comerem, se não, não. Então era vergonhoso falar isso, porque é a mesma coisa tu ter uma oficina e tu botar uma peça clandestina no meu carro e uma boa no teu. E era mais ou menos isso o que eu fazia (entrevista agricultor 22, 2021).

Com isso, para além da mudança das técnicas de cultivo e da certificação para posicionamento no mercado, ocorre o movimento da valorização do alimento, aumento da segurança alimentar e nutricional das famílias, interferindo nos alimentos destinados ao autoconsumo e na cultura alimentar desses atores.

Desta forma, o processo da mudança de sistema de produção tem, dentre as motivações, a não utilização de venenos, o trabalho prévio com o manejo orgânico, a busca por saúde, qualidade de vida, segurança alimentar e nutricional, segurança de comprovação na etapa de comercialização e a questão financeira, com a valorização do produto.

O processo para obtenção da certificação orgânica inclui o período de transição agroecológica, que consiste em o agricultor modificar e adaptar o sistema de produção e

manejos adotados. Essa conversão varia conforme o tipo de exploração e as condições socioambientais da unidade de produção, a partir destes fatores cria-se um plano de manejo orgânico estabelecendo o período da conversão.

Em relação à transição agroecológica, o agricultor comenta: “o pessoal tem um grande medo, sofre muito na transição. Que tu vem de um sistema e, automaticamente, muda muito. Às vezes, tu tem uma quebra de produção, uma coisa... muda muito” (entrevista agricultor 24, 2021). Outra dificuldade apontada por um representante da cooperativa é a questão cultural: “culturalmente é difícil, em alguns casos as famílias falam que não dá certo e não funciona, porque eu já fui conversar com vários de horti e eles têm na cabeça deles que não vai dar certo e não se propõem a experimentar” (entrevista instituição 20, 2021).

Ambas dificuldades, apontadas no período de transição agroecológica, podem estar relacionadas, pois a ótica da produção e dos processos produtivos são diferentes em sistemas orgânicos e convencionais; no sistema convencional há a tentativa do controle do ambiente (ecossistema) para somente a população da cultura se desenvolver, não havendo a procura de equilíbrio pautados na preservação de recursos naturais e na sustentabilidade, como no caso dos sistemas alternativos; nos sistemas orgânicos a complexidade de interações entre fauna e flora é maior, em razão de que considera-se a tentativa de propiciar um ambiente ecologicamente equilibrado, em que essas interações não são suprimidas com intervenção antrópica, mas utilizadas para contornar os possíveis problemas que ocorram durante o desenvolvimento dos cultivos.

Nesse processo de certificação, o arranjo de governança é essencial para sua efetivação. As certificadoras prestam apoio aos agricultores e atuam em conjunto a Emater e COOMAFITT, com serviços de assistência técnica e extensão rural e com a motivação pessoal, trabalhada em grupo, observada nos seguintes relatos:

A grande questão da mudança também vai além da produção em si. O projeto do orgânico, da Rede Ecovida, é a produção... transforma tudo. Transforma a vida, transforma o pensamento da pessoa, daquela família, sabe? Vai além da produção. Tanto que tem regras que é totalmente contra várias... questão de violência... tu tem que te enquadrar em várias coisas. Então, está além disso. É um projeto de vida (entrevista agricultor 24, 2021);

Na mudança do convencional pro orgânico, uma coisa que a gente não comentou mas que eu ouvi numa propriedade que eu fui, foi muito importante realmente, eu percebi isso, na verdade ela não ta só na necessidade ne, primeiramente a gente tem que mudar a forma de pensar, na nossa cabeça, o nosso interior ne pra depois estar entrando na produção orgânica (entrevista agricultor 12, 2020).

Além dessas observações, foi possível verificar a presença das instituições de modo marcante. No primeiro relato observa-se a existência de regras internas para participar da Rede Ecovida de Agroecologia, as quais os associados necessitam se enquadrar caso possuam vontade em integrar o grupo. Uma das normas contidas no trecho é sobre a questão da violência, em que são proibidos casos de violência doméstica envolvendo agricultores do grupo e, ocorrendo, acarreta na exclusão do indivíduo da Rede Ecovida. Esse é um claro exemplo de como as instituições influenciam no comportamento dos indivíduos ao fornecerem modelos e categorias, fazendo-os agir conforme uma convenção social (HAAL; TAYLOR, 2003).

A dinâmica de trabalho das certificadoras, OPAC Litoral Norte e Rede Ecovida de Agroecologia, propiciam aos agricultores a troca de experiências ao trabalharem em grupos e realizarem visitas periódicas nas propriedades certificadas. Essas dinâmicas sociais são características da modalidade do sistema participativo de garantia, sobre as trocas de experiências um dos entrevistados comenta: “muitas pessoas de fora vieram, existia muitas visitas, tinha muitos contatos dos grupos uns com os outros e uns passavam dicas para os outros, aí foi onde começou a surgir alguns métodos de trabalho que estavam funcionando” (entrevista agricultor 16, 2021), dentre essas dicas a entrevistada cita: “eu planto tudo como o ‘fulano’ disse: fulana planta tudo meio amontado que os bichos se atrapalham” (entrevista agricultor 10, 2020) fazendo menção ao entendimento da dinâmica do agroecossistema alternativo de produção.

A mudança de sistema de produção é considerada mais intensa quando o sistema inicialmente adotado é o convencional intensivo. Em conjunto com essa mudança do “pensamento” surgem os relatos dos agricultores que trabalham com sistemas orgânicos sobre o impacto em suas vidas pessoais devido ao julgamento dos demais integrantes da comunidade ao adotarem estratégias diferentes de produção:

Ah ‘louco’, ‘quer saber as coisas diferentes’, ‘preguiçoso’, ‘relaxado’, porque fica mais no mato né. Então, a ciência é isso, isto é, ‘vai morrer de fome, se com veneno a situação já é difícil, que dirá sem veneno, isso é coisa do passado’[...]. O quê que é mais difícil, vamos dizer assim, apesar da falta de recursos financeiros, a gente vê famílias muito pobre, a rejeição social. A rejeição social ela dói muito, porque tu vai na igreja, te incomoda com uma pessoa, na época eu ainda era solteiro, tu já pensou tu ir numa festa ou num baile, como é que é, qual é os olhos que se tem por ti é louco né, é diferente, é difícil (entrevista agricultor 14, 2021).

Não só na esfera técnica da produção surgem grandes modificações, mas também na esfera social, o que demonstra que, nesses casos, a agroecologia é uma quebra de paradigmas. Para compreender um pouco esse contraponto, os agricultores convencionais

entrevistados citaram alguns motivos de não apresentarem desejo de executar a transição agroecológica, dentre as dificuldades foram comentados o manejo, em razão de que os produtos biológicos requerem maior número de aplicações, a demanda de mais tempo e trabalho em comparação ao sistema convencional intensivo, visto que é necessário roçar a área ao invés de utilizar herbicidas, principal elemento de diferenciação dos sistemas de produção estudados.

Dentro da esfera social dessas famílias, a cooperação entre a vizinhança e a ajuda mútua é algo considerado comum, contudo, foi apontado como um entrave técnico pelos agricultores com produção certificada o fato de não poderem compartilhar alguns implementos agrícolas com seus vizinhos, devido os sistemas de produção serem diferentes, sendo convencionais e orgânicos. Sobre a relação entre vizinhos o entrevistado comenta:

Convencional. E eles, é um cara que, se ele precisar do meu trator, ele pega, se eu precisar de um dele, vou lá, peço e pego também, não tem galho. E se eu pedir o canhão dele, não tem problema, ele usa, quando eu tinha, ele usava também. Só que não pode usar, dividir ferramenta. Nosso problema do orgânico é esse, que não pode dividir ferramenta (entrevista agricultor 22, 2021).

A possibilidade de compartilhamento de maquinários agrícolas entre agricultores com sistemas produtivos diferentes existe, contudo, devem-se seguir uma série de cuidados pré-estabelecidos na legislação. Na prática, o que agrava a situação é a possibilidade de algum equipamento transportar resíduos incompatíveis e contaminar a produção vizinha, que geraria, entre outros problemas, perdas de produtos, encargos com legislação e com o grupo de trabalho das certificadoras.

Apesar dos obstáculos identificados na trajetória da produção orgânica de alimentos, as organizações adotam estratégias para o auxílio dos agricultores. A COOMAFITT, em apoio aos associados que se encontram no processo de transição agroecológica e de certificação dos seus produtos, desenvolve atividades como a relatada abaixo:

A gente tem uma política interna da COOMAFITT de apoio à transição e a partir do momento que ele se associa na certificadora, ele ganha 10% de reajuste no preço do produto. Então ele continua entregando como convencional e gente vende como convencional, mas a gente reajusta como uma ajuda pra passar por esse momento de transição. E pra nós o que importante é quando ele tem o certificado e tá tudo regularizado (entrevista organização 20, 2021).

Sendo assim, a cooperativa utiliza como estratégia manter a porcentagem fixa de cobrança aos associados pelos serviços prestados e o valor fixo de pagamento por peso

do produto com acréscimo de 10% aos que estão em processo de transição, independente da oscilação do mercado. Essa estrutura concede aos agricultores segurança em ter a garantia de escoamento das produções com valor fixo de pagamento, destaca a cooperativa dos outros canais de comercialização e incentiva a continuação do processo de conversão do sistema produtivo.

Os entrevistados, ao serem questionados sobre as mudanças ocorridas nos últimos 20 anos no que tange os sistemas agroecológicos de produção na região, comentam que os arranjos obtiveram melhoras significativas com o acesso à informação:

Na orgânica eu acredito que melhorou muito, porque um tempo atrás não tinha informação, não sabia o insumo que podia usar, o que podia aplicar o que não podia, eram poucos que tinham, eram longe né, um do outro, tu não tinha nem uma base muitas vezes, hoje no caso se alguém da região tiver meio afim posso levar no meu bananal e mostrar, ele consegue ter uma base antes de entrar (entrevista agricultor 12, 2020).

Observa-se com isso, melhorias no cenário da agricultura brasileira desde a década de 1990, quanto ao fomento a sistemas de produção orgânico e, principalmente, a partir dos anos 2000, com a inserção da agroecologia na agenda política nacional, permitindo a troca de experiências através dos modelos adotados de certificação. Estando congruente com os apontamentos da última geração de políticas públicas para a agricultura familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2015) e da trajetória da agroecologia brasileira (SCHMITT et al., 2017; NIEDERLE et al., 2019).

Percebe-se que os agricultores associados a COOMAFITT buscam a certificação orgânica para seus produtos por diversos motivos, que perpassam por questões culturais, éticas, de saúde, políticas, ambientais, econômicas e técnicas, fazendo luz as multidimensões da sustentabilidade a partir da agroecologia proposto por Caporal e Costabeber (2002).

Como são os processos sociais e tecnológicos que modelam o espaço e o território, o arranjo de governança está intimamente relacionado ao proporcionar estruturas que direcionam os rumos da sociedade, a certificação orgânica na região e o fomento das instituições na adoção de sistemas agroecológicos de produção. No território Litoral Norte convergem organizações, incentivos, regras, normas, organismos e culturas. Este espaço, é construído e desconstruído pelos atores sociais nele presentes, através de relações de poder conferindo dinâmica socioespacial a partir das necessidades e interesses (SANTOS, 1977).

Desse modo, o espaço é socialmente organizado com formas e funções definidas historicamente. Nele se encontra a dialética, sendo constantemente reorganizado, dando

lugar a outros sistemas gerando novas organizações, vivo e dinâmico, sendo um fator social e não somente reflexo social (SAQUET; SILVA, 2008). A dimensão da influência dos arranjos citados, da cooperativa, dos atores envolvidos e suas práticas, pode ser percebida aos poucos ao entender que são esses indivíduos que moldam o espaço, a luz do cooperativismo e do fomento a sistemas de produção orgânicos.

4.4 ACESSO AOS MERCADOS

A inserção dos agricultores da região Litoral Norte do Rio Grande do Sul no mercado, quanto ao acesso aos canais de comercialização, se dera incrustada pelas limitações de transporte e logística. Com essas dificuldades muitos agricultores optavam pela comercialização intermediada por atravessadores (VIVAN, 2002), mas essa relação foi reduzida com a abertura de novos mercados e com a criação da COOMAFITT.

Identificou-se que a COOMAFITT e os agricultores, possuidores de sistemas de produção orgânicos, utilizam alguns canais para comercialização dos seus produtos inseridos nos mercados convencionais⁵, alternativos e institucionais⁶. Em cadeias longas sem vínculo com as localidades, a COOMAFITT e os agricultores acessam aos mercados convencionais, entregam seus produtos para atravessadores e mercados privados. Em cadeias curtas, os agricultores acessam os mercados alternativos, entregando seus produtos para tendeiros, comercializando a domicílio - como os quitandeiros - no próprio município ou em municípios da região, e realizando feiras. E por intermédio da COOMAFITT, pelo PAA e PNAE acessam os mercados institucionais, via chamadas públicas para o fornecimento de alimentos para escolas, universidades, hospitais, exército e presídios.

No momento em que ocorre a comercialização de suas produções, as flutuações de interação entre esses mercados tornam-se não lineares, por ora podem parecer bem definidas, mas tal fato não é constante. O mesmo acontece com as características da

⁵ Mercados convencionais são geralmente associados a cadeias globais de *commodities*, controladas por empresas transacionais livres de qualquer vínculo com as localidades e mesmo com os Estados-nacionais; Mercados alternativos são vistos a partir de cadeias curtas com capacidade de re-socializar e re-especializar os alimentos, baseados em nichos ou especificidades (NIEDERLE, 2009, p. 07)

⁶ Mercados institucionais são caracterizados como multiespaciais e tendo como canais: a alimentação escolar, *fair trade*, órgãos internacionais, ONGs, hospitais universitários, forças armadas, entidades assistenciais e formação de estoques do governo (SCHNEIDER, 2016).

cooperativa e dos agricultores associados. A cooperativa apresenta a característica de mercados de proximidade, com cadeias mais curtas de comercialização, porém também as realiza em mercados convencionais (abrangendo área de todo estado) com a venda da produção da banana, ainda assim, não perde suas características mais dominantes, apenas demonstra sua complexidade. Ou seja, de modo geral, apresenta dinâmicas territoriais, de contexto local, com circuitos regionais de produção, distribuição e consumo.

A COOMAFITT integra a dinâmica de venda local mediante o fornecimento de produtos a estabelecimentos, pequenas organizações de consumidores e pequenos supermercados, próximos à sede da cooperativa. Os agricultores que a integram, fornecem seus produtos para as demais organizações que integram essa dinâmica, como as tendas à beira da estrada, feiras livres e pela venda direta aos consumidores, além de olerícolas, verduras e frutas contam com alimentos processados, como pães, cucas, doces, entre outros.

A comercialização e o acesso a mercados pela COOMAFITT inicialmente, segundo Medeiros e Tozzi (2012), restringia-se à Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul (Ceasa/RS). A busca por novos mercados, viabilizada pelas mudanças estruturais, com disponibilização de veículos de transporte, galpão para classificação, câmara fria para armazenamento e embalagem, determinou o destino da cooperativa, materializando a comercialização dos produtos de forma mais diversificada em conjunto às mudanças na produção dos agricultores. Essa busca pela inserção no mercado, de forma mais competitiva, é um quadro comum, apesar das demandas impostas pelo sistema capitalista para sua viabilidade. Por sua vez, os mercados podem ser interpretados como fato social, visto que são construídos baseados em relações sociais e econômicas, e partindo desse entendimento que a agricultura familiar pode se inserir de forma mais autônoma no processo (SCHNEIDER, 2016).

Agricultores elegeram a comercialização dos produtos e a transição agroecológica como principais entraves para o desenvolvimento e permanência em suas atividades, buscando alternativas, como de acesso aos mercados, vinculando-se a cooperativas ou organizações que comercializavam produtos via chamadas públicas, como PAA e/ou PNAE (RODE; STOFEEEL; RAMBO, 2021). Destaca-se que, o arranjo de governança evidenciado pelo trabalho das organizações na sistematização e comercialização dos produtos pode ser crucial para o sucesso da agricultura familiar e para a produção orgânica de alimentos (FINATTO; SALAMONI, 2008).

Os agricultores entrevistados elucidam que a adesão aos mercados e suas estratégias têm impacto na escolha dos seus cultivos, em razão de que o fazem considerando a demanda e exigências dos mesmos. Entretanto, ocorre de haver adaptações e mudanças para escoar toda produção, essa estratégia é evidente no relato abaixo:

É, às vezes eu entrego para as tendas, quando a COOMAFITT no verão sempre tem o problema de não ter a venda total, de janeiro a março, porque não tem colégio aberto, mas às vezes tem alguma vendinha mais diminuída, mas continua, aí quando eu tinha banana de sobra, eu entregava para os tendeiros, os feirantes (entrevista agricultor 27, 2020).

O PNAE, para alguns dos agricultores, representa o principal canal de comercialização de produtos orgânicos, além de garantir uma quantidade de alimentos fixos mensais, os valoriza por meio de pagamento com preço diferenciado. Contudo, essa segurança existe em meses específicos, pois o programa apresenta regularidade de funcionamento; no período de férias as escolas não recebem merenda, haja vista que não há funcionamento nas unidades educativas, como consequência há impacto na venda pela cooperativa, caindo a demanda de produtos e impactando financeiramente os agricultores.

Essa dinâmica de funcionamento em meses específicos não é compatível com as características da principal cultura produzida pelos agricultores, que é a banana, gerando dificuldade no escoamento devido a colheita constante. Os associados da COOMAFITT necessitam escoar a produção durante todos os meses do ano, por sua vez, a cooperativa carece de aporte financeiro para sua estruturação e funcionamento, para isso se criam ações direcionadas para constituir e fortalecer outros canais de comercialização, na procura de diminuir a dependência deste programa.

Para os agricultores, há uma diferença na valorização dos produtos entre os canais de comercialização, bem como, o estabelecimento de uma relação de confiança para com os consumidores. Existe também o descontentamento com os canais de comercialização que eram utilizados em um período antecedente a criação da COOMAFITT, como as Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul - Ceasa de Porto Alegre e os atravessadores, os entrevistados expõem:

Na época eu me associei, por causa das vendas, porque era o melhor que tinha no momento para a banana, eu era o convencional no caso, o comércio local aqui, digamos que era os atravessadores que compravam, eles deixavam em algumas épocas o cara perder muito produto (entrevista agricultor 28, 2021).

A feira é um... para a gente que é fraco, assim, ela é um grande nicho. Primeiro que vende o produto à vista. Qualquer atravessador que tu vende, é trinta, quarenta dias, até mais, às vezes, de prazo. Lá é o pagamento à vista. A área que a gente tem lá nossa, não sei como é com as outras feiras[...] Mas nossa

feira, assim, o pessoal valoriza muito o produto que tu leva em si, sabe? É muito valorizado o produto, o trabalho do agricultor, sabe? É bem diferente tu vender numa feira que tu vender para um atravessador (entrevista agricultor 22, 2021).

A modificação das práticas organizacionais dos agricultores ao recorrerem a diferentes canais de comercialização baseiam-se em valores. A exemplo, a valorização dos produtos orgânicos e dos agricultores familiares, por parte dos consumidores ao adquirirem os alimentos na feira pelo tratamento recebido nessa situação. São os modelos morais que fornecem padrões de significação tanto para os consumidores, quanto para os produtores, guiando suas ações.

Com isso, o elo entre a agricultura familiar e os mercados alternativos são associados a mecanismos domésticos de coordenação, com relações de confiança entre o produtor e o consumidor vinculado ao contexto local (NIEDERLE, 2009). Os pontos que caracterizam esta relação são os mesmos que diferenciam o elo entre produtores e consumidores existente nos mercados convencionais.

A valorização dos produtos por parte dos consumidores passou a ser reafirmada com a certificação orgânica, em consequência os agricultores relataram a mudança de estratégia de mercado e o posicionamento dos produtos orgânicos. Alguns agricultores expuseram que seus produtos já eram cultivados sem o uso de agrotóxicos, mas que sem a certificação não conseguiam efetuar vendas com a valorização que os cabia, nesses casos o selo trouxe seguridade: “muda bastante, porque daí a gente não conseguia preço né, não tinha certificado, a gente plantava desse jeito só não tinha como provar no caso, hoje o papel muda tudo” (entrevista agricultor 11, 2020).

Na perspectiva institucionalista, o selo de produto orgânico é uma estrutura que carrega consigo a imposição da veracidade, atesta a qualidade e procedência, constrói o vínculo do consumidor com o agricultor através da confiança com base na certificação, melhorando o posicionamento no mercado e aumentando o escopo de possibilidade de vendas.

Na reconstrução das identidades socioprofissionais, na agricultura orgânica, os mercados assumem papel importante por meio de novos valores construídos socialmente, com a ressignificação do trabalho, as relações diretas com os consumidores e a legitimidade do mercado. Assim, “a partir da valorização do trabalho manual, da sustentabilidade ambiental e da produção de alimentos se constrói a atividade profissional do agricultor que atua na produção orgânica” (SCHULTZ, 2006, p. 250).

Neste sentido, a comercialização de produtos em feiras amplia as relações sociais, tornando os agricultores mais integrados, a partir das referências criadas pelo contato direto com os consumidores; resultando no reconhecimento da sociedade frente ao trabalho dos agricultores relacionado às práticas de manejo, com noções de qualidade e segurança alimentar (SCHULTZ, 2006).

A valorização dos produtos pelos consumidores estende-se aos mercados. A comercialização das bananas produzidas em sistema convencional e sistema orgânico é realizada de forma diferenciada, conforme o entrevistado explica:

A banana convencional que a gente comercializa também no mercado convencional (privado) ela mantém um preço “x”, e ela tem um padrão de banana, então hoje a gente tem a banana plus, a primeira e a segunda, todos esses padrões ele vai pra alimentação escolar, agora no mercado privado, que é rede de mercado eles aceitam só um padrão, que é essa plus, então a gente montou uma estratégia específica para esse tipo de mercado, então ele é um mercado que ele faz volume (entrevista organização 02, 2020).

Ou seja, as bananas produzidas em sistemas convencionais aderem aos mercados convencionais, buscando atender a critérios de padrões de classificação, enquanto as bananas produzidas em sistema orgânico mantêm mais variedades de canais de comercialização e de mercados.

Apesar da lógica utilizada pela cooperativa, notou-se o movimento dos agricultores em destinar, além das bananas convencionais, as bananas orgânicas classificadas como plus para o abastecimento dos mercados convencionais, aos mercados privados, atravessadores, tendeiros ou feirantes, mesmo com a possibilidade de acessar outros canais de comercialização, destinando as demais (primeira e segunda) para a COOMAFITT, e canais do mercado alternativo e institucional.

Entretanto, os agricultores, ao julgarem que o mercado convencional não apresentava condições satisfatórias para comercialização, optaram direcionar seus produtos orgânicos à cooperativa para compra institucional, via PAA e PNAE, contando com o pagamento diferenciado pelo produto e classificações mais flexíveis em comparação ao mercado convencional.

Esses contratos formais, que são estruturas institucionais, permitem os agricultores planejamentos de longo prazo, baseados em fatores de segurança, e por isso, destinar a produção de banana (classificadas como primeira e segunda) aos mercados convencionais permeia uma desvalorização do produto e do trabalho, visto a remuneração mais baixa e a insegurança em comparação às chamadas públicas.

As estratégias de comercialização da COOMAFITT não se resumem às criadas para o escoamento da banana, e se apresentam como efetivas ao abrangerem as produções dos agricultores de forma diferenciada. O sucesso é atrelado às habilidades sociais dos jovens gestores que, à luz do institucionalismo sociológico, constroem as atividades baseados em suas percepções culturais das estruturas institucionais disponíveis.

A pesquisa contemplou as atividades desenvolvidas pela cooperativa com intuito de contornar os efeitos da pandemia, pois foi realizada durante os dois primeiros anos da doença, em 2020 e 2021. Posto isso, em relação às habilidades sociais no enfrentamento à pandemia, Tonin (2022) indica que durante o período de restrições mais severas, a COOMAFITT adotou algumas estratégias em suas comercializações e que os recursos do território (estrutura da cooperativa, corpo técnico e organizações atuantes) fizeram diferença significativa na construção das alternativas.

Entre as estratégias estão inclusos o uso de canais digitais de comercialização, como uso de *site* próprio para realização de venda de alimentos no formato de cesta via delivery com entrega a domicílio, venda via *whatsapp* e canal de encomenda na internet fruto de parcerias com organizações de consumidores. Neste período, as compras institucionais foram reduzidas, funcionando apenas pela entrega de cestas de alimentos a algumas famílias em estado de vulnerabilidade social, dentre os canais de comercialização da cooperativa os mercados institucionais foram os que demoraram mais tempo para restabelecerem a dinâmica e os patamares anteriores a pandemia. Com isso, as habilidades sociais influenciaram na direção da construção de estratégias de comercialização (TONIN, 2022).

Cabe destacar que as gerações possuem diferentes expectativas e relacionamentos com a integração aos meios digitais e com aderência às inovações; grande parte dos jovens nasceram imersos na tecnologia digital e os ampliam para os locais de interação social. As mudanças de práticas adotadas pela COOMAFITT estão relacionadas com a linha de raciocínio destes atores, estendendo-se às mudanças de práticas adotadas pelos agricultores, que ao mesmo tempo em que acessam as organizações, instituições e estruturas, absorvem essas novas mudanças e as confeccionam.

A COOMAFITT e os agricultores acessam mercados convencionais, alternativos e institucionais, de forma conjunta em menor ou maior grau. Ao optarem por algum dos canais de comercialização, os atores o fazem utilizando de sua racionalidade e conjunto de valores. Como o espaço é socialmente construído, suas práticas e mudanças modelam o território e os mercados disponíveis.

4.5 ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS

Como exposto no decorrer do texto, as políticas públicas foram de suma importância para a COOMAFITT e para os agricultores, essa seção pretende discutir de forma mais aprofundada as ações práticas e percepções dos agricultores participantes da pesquisa referentes ao tema.

Explorando os dados na busca por padrões, utilizou-se o Software Nvivo para realizar a confecção de nuvem de palavras com as 30 mais citadas na categoria políticas públicas. Ao centro da imagem, (Figura 7), destacam-se as palavras mais frequentes, sendo programas e públicas; seguidas pelas palavras relacionadas às instituições sendo PNAE, Pronaf e PAA.

Figura 7 - Nuvem de palavras criada com auxílio do Software NVivo com base na categoria políticas públicas



Fonte: Dados da pesquisa (2020;2021). Elaborado pela autora, NVivo versão 12

Foram verificadas a presença da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além dos arranjos institucionais conferidos pela Prefeitura e suas Secretarias, por meio da legislação municipal, acesso à adubo, calcário e máquinas, educação via cursos e capacitações, e outras estruturas como água potável, luz, internet e mobilidade com estradas.

Em relação à assistência técnica e extensão rural, a principal instituição citada pelos agricultores foi a Emater, além das certificadoras, OPAC LN e Rede Ecovida de

Agroecologia. As empresas privadas (no caso de quando os agricultores adquirem produtos em agropecuárias e os técnicos prestam consultorias), extensionista rural da Cresol e outras organizações, como a Associação Ação Nascente Maquiné – ANAMA. Por intermédio dessas organizações, os agricultores acessam cursos e capacitações.

Essas instituições, organizações e estruturas formam um arcabouço de diferentes formatos que conferem suporte aos agricultores para a transição agroecológica, certificação da produção orgânica e auxiliam no desenho estrutural de condições para o desenvolvimento dessas ações e atividades, como o caso das chamadas públicas e acesso a investimentos, que serão tratados abaixo.

4.5.1 Chamadas públicas - PAA e PNAE

A estrutura de comercialização da COOMAFITT foi concebida considerando parâmetros baseados em instituições, como o PAA e PNAE. Essas políticas públicas estão presentes desde a fundação da cooperativa, serviram de pilar para sua estruturação e atividade comercial.

O processo de comercialização dos produtos, inseridos no mercado institucional, teve início com a demanda criada pela legislação para provimento da merenda escolar local, em conjunto a montagem do quadro de gestão da cooperativa com indivíduos qualificados, passagem elucidada por um dos gestores entrevistados:

Em 2010, 2011 teve o salto na merenda escolar, dentro da COOMAFITT tem o processo de profissionalização, quando entra o ‘fulano’, a diretoria tem os agricultores, mas começa a pensar em pessoa pra executar, logo depois vem a ‘sicrana’, nesse processo mais administrativo, motorista, começou a pensar num quadro de pessoas para essa estratégia, e a política pública também foi dando estrutura para tudo isso (entrevista organização 03, 2020).

Em conjunto a esse movimento, no ano de 2014, a cooperativa acessou o FEAPER para a aquisição de caminhão baú refrigerado, a fim de melhorar a logística de entrega dos produtos. O acesso ocorreu via edital de fomento às cooperativas da agricultura familiar, na qual as operações bancárias possuíram subsídio sobre o capital e os encargos, recursos a fundo perdido e, com isso, do montante total de R\$280.000,00 a COOMAFITT pagou 20% desse valor para sua quitação.

A área de abrangência da cooperativa em relação ao PAA e PNAE está relacionada com as formas de interação adotadas para com outras organizações, como Prefeituras e

outras Cooperativas. Os gestores da COOMAFITT organizam-se de forma comercial, visitando as organizações com aderência nos programas e oferecendo uma gama de produtos a fim de discutir sobre as chamadas públicas, mas existem algumas poucas organizações que realizam o movimento inverso, os convocando para reuniões, como citado pelo entrevistado:

Tem dois lados, porque a prefeitura que tem essa política e quer comprar, vai ter a iniciativa de chamar as cooperativas [...], mas nem todas são assim, a maioria não é assim, a gente tem que se organizar num trabalho bem comercial, final do ano a gente sai nas prefeituras com os produtos para discutir as chamadas (entrevista organização 03, 2020).

A maior parte das relações comerciais se dão no contexto local, mas não restrito a ele. Os gestores utilizam de estratégias e de sua autonomia para gerir suas vendas, demanda de produtos e o acesso às chamadas públicas, incluindo outros municípios do Estado como Santa Maria, Três Passos, Gravataí, Porto Alegre, Cachoeirinha, Sapucaia, Alvorada, Viamão, Canoas, entre outros.

Quando a cooperativa acessa edital e a demanda por produtos é grande, como abastecimento de universidades, exército e presídios, há participação de mais cooperativas de forma mútua, disponíveis pela RedeCoop. Com isso, o montante do pagamento é dividido proporcionalmente conforme a participação individual. Para os agricultores participarem de chamada pública se torna necessário possuírem a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP e assim, acessarem de forma individual ou em grupos, ou ainda, como no caso de cooperativas e associações, com DAP jurídica.

Contudo, a dependência econômica do PAA e PNAE para o funcionamento da cooperativa foi apontada pelos gestores como sendo um fator negativo, segundo relato: “ela (cooperativa) nasceu e cresceu dentro dos programas PAA e PNAE, e chegou um ponto que pensamos, não, peraí, não é bem isso, até certo ponto é seguro, depois disso...” (entrevista organização 02, 2020). A preocupação foi refletida no percentual de vendas da cooperativa, apresentando baixa de forma gradativa; inicialmente os programas representavam 100% da comercialização, chegando em 2020 com cerca de 80 a 90%, e em 2021 com 70% do total de vendas. Sobre o PAA os gestores relatam

A política pública tá cada vez minguando mais, e a gente vai ter que ir pra outro mercado, e essa foi uma política pública que incrivelmente é uma boa herança, de um decreto lá de 2015 e que a unidades gostam de comprar da agricultura familiar, então tem cada vez aumentado mais. Claro que em contrapartida o PAA está desmantelado né, então precisa ser atualizado esse número, porque estamos indo pra 2022 e não sei se ano que vem a gente chega nesse 50% (entrevista organização 20, 2021).

A insegurança demonstrada por parte dos gestores ocorre em razão de as políticas públicas de compra institucional dependerem de incentivos do Governo para seu funcionamento. A potencial dependência do PAA e PNAE pela COOMAFITT, demonstrada pela representatividade da comercialização dos produtos, tem agravamento pela regularidade de funcionamento do PNAE e por isso seus esforços são de aumentar a porcentagem de venda de outros canais de comercialização.

Atrelado a estas questões, teve-se o efeito da pandemia que impactou diretamente a cooperativa devido ao fechamento das escolas e, com isso, a redução nas compras públicas, que em partes foi superado através da comercialização de cestas via delivery, pelo *site* e pela parceria com organizações de consumidores durante o período. Ainda assim, para Latini e Rocha (2020), o programa com as iniciativas de comercialização direta revelam sua importância ao garantir renda para a agricultura familiar e alimentação saudável para a população mesmo no período de pandemia, visto que, mesmo com as aulas suspensas em alguns momentos do ano, o programa não teve interrupção total.

A adesão ao PAA e PNAE pelos agricultores entrevistados é realizada por intermédio da COOMAFITT. Ao utilizarem a cooperativa como canal de comercialização alguns de seus produtos são destinados a suprir a demanda das chamadas públicas; em relação ao PAA, o agricultor pontuou:

Ajudou muito nós. Nossa, tinha uma época que eu, só faltava eu cortar o tronco da banana para vender, porque não tinha mais. Porque tinha muito PAA, a cooperativa vendia muito para esses PAA, era muito alimento, sabe? Então entregava em Terra de Areia, entregava em Capão, Maquiné, Torres, esse litoral todo aqui, Porto Alegre, Canoas, Gravataí, Caxias (entrevista agricultor, 2020).

Esse é o caso do aumento da venda de produtos, tendo como principal canal a cooperativa, por meio da compra institucional com o fornecimento de banana. Com o relato, nota-se que o agricultor tinha conhecimento sobre a destinação do seu produto interno a cooperativa, mas isso não se estende a todos os associados, alguns agricultores não têm conhecimento do funcionamento e destinação do seu produto após entrega para cooperativa, e assim, deduzem de acordo com o pedido:

Eu conheço uma parte do processo, porque até no pedido já diz alguma coisa tipo: pede uma banana boa porque é para cesta, eu sei que vai para o delivery ou no caso quando eu faço os pacotes no caso de 800g eu sei que vai para Rede que é um mercado lá em Santa Maria, então mais ou menos eu acompanho. Acontece muito de não saber, tipo se eu entrego em caixas as vezes e nem sei para onde vai mas se eu perguntar vou obter a resposta. Às vezes o agricultor não busca também (entrevista agricultor 28, 2021).

Evidencia-se o sistema organizativo criado pela cooperativa em conjunto aos agricultores, da criação dos planos de cultivo e distribuição das demandas, contemplando

em alguns momentos a embalagem pelos agricultores, visando agilidade e otimização do tempo e espaço.

Outro ponto evidenciado pelas políticas de compras públicas de alimentos é a produção diversificada, que é característica da agricultura familiar, como um dos impactos apontados a partir do acesso aos programas, destacado pelo agricultor entrevistado:

Refletindo melhor eu consegui entregar mais variedades que antes eu entregava só banana, aí depois que eu consegui o certificado eu comecei entregar frutas cítricas, verdura, amorinha, a gente entregava isso para merenda escolar aqui no município, eles faziam suco para as crianças” (entrevista agricultor 29, 2021).

Ressalta-se a diversificação, provocada pelo PAA e PNAE, contou recentemente com o auxílio da iniciativa da comercialização digital das cestas via *delivery*, confirmando a característica dos programas e da COOMAFITT como indutoras a diversificação produtiva. De acordo com o trabalho de Grisa et al. (2010, p. 7), o PAA se destacou por incitar a diversificação da produção “na medida em que concentrou a oferta com uma demanda diversificada, [...] gerando efeitos e fortalecendo a autonomia das unidades familiares, diminuindo a vulnerabilidade e a propensão à segurança alimentar”, com o incentivo à produção em bases agroecológicas ou orgânicas. Além disso, acredita-se que:

[...]ao incentivarem a diversificação produtiva, podem assumir o aumento da produção de alimentos e as necessidades da rede socioassistencial local/regional, além de promover a valorização dos hábitos alimentares locais, o associativismo rural e a autoestima dos agricultores, propiciando novas alternativas de comercialização da produção, melhorando as condições de reprodução social desses agricultores no campo (HESPANHOL, 2013, p. 482).

O alcance da diversidade foi considerado uma dificuldade pela profissional do Município de Itati, responsável pela montagem dos planos alimentares das unidades educativas municipais, em razão do atendimento a diversificação e sazonalidade de produtos, conforme a Lei N° 1.354 que diz respeito a compra e destinação de 100% da verba do PNAE a agricultores familiares, a entrevistada comenta:

A grande dificuldade que eu vejo é a questão da diversidade, a cada ano eu tô colocando mais produtos, incentivando, conversando com a Coomafitt e direto com os agricultores para que eles produzam mais. Porque assim, eles são muito acostumados a produzir a banana, banana, banana... e a gente tá indo mais para o foco das PANCS. Bom, porque não produzir mais PANCS né? Porque não produzir mais diversidade? Esse ano a gente conseguiu colocar muito mais alimentos tendo esse diálogo né, com os agricultores (entrevista organização 15, 2020).

Conforme a Lei N° 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, em seu Art. 2°, sobre diretrizes do programa, destaca-se os incisos I e V:

I – “o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica”; e

V – “o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos”.

Entre a demanda apontada, o relato do agricultor e as diretrizes contidas na legislação existe uma correspondência. A dificuldade relatada pelos gestores municipais se faz verídica ao considerar que a COOMAFITT e os agricultores para atender ao pedido da chamada pública necessitam aumentar seu escopo de produtos e isso significa, necessariamente, aumentar a mão de obra e trabalho interno, em virtude de que a organização para com os agricultores, armazenamento pós-colheita e logística de entrega se tornam mais complexos.

Contudo, existem os agricultores que conseguem atender aos pedidos e demandas dos profissionais municipais; e como as legislações são direcionadas a esse público alvo específico, demonstra-se a adequação das estruturas criadas para atender a demanda e a articulação entre os profissionais municipais e os agricultores, evidenciando o trabalho de governança e de ação social.

Os gestores da COOMAFITT apontaram a necessidade do aumento dos valores dos programas PAA e PNAE por contrato, em função de que os limites impostos aos agricultores se tornam entraves para escoar suas produções. Em contraponto, tal ação pode resultar em maior concentração e exclusão de agricultores, diminuindo o número de beneficiados pelo programa em algumas regiões do país (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014).

Aumentar o limite pago dos programas aos agricultores não se tornaria um empecilho, a partir do entendimento de que a viabilização dos mesmos acontece por requisitos como de governança, capital social e ação dos atores sociais, resultando na necessidade de fortalecimento dos contextos sociais (TRICHES; GRISA, 2015). Ou seja, aumentar o limite pago ao agricultor não se tornaria um empecilho com essas ressalvas.

Outro ponto destacado pela gestão da cooperativa, que carece de melhorias, observado em trabalhos já publicados, é relacionado a necessidade da criação de políticas de apoio às cooperativas, com o intuito de estender a remuneração às organizações a fim de sanar os custos com a operacionalização dos produtos, anexando uma taxa pelos custos

com a logística e, com isso, não haveria modificação do montante final repassado aos agricultores (COSTA; AMORIM JUNIOR, SILVA, 2015).

No PNAE o repasse de recursos é realizado pelo FNDE, que é responsável pela assistência financeira, acompanhamento, monitoramento, fiscalização da execução e avaliação do programa. Observa-se que entre os anos de 2019 e 2022, (Tabela 5), os Municípios de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas apresentaram um repasse contínuo, com pequena variação, tendo interferência da pandemia.

Tabela 5 - Liberação de recursos do PNAE pelo FNDE para os Municípios de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas

Municípios/RS	Recursos liberados em reais (R\$)			
	2019	2020	2021	2022
Itati	59.029,00	71.181,00	68.882,00	64.252,00
Terra de Areia	146.109,20	158.118,40	160.325,00	144.352,00
Três Forquilhas	29.068,00	33.774,40	38.398,80	38.930,00

Fonte: Elaborado pela autora com base dos dados do FNDE (2022)

Dentre as organizações que apoiam o PNAE, destacamos as Secretarias de Saúde e de Agricultura dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, que são responsáveis pela inspeção sanitária, por atestar qualidades dos produtos ofertados e por articular a produção da agricultura familiar com o PNAE, em razão de que a COOMAFITT conta com uma relação próxima aos gestores e funcionários das Prefeituras Municipais e de suas Secretarias, facilitando a articulação com os agricultores.

Neste processo de articulação, o profissional nutricionista é outro elemento-chave, dado que é esse profissional que prescreve os cardápios escolares de acordo com os alimentos disponíveis e cria a ponte do diálogo com os agricultores para possíveis adequações. Com isso, a presença do profissional nutricionista atento as sensibilidades do município, aberto a iniciativas, atualizado nas temáticas acerca do assunto, com relacionamento com as organizações fornecedoras de alimentos, com ações de fomento à alimentação saudável e a produção de alimentos sustentável pode ser o principal elo para o sucesso da implementação de programas como PNAE.

O PAA e o PNAE permitiram à COOMAFITT estruturação, pela busca da adequação para integrar as chamadas públicas dos programas, de condições de competitividade com incremento de capital para atingir novos mercados, em conjunto a outras estruturas e ações públicas. Representa a viabilização de algumas unidades produtivas com a demanda das chamadas públicas e a interferência em suas práticas e organizações produtivas. Dito isso, reitera-se novamente que são as ações dos atores

sociais e o arranjo de governança os responsáveis pelo bom funcionamento dos programas no município.

4.5.2 Investimentos, Crédito e Seguros

Além do acesso às compras públicas de alimentos, foi observado que a adesão dos agricultores às políticas públicas agrícolas restringiram-se ao Pronaf linha Mais Alimentos - investimento, e constatou-se a ausência na adesão a políticas de custeio e seguros, descritos no decorrer da seção.

Identificou-se que os acessos a investimentos pelos agricultores orgânicos, via Pronaf linha Mais Alimentos, foram utilizados para aquisição de máquinas agrícolas (trator), veículos utilitários (tobata), caminhonete e caminhão, estruturas como de armazenamento e placas solares, (Tabela 6).

Tabela 6 - Perfil dos agricultores com sistemas de produção orgânicos quanto ao acesso a políticas públicas

Agricultor orgânico	Nunca acessou	Trator	Tobata	Caminhão	Caminhonete	Placa Solar
Agricultor 01		x		x		
Agricultor 02			x	x		
Agricultor 03		x			X	x
Agricultor 04			x			
Agricultor 05			x			
Agricultor 06, 07, 08, 09, 10, 11	x					

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados em 2020 e 2021 (2022)

Enquanto os agricultores com sistema de produção convencionais relataram o acesso a investimento, via Pronaf linha Mais Alimentos, para aquisição de máquinas agrícolas: como trator, rotativa, arado, subsolador e equipamentos de irrigação, (Tabela 7).

Tabela 7- Perfil dos agricultores com sistemas de produção convencionais quanto ao acesso a políticas públicas

Agricultor convencional	Nunca acessou	Trator	Rotativa	Arado	Subsolador	Irrigação	Galpão
Agricultor 01		X	x	x	x	X	x
Agricultor 02		X					
Agricultor 03, 04	x						

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados em 2020 e 2021 (2022)

As respostas de ambos os grupos foram semelhantes no que tange o acesso às políticas públicas agrícolas, restrito ao Pronaf modalidade investimento, mas diferenciam-se nas aquisições realizadas. O perfil de agricultores convencionais apresentou equipamentos que configuram a intensa adoção de tecnologia, com sistema intensivo de produção, não sendo observado no perfil de agricultores orgânicos. Destaca-se que aproximadamente 50% dos agricultores entrevistados nunca acessaram a políticas públicas agrícolas de custeio ou investimento.

Entende-se que esses acessos ao programa ocorrem inseridos em um padrão, no qual, os projetos seguem a linha da tecnificação com aporte de recursos consideráveis, dado que, máquinas como trator, implementos agrícolas e veículos, de maneira geral, são onerosos. O Pronaf investimento não foi utilizado para implementação de novas áreas, aquisição de terras ou industrialização via processamento de produtos.

Acesso a crédito e custeio agrícola não foram relatados pelos agricultores. Evidencia-se o desconhecimento geral sobre o Pronaf Agroecologia, sua disponibilidade, como é realizado o acesso, pagamento de taxas de juros ou seguros, nenhum dos agricultores tinha informações sobre o programa.

Em nível nacional, no período de 2005 a 2018 o número de contratos e valores acessados do Pronaf Agroecologia representaram menos de 1% dos recursos totais do programa, e entre as finalidades os recursos tiveram a destinação para a aquisição de tratores, máquinas e equipamentos, correspondendo a quase 30% dos valores repassados na safra 2017/2018, aquisição de veículos, como caminhões e caminhonetes correspondem a 23%, e o restante dos recursos foram aplicados em culturas perenes, com destaque para as culturas de banana, cana-de-açúcar, laranja e uva (RODE; STOFFEL; RAMBO, 2021), aquisições semelhantes às realizadas pelos agricultores com o Pronaf Mais Alimentos.

A não aderência dos agricultores orgânicos entrevistados na linha Pronaf Agroecologia não é um caso isolado, pois no Rio Grande do Sul outros trabalhos acadêmicos apontaram essa realidade (FINATTO; SALAMONI, 2008; DEGGERONE, 2018; RODE; STOFFEL; RAMBO, 2021). A partir de 2002 as alterações no Pronaf no fomento às sistemas agroecológicos de produção foram poucas, visto que houve concentração de capital, devido a diminuição de recursos disponíveis, e aumento da seletividade, com concentração de capital na região centro-sul do Brasil em projetos mais capitalizados, seguindo a lógica da produção de monoculturas, afetando principalmente atividades diferenciadas em oposição aos cultivos convencionais, (PAULA; GOMEZ;

TRACZ, 2017; WESZ JUNIOR, 2021), sendo indicativo da falta de adequação à realidade frente aos diferentes sistemas produtivos.

Mesmo com o Programa sendo considerado um dos mais discutidos e avaliados em todo país, entre os anos de 1996 e 2006, com a busca por fortalecimento e protagonismo das esferas regionais e locais, estímulo à participação dos agricultores nas tomadas de decisão, avanço nas articulações e estímulo ao associativismo, cooperativismo e outras formas de produção e de comercialização da produção agropecuárias, já registrava-se a não adequação das linhas do Pronaf ligados a agroecologia com o seu uso, não sendo clara a promoção e o fomento de sistemas de produção agroecológicos (MATTEI, 2010).

Além disso, observou-se a tendência de agricultores com perfis mais especializados e com rendas mais altas de receberem maiores recursos do Pronaf, destinados principalmente para o cultivo de soja, milho e fumo, com a concentração gradual de recursos, não havendo a preocupação em atender cadeias produtivas específicas e ou diferentes (GUANZIROLI, 2007). Essa seletividade foi incentivada pelo agronegócio, culminando na diminuição de oferta de alimentos básicos no mercado e aumento de endividamentos por parte dos agricultores, sendo essa uma preocupação recorrente e perpetuada.

Fruto das poucas alterações, atualmente o Pronaf Agroecologia aplica critérios muito semelhantes aos das linhas convencionais de investimento, como do Pronaf Mais Alimentos. Ambas as taxas de juros são prefixadas de até 5% ao ano, possuindo o prazo de pagamento de até dez anos, incluídos até três anos de carência, e limites de R\$400.000,00 para as atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura e fruticultura, e R\$200.000,00 para demais finalidades. O Pronaf Mais Alimentos além das ações citadas, apresenta prazos diferenciados de até cinco anos para aquisição de caminhonetes de carga e motocicletas adaptadas, e até sete anos para tratores e implementos associados.

Como justificativas do não acesso às políticas agrícolas diferenciadas pelos agricultores entrevistados, tem-se o medo de endividamento, a falta de informação e dependência de poucas pessoas para acesso ao conhecimento e direcionamento, conforme os relatos:

Precisou investir na área é bom, é. Agora tirar dinheiro para começar do zero, se tu era pobre vai ficar mais pobre ainda. Então, eu fiquei com medo e as vezes eu olhei os outros em roda e pioraram a vida, ficaram dependendo toda a vida do banco, toda vida, toda vida (entrevista agricultor 14, 2020);

Até hoje nunca precisou, até seria bom, mas o problema é se endividar, se não tem necessidade. Eu tirei um financiamento pra comprar um trator. O mais alimentos, ainda eu peguei os 10 anos, que agora não é mais 10 né, é só sete (entrevista agricultor 29, 2021);

Eu até precisava agora fazer, eu precisava de uma máquina, aquela tobatinha né, até falei com, mandei recado para o “fulano” pra ver como é que está esse negócio de financiamento, mas ele não deu notícia faz tempo. “Fulano” não aparece mais também (entrevista agricultor 16, 2020).

Além desses fatores, foram citados a burocracia, gasto com a documentação, a distância dos bancos, os juros altos, a ‘correria’, e a preferência em comprar com pagamento à vista. Demonstrando que não é, necessariamente, o sistema de produção adotado, convencional ou orgânico, que interfere na decisão da adesão a políticas públicas, deixando a lacuna da não abrangência da realidade em aberto.

Parte dessas motivações foram apontadas como impedimento à adesão ao Pronaf, como os empecilhos burocráticos com a documentação (DEGGERONE, 2018; WESZ JUNIOR, 2018) e o medo de endividamento, pelas experiências negativas, vivência de inadimplência e atraso de pagamento de parcelas no banco (RODE; STOFELL; RAMBOM 2021).

A ambiguidade dos referenciais tecnológicos da ação pública no meio rural evidenciam que as políticas de fomento à sustentabilidade não implicam na superação do viés tecnológico modernizante, em razão de que as políticas públicas são voltadas ao produtivismo e tendem a induzir os agricultores à dependência de insumos e fatores externos, gerando o desafio de “superar o recorte social e técnico das políticas públicas convencionais, gerando formas de crédito e seguro que valorizem os recursos locais da agricultura familiar” (CAPELLESSO; CAZELLA; ROVER, 2016, p. 184), de modo que a agroecologia desempenha um papel antagônico ao valorizar os recursos locais demonstrando a necessidade de mudança de abordagem nas políticas públicas.

Segundo os extensionistas rurais entrevistados, o baixo interesse dos agricultores nos custeios agrícolas, para o caso da produção de bananas, é devido ao custo de produção pelo manejo adotado. Visto que, comprovar custos do cultivo torna-se difícil, pois a multiplicação de plantas é realizada com as mudas da própria unidade produtiva, a implementação de novas área acontece adotando o sistema derrubada-queimada, a adubação possui o custo baixo, entre outras práticas que, internas ao estabelecimento agrícola que não geram notas de comprovação de gastos, ao contrário de outras produções com safras definidas, como a de grãos, que todo processo é passível de comprovação.

Além disso, das motivações sobre o não acesso ao crédito pelos agricultores encontra-se o desinteresse das organizações bancárias presentes no relato: “porque o que

a gente nota aqui, não tem interesse das instituições financeiros de executar, de ter alguém ali pra fazer o projeto, pra pensar” (entrevista organização 02, 2020), e ainda:

É mais fácil fazer o Pronaf investimento de que o custeio, entendeu? Porque os bancos estão preparados pra isso, a gente tá preparado pra isso. Existe lá um Pronaf Verde, já existiu Jovem, já existe Pronaf Agroecologia e tudo mais, a gente não tem o hábito de fazer, não sabe nem como é que faz, o banco não sabe o quê que tu tá falando. É uma questão de língua, quer dizer assim: o cara fala uma coisa e tu não entende o que o cara tá falando, então nem faz (entrevista organização 19, 2020).

Neste sentido, a incorporação do termo sustentabilidade nas políticas públicas não foi atrelada a mudanças operacionais significativas, ocorrendo mais pelo posicionamento sociopolítico das organizações do que pela incorporação das linhas de crédito e normativas com caráter sustentável (GODOI; BURIGO; CAZELLA, 2016). O Pronaf agroecologia não atinge de forma integral seus objetivos, tendo uma similaridade acentuada com outras políticas que incentivam a continuidade de padrões produtivistas (SCHNEIDER et al., 2020).

A não adequação à realidade das linhas de crédito do Pronaf em grande parte se deve à falta de incentivo à diversificação econômica, ao uso de tecnologias alternativas e/ou adaptadas à realidade ambiental de cada região, além do incentivo a autonomia dos agricultores (OLIVEIRA et al., 2018 apud BIANCHINI, 2015; SAMBUICHI; OLIVEIRA, 2011). Todavia, estruturas, como de crédito e seguro agrícola, melhoram a capacidade de controlar o ambiente, regulam o comportamento dos agricultores, auxiliam no fator da insegurança e otimizam a atividade agrícola, guiando os agricultores através de instituições e normas.

O agricultor que utiliza o custeio e o seguro agrícola possui a possibilidade de inserir capital em sua atividade produtiva e assim a tornar exequível, mas atrelado a ela encontram-se muitos fatores de risco. Com isso, caso o desenvolvimento da cultura seja satisfatório, ao final do ciclo produtivo o agricultor contará com um montante de dinheiro suficiente para quitar o custeio agrícola no banco e sobrar uma margem de lucro para os próximos cultivos, porém, se ocorrer a perda da produção, os efeitos negativos são arrefecidos, e o agricultor é conduzido a tomar uma série de ações previstas para acessar o seguro agrícola.

Apesar da produção de banana ser exponencial na região, não foram encontrados, dentre os agricultores entrevistados, acesso a seguro agrícola, mesmo que todas as produções agrícolas apresentem muitos fatores de risco, seja por condições climáticas, como geadas, granizo, vendavais e seca, bem como, por acometimento de pragas e

doenças, acarretando na perda da produção. Na visão dos extensionistas rurais, o seguro para o setor da banana não é utilizado visto as características da cultura atrelado ao manejo na região:

Diferente de uma cultura que tem a safra [...], a banana a colheita é constante, então as vezes o seguro não é tão vantajoso. E uma coisa que caracteriza a cultura da banana aqui, o manejo do bananal é algo relativamente novo, se falar em manejo de soja remonta aos anos 70, o manejo de banana aqui é coisa dos anos 2000. O modelo é extrativista, então entra um pouco no cultivo mínimo, não tem tantos produtores bem tecnicizados ao ponto de necessitar tanto recurso para ter o seu meio de produção. O de agricultura também tem esse melindre do banco financiar quanto ao zoneamento agrícola, o da banana é recente, ela não tá zoneada aqui a muito tempo (entrevista organização 2020).

Em relação ao crédito, seguro agrícola e a sustentabilidade, Capellesso e Cazella (2018) apontaram para a existência de um paradigma quanto à orientação das produções pelas políticas públicas, entre o produtivista e o de caráter agroecológico, em que os sistemas operacionais criam restrições quanto a adoção de sistemas de produção mais sustentáveis, e essa barreira criada, que impede que os agricultores acessem ao crédito rural perpassando o seguro agrícola, influenciando no poder decisório dos agricultores.

O desconhecimento dos agricultores sobre o Pronaf Agroecologia e as linhas voltadas a sustentabilidade, o impeditivo quanto aos procedimentos burocráticos junto às organizações bancárias, a não visualização de vantagem em comparação a outras linhas do Pronaf, assistência técnica para elaboração de projetos agroecológicos, aliados ao desconhecimento e falta de preparo dos agentes financeiros em operar com crédito rural, a falta de divulgação de informações pelas agências, e o pouco entendimento das organizações financeiras sobre as especificidades da agricultura agroecológica, auxiliam na burocratização dos empréstimos e no não incentivo de suas ampliações (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017; DEGGERONE, 2018; RODE; STOFELL; RAMBO, 2021).

Na perspectiva das agências bancárias sabe-se que os projetos financiados devem ser viáveis, para isso consideram o histórico do agricultor, a capacidade de endividamento e a viabilidade econômica do projeto, pois o reembolso deve acontecer nos prazos estabelecidos no contrato (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2021). Contudo, há o caráter produtivista vinculado ao Pronaf, em que o aparato burocrático obriga os agentes técnicos a adequarem os projetos aos pacotes tecnológicos, agravado pelos sistemas de produção agroecológico contarem com equipamentos e insumos específicos, conforme legislação própria, o que salienta a não adequação das políticas à realidade dos agricultores (SCHNEIDER et al., 2020).

As profundas mudanças no cenário político brasileiro, com a falta de incentivo por parte do Estado, de estruturas de governo e a fragilização dos esforços até aqui construídos unido na não adequação das políticas públicas, contribuem para que essas políticas de fomento à agroecologia não sejam acessadas. Aliado a isso, períodos de crise políticas e econômicas tendem a um cenário em que as estratégias de desenvolvimento não são vinculadas a políticas sociais e ambientais, sendo essas não prioritárias (SAMBUICHI et al., 2017).

A exemplo das fragilizações tem-se a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o qual passou por um esvaziamento ao ser rebaixado a Secretaria e por restrição orçamentária de 66% no primeiro ano - comparação entre os anos de 2016 e 2017- tendo em 2018 o menor orçamento desde os anos 2000 (PEDREIRA et al., 2020); e em relação à agroecologia, tem-se a PNAPO, que representou o ponto máximo das políticas públicas voltadas ao tema, mas que nos últimos governos penou, em conjunto a profundos retrocessos em pautas ambientais e sociais.

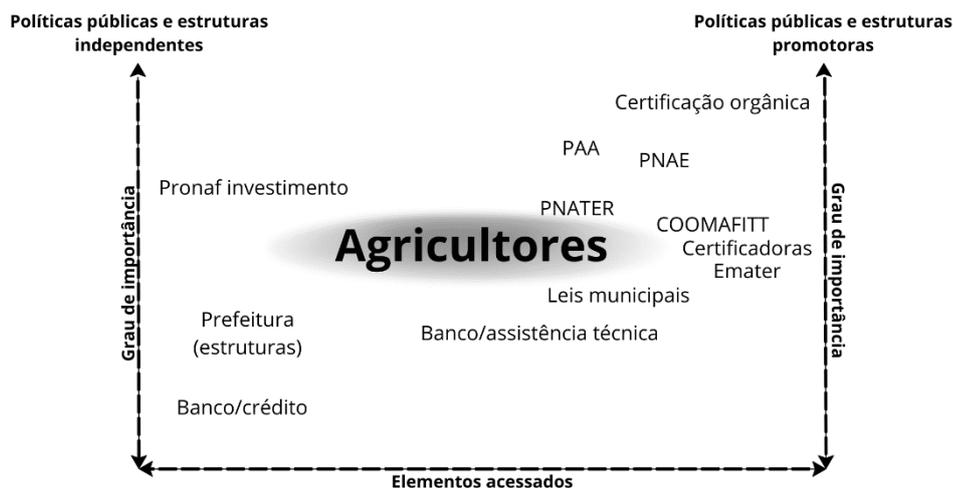
Com isso, entende-se que muitos elementos rodeiam e perpassam a transição agroecológica, alguns deles tornam-se essenciais e promovem sua concretização. Os elementos considerados promotores são aqueles que cumprem papel importante no processo. Exemplificando, (Figura 8), temos a certificação dos produtos orgânicos, como um elemento que, na realidade estudada, foi essencial e balizador no processo de transição agroecológica; auxiliando com a integração e motivação dos agricultores, ao participarem dos grupos de sistemas participativos de certificação e com as trocas de saberes; além de garantir e reafirmar com o selo, a procedência na etapa de comercialização e todo o trabalho de conversão realizado.

Outras políticas que foram promotoras, apresentando elevado grau de importância no processo de transição agroecológica foram o PAA e o PNAE, ao servirem como impulso para a estruturação da cooperativa, incrementarem a questão financeira viabilizando algumas unidades produtivas, fomentarem a diversificação dos produtos respeitando a cultura local e efetuarem o pagamento valorizando os produtos orgânicos.

Em conjunto as estruturas promotoras da transição agroecológica destacam-se em menor grau as das organizações, considerando a importância do arranjo de governança, COOMAFITT, Certificadoras e Emater, através de suas instituições, normas e regras internas com as estratégias adotadas de fomento a transição. Logo abaixo na imagem, encontram-se a Lei Municipal de Itati de incentivo à compra de alimentos da agricultura familiar, representando as Leis municipais, que em conjunto com o PNAE fomenta a

produção de alimentos saudáveis e diversos, e a valoriza através pagamento os produtos orgânicos; e a prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural pelo extensionista rural fruto da parceria entre a cooperativa e a Cresol.

Figura 8 - Políticas públicas e estruturas promotoras e independentes na transição agroecológica de acordo com grau de importância



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Os elementos destacados como independentes na imagem são aqueles que mesmo acessados não exercem influência no processo de transição orgânica. Como exemplo, com maior grau de importância, mas também como política pública independente, apresenta-se o Pronaf Mais Alimentos – investimento, com o qual os agricultores conseguem acessar a equipamentos, que apesar de auxiliarem o manejo nos sistemas produtivos não exercem influência na tomada de decisão dos mesmos. Outro elemento são as estruturas criadas pela Prefeitura Municipal, como estradas, acesso a luz, água, internet, que são importantes pois facilitam a vida de todos os agricultores, mas não se destacam como elementos chave, visto que não influenciam na tomada de decisão dos agricultores.

Com esse exercício de elucidar as políticas públicas e estruturas independentes e promotoras no fomento à transição agroecológica, em um trabalho futuro, novos elementos podem ser agregados visando análise com maior precisão gerando novos fechamentos.

Por fim, cabe destacar que se faz necessário o entendimento de sustentabilidade para operar os sistemas produtivos em que a agroecologia toma múltiplas interações com

os componentes do agroecossistema, aproximando-se da natureza, ampliando sua diversidade e complexidade (GLIESSMAN, 2000; ALTIERI, 2001). Assim, persiste a necessidade de engajamento de agricultores, sociedade e poder público, visando fortalecer a atividade agrícola na construção de um agroecossistema sustentável, visando o desenvolvimento rural sustentável a nível local, regional e nacional (SANTOS; CANDIDO, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cooperativa COOMAFITT apresenta características de destaque, fomenta a sustentabilidade e a agroecologia, expressa na produção orgânica certificada, adota políticas públicas desde sua criação, para a estruturação e funcionamento, tem seu quadro de gestão formado majoritariamente por jovens e prestam apoio aos seus associados com o processo de comercialização e logística. Este trabalho procurou estabelecer inicialmente o histórico da cooperativa, a visão dos agricultores quanto a busca pela certificação e o processo de transição agroecológica, os arranjos de governança ligados a cooperativa e, por consequência seus associados, identificando o acesso às políticas públicas e as práticas dos agricultores orgânicos, estabelecendo ainda a relação entre os agricultores e as instituições acessadas.

As políticas públicas identificadas acessadas pelos agricultores e pela COOMAFITT foram a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf e as políticas municipais como incentivo a compra da alimentação escolar, compra de esterco e calcário e a disponibilização de frota de maquinários agrícolas, além das condições estruturais como acesso a água, luz, e estradas.

A sustentabilidade teve destaque nas políticas públicas brasileiras a partir dos anos 2000, mostrando-se presente no PAA e PNAE adotados pela COOMAFITT e pelos agricultores, e ausentes nas políticas de crédito, como o Pronaf. As compras públicas demonstram-se como elementos fundamentais no estímulo à transição agroecológica, permitindo a estruturação organizativa dos agricultores e propiciando seu funcionamento, melhorando as condições de comercialização dos agricultores, diversificando e valorizando os produtos orgânicos entregues via chamadas públicas.

Observou-se que o arranjo institucional local disponível, com as organizações dos agricultores como cooperativas, associações e certificadoras, as políticas públicas municipais e a assistência técnica, impactam na decisão dos agricultores quanto a adesão a sistemas de produção orgânicos, concedendo segurança a partir da legislação e laços de confiança. A criação de estruturas, regras e normas pelas organizações do arranjo de governança permitiram balizar as atividades dos agricultores, sendo indispensáveis às ações e interpretação do território.

Através dos atores sociais observou-se que a cultura local na busca pela sustentabilidade está atrelada à juventude, presente na cooperativa, que dinamiza os fatores locais. Assim, a organização em conjunto ao seu arranjo influencia as ações baseados nos valores morais e cognitivos dos agricultores ao mesmo tempo em que é constituída por eles.

A Emater como organização prestadora de serviço de assistência técnica e extensão rural se fez fundamental para a estruturação da COOMAFITT e para a transição agroecológica das unidades produtivas e certificação dos produtos dos agricultores associados, pelo trabalho diferenciado dos extensionistas rurais da organização, tanto com a assistência técnica como com a motivação e perspectivas culturais dos atores envolvidos. Com isso, nota-se que ao ser dotada de valores, ao encontrar um grupo de agricultores interessados, constroem-se um ambiente propício ao desenvolvimento.

As políticas de crédito rural não foram acessadas pelos agricultores orgânicos de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas, apresentando inadequação frente à realidade do sistema de manejo adotado pelo aparato burocrático. Apesar da presença física das organizações bancárias destaca-se a ausência ou desinteresse na operação de crédito para o setor de produção orgânica no território. Tal fato pode estar atrelado ao direcionamento das organizações, despreparo de seus colaboradores e/ou a não adequação das políticas públicas à realidade dos agricultores e dos sistemas de produção agroecológicos. Essa lacuna observada pode ser amenizada pelo trabalho das agências bancárias, bem como pela reivindicação de melhorias pelos atores sociais envolvidos.

Da hegemonia conflituosa das políticas públicas agrícolas permaneceu a abordagem da sustentabilidade apenas para cumprir requisitos técnicos ambientais de produção; com isso, percebe-se que não há adequação frente aos desafios diários, não abrangendo a realidade dos agricultores, verificado somente o acesso ao Pronaf linha Mais Alimentos por meio de investimentos e, sendo ausente o acesso a custeio, ao seguro agrícola, Pronaf Mulher e Pronaf Agroecologia.

Das lacunas observadas ao longo da pesquisa sugere-se novos estudos quanto a adequação das políticas públicas de fomento à agroecologia de forma isolada em relação ao público-alvo e abrangência das necessidades que o sistema de produção orgânico apresenta, além do aprofundamento sobre o diálogo e serviços prestados pelas organizações financeiras na região para os agricultores.

Por fim, cabe enfatizar que a sustentabilidade e a agroecologia trazem em seu âmago a predisposição à continuidade, mas para isso se faz necessário uma mudança nos

espaços rurais e urbanos, mudanças conceituais, adaptações nas políticas públicas abrangendo as técnicas e manejos de cultivos agroecológicos, participação das organizações públicas principalmente a nível local, a presença dos consumidores na busca pela conscientização e mudança de paradigma. O rumo do desenvolvimento está atrelado às instituições e aos atores sociais envolvidos, visto que suas ações norteiam as práticas, estruturas, regras e normas, individuais e coletivas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 296 p. 2007.
- AYDOS, H. P. **As práticas ecológicas da Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFITT)**. 2020. Trabalho de conclusão do curso de graduação em licenciatura em Educação do Campo - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Tramandaí, 2020.
- ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Rev. Nera**, Presidente Prudente, ano 13, n. 16, p. 22-32, jan-jun, 2010.
- ALVES, A. C. O.; SANTOS, A. L. S; AZEVEDO, R. M. M. C. Agricultura orgânica no Brasil: sua trajetória para a certificação compulsória. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 7, n. 2, p. 19-27, 2012.
- AMBROSINI, L. B.; DE OLIVEIRA, C. A.; FAVRETO, R. Evolução dos sistemas agrários no território de produção do “abacaxi terra de areia” no litoral do Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 7, n. 1, p. 25-50, 2017.
- AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Tentativas de inclusão da agricultura de base ecológica no Pronaf: do otimismo das linhas de crédito verde ao sonho frustrado do I PLANAPO. **Grifos**, v. 30, n. 51, p. 163-198, 2021.
- BICALHO, A. **Políticas públicas e sustentabilidade: uma análise de política agrícola no Brasil**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração - Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- BRANDEMBURG, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 417-428, jul./dez. 2010.
- CASTRO, J. A.; OLIVEIRA, M. G. Políticas públicas e desenvolvimento. In: MADEIRA, L. M. (Org.) **Avaliação de políticas públicas**. Porto Alegre, Editora: UFRGS/CEGOV, p. 20-48, 2014.
- CAPELLESSO, A. J.; CAZELLA, A. A. Crédito e seguro agrícola para a agricultura familiar: a distância entre as políticas públicas e a sustentabilidade. **Caderno de Agroecologia**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 1-7, jul, 2018.
- CAPELLESSO, A. J.; CAZELLA, A.A.; ROVER, O. J. Ambiguidades de referenciais tecnológicos da ação pública no meio rural: agricultura familiar e limites à sustentabilidade. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 36, p.167-187, abr, 2016.
- CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecología**, n. 6, p. 63-74, 2012.

- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n.2, p. 13-16, 2002.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. **Anais: Congresso Brasileiro de Agroecologia**, Florianópolis, abr, 2006.
- CAZELLA, A. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, ed. 15(Especial), p. 49-79, 2016.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - **NOSSO FUTURO COMUM**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2ª ed. p. 46-71, 1991.
- COSTA, B. A. L.; AMORIM JUNIOR, P. C. G.; SILVA, M. G. As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. **Rev. De Economia e Sociologia Rural**, v. 53, p. 109-126, 2015.
- COSTA, D. M. et al. Extensão rural e seu percurso no Brasil. **Anais: IV Semana de Ciência e Tecnologia – IFMG, Bambuí**, 2011.
- DEGGERONE, Z. A. Políticas públicas para agricultura familiar: a utilização do Pronaf agroecologia no município de Três Arroios (RS). **Seminário Políticas Públicas e Sociais**, v. 1, n. 1, 2018.
- DELGADO, G. C; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 470 p., 2017.
- DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, v.1, p. 62-83, 2005.
- ELLSWORTH, J. **The history of organic food regulation**. 2001. Disponível em: <<https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/8889458/Ellsworth.html?sequence=2>> Acesso em: 23 de novembro de 2022.
- FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, p. 173-224, 2008.
- FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica no município de Pelotas/RS. **Sociedade e Natureza**, v. 20, p. 199-217, 2008.
- FUJIMOTO, N. S. V. M. et al. Uso e ocupação do uso no litoral norte do estado do Rio Grande do Sul-Brasil. **Anais: do X Encontro de geógrafos da América Latina**. São Paulo, p. 5575-5591, mar. 2005.
- GARCEZ, D.; NETTO, C. G. A. M. Sistemas de produção de base ecológica: relocalização e reatcação do espaço rural no litoral norte do Rio Grande do Sul. **Rev. de Ciências da Informação e Documentação**, São Paulo, n. 8, p. 23-48, 2008.

- GODOI, T. G.; BÚRIGO, F. L.; CAZELLA, A.A. A sustentabilidade dos financiamentos do Pronaf para a agricultura familiar. **Rev. Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 38, p. 637-661, ago, 2016.
- GRISA, C. **A produção “pro gasto” um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul**. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento – Faculdade de Ciências Econômicas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- GRISA, C. et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de assentamentos**, v. 13, n. 1, p. 137-170, 2010.
- GRISA, C., SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 52(1), 125-146, 2015.
- GRISA, C.; ZIMMERMANN, S. A. Estado e sociedade civil na promoção da segurança alimentar e nutricional no Brasil: a construção do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura familiar (PAA). **Agroalimentaria**, v. 21, n. 41, p. 17-36, jul/dez, 2015.
- GUANZIROLI, C. E. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 45, p. 301-328, 2007.
- GURA, A. et al. Políticas Públicas de Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Brasil. **Anais: VII Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção - APREPRO**, Ponta Grossa/PR, p. 11, 2017.
- HAAL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua nova: Revista de cultura e política**, n. 58, p. 193 – 223, 2003.
- HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, v. 25, n. 3, p. 469-483, 2013.
- JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. Políticas públicas para agricultura familiar no Brasil. **Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul/dez, 2008.
- LAGO, I.C.; ROTTA, E. Políticas públicas e seus modelos de análise: argumentos em favor do neoinstitucionalismo e das abordagens culturais. In: HASS, M. et al. **Políticas públicas, descentralização e participação social**: contribuições ao estudo da trajetória em Chapecó (SC). Curitiba, Editora: CRV, p. 23-37, 2018.
- LATINI, F.; ROCHA, A. G. **Agricultura familiar e consumo responsável**: iniciativas de enfrentamento da pandemia. p. 1-5, 2020. Disponível em: <<https://feiradaagriculturafamiliar.com.br/wp-content/uploads/2020/12/EIXO-3-Fabiano-Latini-Agricultura-familiar-e-consumo-responsavel.pdf>>. Acesso em: 07/06/2021.
- LEITZKE, V. W.; COTRIM, D. Estudo de caso: COOMAFITT – Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas: um acaso ou a expressão da perspectiva orientada pelos atores? In: COTRIM, D. (Org) **Gestão de cooperativas**: produção acadêmica da Ascar. Porto Alegre, Emater/RS-Ascar, p. 199-213, 2013.

- LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de políticas econômicas: o caso do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador/BH, ano 12, n. 21, jul. 2010.
- MACHADO, M. et al. Política agrícola: Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista de Política Agrícola**, v. 29, n. 1, p. 120-132, jan./fev./mar. 2020.
- MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, v. 25, 2004.
- MALUF, R. S. Alimentação, escola e agricultura familiar. **Boletim do OPPA-UFRRJ**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 17-23, 2009.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 310 p., 2003.
- MEDEIROS, M. et al. A constituição de uma novidade organizacional no sul do Brasil: avanços e limites da participação da agricultura familiar. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v. 58, n.3, p. 1-16, 2020.
- MEDEIROS, M.; TOZZI, M. X. COOMAFITT: um dispositivo coletivo em construção e muitas possibilidades para o fortalecimento da agricultura familiar do litoral norte do Rio Grande do Sul. **Agroecologia e Desenv. Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 5, p. 9-15, maio/ago, 2012.
- MOREIRA, R. M.; do CARMO, M. S. A agroecologia na construção do desenvolvimento rural. **Anais: Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia**. Rev. Bras. Agroecologia, v. 2, n.1, p. 511-514, fev., 2007.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.
- NIEDERLE, P. A. Delimitando as fronteiras entre mercados convencionais e alternativos para a agricultura familiar. **Extensão rural**, n. 18, 2009.
- NIEDERLE, P. A. et al. A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. **REDES**, v. 24, n.1, p. 270-291, jan/abr, 2019.
- NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. Quem governa por dispositivos? A produção de normas e padrões para os alimentos orgânicos no Brasil. **Rev. TOMO**, São Cristóvão, n. 30, p. 227-265, jan/jul, 2017.
- NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 432, 2018.
- OLIVEIRA, E. et al. Análise do Pronaf Agroecologia numa perspectiva de desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n.1, 2018.
- OLIVEIRA, M. M. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. **Cadernos de ciência e tecnologia**, Brasília, v. 16, n.2, p. 97-134, mai/ago, 1999.
- OLIVEIRA, D; GRISA, C.; NIEDERLE, P. A. Inovações e novidades na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da Rede Ecovida de Agroecologia e da RedeCoop. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 1, p. 135-163, 2020.

PAULA, A. M.; GÓMEZ, J. R. M.; TRACZ, C. A. M. Novo ciclo neoliberal no Brasil: desmontando as políticas públicas para a agricultura camponesa. **Rev. da Geografia do Trabalho**, v. 18, n. 1, 2017.

PEDREIRA, P. V. R. et al. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário como forma de esvaziamento das políticas de fomento à Agroecologia no Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, p. 1-5, 2020.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 909-916, 2013.

PEREIRA, A. M. M. Análise de políticas públicas e neoinstitucionalismo histórico: ensaio exploratório sobre o campo e algumas reflexões. In: GUIZARDI, F. L. et al. (Org). **Políticas Públicas de participação e saúde**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATI. **Valorizando a agricultura familiar**. 2018. Disponível em: <<https://itati.rs.gov.br/artigo/valorizando-a-agricultura-familiar>>. Acesso em: 20/12/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FORQUILHAS. **História do Município**. 2020. Disponível em: <<https://www.tresforquilhas.rs.gov.br/pagina/view/7/historia-do-municipio>> Acesso em: 20/12/2020.

RODE, F.; STOFFEL, G.; RAMBO, A. G. Pronaf agroecologia: reflexões sobre o (não) acesso ao subprograma no território cidadania Cantuquiriguaçu/PR. **Informe Gepec**, v. 25, n. 1, p. 10-26, 2021.

ROSA, N. P. et al. Cooperativas como forma de organização da agricultura familiar. **Anais XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Rio Branco: SOBER, p. 1-15, 2008.

ROTTA, E.; REIS, C. N. Desenvolvimento e políticas públicas sociais: uma relação necessária. **Textos e Contextos** (online), Porto Alegre, v. 6, n.2, p. 314-334, jul/dez, 2007.

RUBENICH, I. W. **A sustentabilidade socioeconômica e os desafios da inserção da juventude na cooperativa de produção agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN) Nova Santa Rita (RS)**. Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas – Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, 2017.

SACCO DOS ANJOS, F. et al. Agricultura familiar e políticas públicas: impacto do Pronaf no Rio Grande do Sul. **Rev. de Economia e Sociologia Rural**, v. 42, p. 529-548, 2004.

SALES, J. E. Cooperativismo: Origens e Evolução. **Rev. Brasileira de Gestão e Engenharia**. v. 1, n. 1, p. 23-34, jan/jun, 2010.

SAMBUICHI, R. H. R.; OLIVEIRA, M. A. C. Análise das linhas de crédito do Pronaf para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, 2011.

SAMBUICHI, R. H. R. et al. **Análise da construção da política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**. Texto para discussão – Ipea, Brasília, 63 p., 2017.

- SAMBUICHI, R. H. R. et al. A contribuição do PLANAPO para o fortalecimento das linhas verdes do Pronaf. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, p. 81-100, 1977.
- SANTOS, M. E. W. **Cooperativismo rural em Itati: modelo de gestão e desenvolvimento rural**. 2017. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Desenvolvimento Rural – Universidade do Rio Grande do Sul, Santo Antônio, 2017.
- SANTOS, J. G. CANDIDO, G. A. Sustentabilidade e agricultura familiar: um estudo de caso em uma associação de agricultores rurais. **Rev. Gestão Social e Ambiental**, v. 7, n. 1, p. 70-86, 2013.
- SANTOS, D. S.; SOUZA, H. F.; MARTINS, M. E. Juventude rural e economia solidária: uma revisão de literatura. **Cadernos Macambira**, v. 7, Ed. esp., p. 108-125, 2022.
- SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008.
- SCHMITT, C. et al. La experiencia brasileña de construcción de políticas públicas em favor de la agroecología. In: Sabourin, E. et al. (Org.). **Políticas públicas a favor de la agroecología em América Latina y el Caribe**. Porto Alegre: Evangraf, 2017.
- SCHNEIDER, A. L. et al. Análise da funcionalidade do Pronaf Agroecologia em uma propriedade na região noroeste do Rio Grande do Sul. **Rev. Brasileira de Agropecuária Sustentável**, v. 10, n. 1, p. 161-174, 2020.
- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 258 p. 2003.
- SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). **Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006.
- SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010.
- SCHNEIDER, S. Mercados e a agricultura famílias. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Construção de Mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre. Editora: UFRGS, ed. 1, 2016.
- SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **A agricultura familiar no Brasil**. Porto Alegre: RIMISP/FIDA, Documento n. 145, 2013. Disponível em: <https://www.rimisp.org/wpcontent/files_mf/1434745041145AgriculturaFamiliarBrasilSchneiderCassol_editado.pdf> Acesso em: 15/10/2020.
- SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. F. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf. **Rev. Grifos**, v. 30, n. 51, p. 12-41, 2021.
- SCHULTZ, G. **Relações com o mercado e (re)construção das identidades socioprofissionais na agricultura orgânica**. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 280 f., 2006.

SILVA, S. P. **Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial: uma análise dos impactos socioeconômicos do PRONAF no Território Médio Jequitinhonha/MG**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) - Texto para Discussão 1693, p. 7-35, jan. 2012.

SILVA, et al. Relações de cooperação e confiança entre organizações cooperativas promovendo capital social. **Rev. Administração em Diálogo – RAD**, v. 6, n. 1, p. 37-45, 2004.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, Nº 16, p. 20-45, jul/dez, 2006.

SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S.M.P.P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas. **Rev. De Economia e Sociedade Rural**, Piracicaba, v. 52, p. 205-222, 2014.

STROHAECKER, T. M. et al. Caracterização do uso e ocupação do solo dos municípios do litoral norte do estado do Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento e meio ambiente**, n. 3, p. 75-98, jan/jun. 2006.

TAYLOR, S. J.; BOGDAN, R. **Introduccion a los metodos cualitativos de investigacion**. Barcelona: Paidós, 1984.

THIES, V. F. et al. Potencial das Compras Públicas como Mercado para a Agricultura Familiar: uma análise do PNAE entre 2011-2014. **Anais do 54º Congresso da SOBER**. Maceió: SOBER, p. 1-19, 2016.

TONIN, J. **Habilidades sociais no enfrentamento à pandemia e reconfiguração nos mercados alimentares territoriais no Médio Alto Uruguai e no Litoral Norte do Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 189 f., 2022.

TRICHES, R. M.; GRISA, C. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. **Rev. Nera**, Presidente Prudente, ano 18, n. 26, p. 10-27, 2015.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 87 f., 1987.

TROIAN, A. et al. Desempenho dos municípios do Rio Grande do Sul na execução dos recursos do PNAE com a agricultura familiar. **Rev. De Economia e Sociologia Rural**, v. 58, 2020.

VALIM, J. R.; BARROS, S. M. Bananicultura e desenvolvimento sustentável no litoral norte do Rio Grande do Sul: além da cultura do veneno. **Engenharia de produção: novas pesquisas e tendências**. p. 150-171, 2021. Disponível em: <<https://ayaeditora.com.br/wp-content/uploads/2021/10/L65C10.1.pdf>> Acesso em: 15/11/2022.

VIVAN, J. L. Bananicultura em sistemas agroflorestais no litoral norte do RS. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 3, n. 2, p. 1-20, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1996, Caxambu/MG. **Anais** Processos sociais agrários - Gt 17, Caxambu/MG. 1996.

WESZ JUNIOR, V. J. O Pronaf pós-2014: intensificando a sua seletividade? **Grifos**, v. 30, n. 51, p. 89-113, 2021.

WIVES, D. G. **Funcionamento e performance dos sistemas de produção da banana na microrregião do litoral norte do Rio Grande do Sul**. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 164 f., 2008.

WIVES, D. G. **Fatores influentes na tomada de decisão e organização dos sistemas de produção de base ecológica da banana no litoral norte do Rio Grande do Sul**. 2013. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 172 f., 2013.

APÊNDICE A – Roteiro de informações

ROTEIRO DE INFORMAÇÕES COLETADAS ATRAVÉS DOS QUESTIONÁRIOS ELABORADOS EM CONJUNTO COM OS PROJETOS DOS DEMAIS PESQUISADORES QUE PARTICIPAM DESTA PESQUISA

A seguir serão apresentadas questões considerando públicos diferentes, sendo os agricultores e as organizações.

- Para os agricultores após a caracterização geral das propriedades e dos integrantes familiares

Primeira etapa

1. Histórico da propriedade
2. Quais são as principais culturas produzidas?
3. Possui certificação orgânica? Por qual instituição?
4. Quais os motivos para iniciar a produção orgânica?
5. Quais são os produtos comercializados com certificação orgânica?
6. Acessou alguma política pública antes da certificação orgânica? E nos últimos anos?
7. Recebe assistência técnica?
8. A agricultura melhorou ou piorou nos últimos anos? Em quais aspectos?

Segunda etapa

9. Foram realizadas vendas entre os anos de 2006 e 2020 nos canais de comercialização citados abaixo?

() PAA () PNAE () Ceasa () Feira local () Mercados

() Ponto de comercialização nas dependências físicas da cooperativa () Outros:

*Se realizou venda para o PAA, PNAE, Ceasa, Feiras, Mercados:

Em que ano iniciou?

Há diferenciação na venda dos produtos de origem orgânica?

Quais são os problemas e vantagens?

Houve interrupção na venda no período de 2006 a 2020?

10. O senhor(a) recebe assistência técnica para produção ou gestão da propriedade?

() Sim () Não

Se sim, quais fontes?

- () Emater () COOMAFITT () Cooperativa () Sindicato () Empresas privadas
 () Secretaria Municipal de Agricultura () Assistência técnica particular () Outro

11. O senhor(a) já acessou alguma das linhas do Pronaf citadas abaixo?

Programa	Ano de acesso	Tipo de produção	Hectares	Agência bancária
Pronaf Agroecologia				
Pronaf Mulher				
Pronaf Jovem				
Pronaf Eco				
Pronaf Agroindústria				

Outro:

12. O Senhor(a) já acessou alguma política pública ou programa de fomento a agroecologia?

- () Sim () Não () Não sabe/Não respondeu

Se **sim**, Qual foi a política ou programa acessados? Em quais anos? Em qual agência bancária?

Se **não**, por quais motivos?

13. Em sua visão, qual é a política pública ou programa que mais impactou na produção e desenvolvimento da propriedade?

- Para as organizações:

Primeira etapa

1. Histórico da cooperativa
2. Quais são os produtos comercializados? De que forma?
3. Quais são os produtos comercializados com certificação orgânica?
4. Quais políticas públicas foram e são acessadas? Quais foram as mais importantes para a cooperativa?
5. Quais são as organizações parceiras? Possui parceria em relação a comercialização, gestão e assistência técnica?
6. Quais atividades são promovidas para fomento da produção agroecológica?
7. Considerando o período de 2006 a 2020, a cooperativa acessou alguma política ou programa municipal? Se sim, qual?
8. Em sua visão, o Município fomenta produção de alimentos em sistema agroecológico?
9. O município auxiliou ou auxilia na estruturação da cooperativa?

10. Quais são as principais dificuldades e facilidades enfrentadas hoje pela cooperativa?

Para Prefeitura e Emater

11. Quais são os incentivos municipais para promoção da produção orgânica e da agroecologia?
12. Como a instituição apoia o processo de transição agroecológica? Possui parceiros?
13. Prestam assistência técnica para quais principais culturas?
14. Prestam apoio a COOMAFITT?
15. Promovem cursos e treinamentos aos agricultores orgânicos ou para integrantes da cooperativa?

